

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO**

TANIA CRISTINA COSTA CALARGE

**EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESPAÇOS DE
EMANCIPAÇÃO FEMININA**

**CAMPO GRANDE – MS
2022**

TANIA CRISTINA COSTA CALARGE

**EMPREENHIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESPAÇOS DE
EMANCIPAÇÃO FEMININA**

Tese do Programa de Pós-Graduação em
Administração da Escola de Administração e
Negócios da Universidade Federal do Mato
Grosso do Sul, área de concentração: Gestão do
Agronegócio e Organizações.

Orientador: Prof. Dr. Élcio Gustavo Benini

**CAMPO GRANDE – MS
2022**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Tania Cristina Costa Calarge

EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESPAÇOS DE EMANCIPAÇÃO FEMININA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração, área de concentração Agronegócio e seus Aspectos Socioambientais da Escola de Administração e Negócios da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Administração.

Aprovada em 12 de dezembro de 2022

Prof. Dr. Élcio Gustavo Benini
(UFMS)
Presidente da Banca e Orientador

Prof. Dr. Caio Luis Chiariello
Membro Externo
(UFGD)

Prof.^a Dr.^a Deise Luiza da Silva Ferraz
Membro Externo
(UFMG)

Prof.^a Dr.^a Erlaine Binotto
Membro Interno
(UFMS-UFGD)

Prof. Dr. José Henrique de Faria
Membro Externo
(UFPR)

Prof.^a Dr.^a Katianny Gomes Santana Estival
Membro Externo
(UESC)

Campo Grande, MS
2022

DEDICATÓRIA

Para as mulheres trabalhadoras que me sustentaram até aqui.

Para os homens trabalhadores que me sustentaram até aqui.

Para o Ricardo, Tereza e Guilherme.

AGRADECIMENTOS

A conclusão do doutoramento, materializada nessa tese só foi possível graças à várias pessoas. Sistemática como sou, organizo o reconhecimento em três partes: família, amigos e instituições.

Em primeiro lugar, agradeço às almas que me mantém viva e operante. Algumas estão entre nós e podem ser nomeadas. Outras já se foram, mas permanecem em minha mente e meu coração. Essa presença é viva, gratidão!

Obrigada Ricardo – meu amor – que me incentiva, ama e acolhe até quando eu duvido de mim. Obrigada filhota Tereza – por seu carinho, inteligência e cuidado. Foram dois anos e meio viajando semanalmente e voltando para os abraços de vocês. Obrigada filhote Guilherme, por sua força, por me ensinar que sempre haverá tempo para tudo.

À Carla, mulher incrível, profissional competente, reconhecida pesquisadora, aquela que tem três graduações-mestrado-doutorado, a melhor irmã do mundo. Você tem um superpoder: me dar coragem.

À minha mãe Eniza, que me inspira a ser como ela. Ainda que ao primeiro olhar pareça uma mulher simples, combina adjetivos notórios. Somos porque você é. Esse título também é seu, mãezinha. Ah, obrigada pelas duas garrafas de café em todas as aulas do doutorado.

À Liane, que contribui publicamente para a sociedade e para a academia, mas que para mim, é aquela que me ouve, cuida de mim e da minha família, com carinho e desprendimento.

À Lana, que mesmo sem querer me dá o olhar da juventude. Obrigada pela companhia e por toda a ajuda. Aqui você sempre terá um porto.

Ao Francisco, que não faz ideia da importância que tem na minha vida. Por você eu largo tudo: carreira, dinheiro e canudo. Eu sou mesmo uma exagerada.

Ao meu pai Alexandre (que evidencia minhas contradições), à minha boadastra Dila (te admiro tanto), e meu irmão inteiro Fernando (para estarmos juntos, não precisamos estar perto). Eu amo vocês!

Agradeço aos meus amigos e colegas de turma: Adriano, André, Djalma, Jean, João, Michelle, Mylena e Vítor. A presença de vocês fez toda a diferença.

Em especial agradeço à amiga querida Manoela Moraes, que dividiu, além da gasolina, preocupações, histórias, risadas e companhia. Que a nossa amizade dure muito.

Ao Fábio Melges, amigo a que eu transformei num depósito de desabafos, reclamações, preocupações, lamúrias e fofocas. Você economizou horas de terapia. Parceiro de debates epistêmicos, filosóficos, espirituais e mundanos. Sou muito grata por este reencontro.

Ao camarada Gustavo Petean, que colaborou muito com esta tese, mas também com a minha formação teórica e caminhada profissional, de forma gentil e paciente. Obrigada por me deixar aprender com você.

A todos os membros do GEPOTE, pelos debates – às vezes acalorados, pelas contribuições, pela rede de apoio, pelas confraternizações. Que essa parceria possa oferecer bons frutos para todos nós.

Ao Élcio Benini, que personifica a definição mais completa de orientador e professor. Obrigada, por aceitar me orientar na tese, pela coordenação do grupo, pela amizade por mim e por todo mundo, pela generosidade, pela paciência, pelo ‘esquema de pirâmide’, entre outras tantas coisas. Obrigada!

Agradeço, por fim, às instituições que possibilitaram o doutoramento. Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Administração da ESAN/UFMS, aos professores e técnicos. Entre 2003 e 2022 iniciei a graduação e concluí o doutorado, na mesma universidade pública, gratuita e de qualidade.

Graças a esta formação, ingressei no concurso público para docente na FACE/UFGD, que me possibilitou o afastamento para realizar o curso do doutorado. Agradeço especialmente aos colegas servidores. Em reconhecimento, registro meu compromisso de compartilhar o conhecimento recebido e produzido por mim, buscando a efetiva transformação da sociedade.

EPÍGRAFES

O corpo feminino é uma máquina para produção de novos trabalhadores, tal máquina não pode ser construída, mas ainda assim é explorada, expropriada, controlada, descartada à conveniência do modo de produção.

Silvia Federici

Nunca esquecer que a classe trabalhadora não é homogênea, nem etérea.

Talíria Petrone

A pesquisa precisa dar respostas à emancipação da sociedade. Esse deve ser o maior de todos os compromissos do nosso fazer. Neste momento, em que somos criticados exatamente por sermos capazes de propor uma crítica elaborada, temos que dar a mais original e consistente resposta, que está necessariamente na condição de reafirmar e tensionar a crítica sem concessões.

José Henrique de Faria

RESUMO

Os empreendimentos de economia solidária são espaços de colaboração e trabalho associado em primeira instância como alternativa de trabalho, renda e sobrevivência, porém eles apresentam contradições e potencialidades que apontam para a superação das determinações degradantes do capital. Este trabalho tem como objetivo analisar a emancipação feminina em relação a trabalho e gênero, e o desenvolvimento e apoio para mulheres em empreendimentos de Economia Solidária. A perspectiva epistêmica é o materialismo histórico, e o método adotado é a Análise Crítica de Conteúdo (ACC). Como referencial teórico apresento as condições das relações do mundo do trabalho, as limitações e possibilidades da Economia Solidária, por meio do movimento histórico-dialético e pelas experiências e tentativas da autogestão, e, apresento uma revisão sobre o movimento feminista e as mediações e contradições desse movimento. O campo empírico são empreendimentos autogestionários conduzidos por mulheres, ligados ao meio rural. O desenvolvimento do método da ACC permitiu a proposta de novas quatro categorias para a compreensão do objeto, sendo: condição feminina, mistificação feminina, sororidade produtiva e emancipação feminina. Conclui-se que as opressões capitalistas e patriarcais se retroalimentam e se sustentam, sendo indispensável a subversão da opressão de gênero para a superação da exploração de classe.

Palavras-Chave: Análise Crítica de Conteúdo; feminismo marxista; autogestão; materialismo histórico; mundo do trabalho.

ABSTRACT

Solidarity economy enterprises are spaces for collaboration and associated work in the first instance as an alternative for work, income, and survival, but they present contradictions and potentialities that point to overcoming the degrading determinations of capital. This work aims to analyze women's emancipation in relation to work and gender, and the development and support for women in Solidarity Economy ventures. The epistemic perspective is historical materialism, and the adopted method is Critical Content Analysis. As a theoretical framework, I present the conditions of relations in the world of work, the limitations, and possibilities of the Solidarity Economy, through the historical-dialectical movement and through the experiences and attempts of self-management, and I present a review of the feminist movement and the mediations and contradictions of such movement. The empirical field is self-managed enterprises led by women, linked to rural areas. The development of the ACC method allowed the proposal of four new categories for understanding the object, namely: female condition, female mystification, productive sisterhood, and female emancipation. It is concluded that capitalist and patriarchal oppressions feed and sustain each other, being essential the subversion of gender oppression to overcome class exploitation.

Keywords: Critical Content Analysis; Marxist Feminism; self-management; historical materialism; world of work

RESUMEN

Los emprendimientos de economía solidaria son espacios de colaboración y trabajo asociados, en primera instancia, como alternativa de trabajo, renta y sobrevivencia, pero ellos presentan contradicciones y potencialidades que apuntan a la superación de las degradantes determinaciones del capital. Este trabajo tiene como objetivo analizar la emancipación femenina en relación con el trabajo y el género, y el desarrollo y apoyo a las mujeres en los emprendimientos de Economía Solidaria. La perspectiva epistémica es el materialismo histórico, y el método adoptado es el Análisis Crítico de Contenido. Como referencial teórico, presento las condiciones de las relaciones del mundo del trabajo, las limitaciones y posibilidades de la Economía Solidaria, por medio del movimiento histórico-dialéctico y por las experiencias e intentos de autogestión, y presento una revisión sobre el movimiento feminista y las mediaciones de ese movimiento. El campo empírico es de los emprendimientos autogestionarios dirigidos por mujeres, asociados al medio rural. El desarrollo del método ACC permitió la propuesta de cuatro categorías nuevas para la comprensión del objeto, a saber: condición femenina, mistificación femenina, sororidad productiva y emancipación femenina. Se concluye que las opresiones capitalistas y patriarcales se retroalimentan y sostienen, y que la subversión de la opresión de género es indispensable para superar la explotación de clase.

Palabras clave: Análisis Crítico de Contenido; feminismo marxista; autogestión; materialismo histórico; mundo del trabajo.

RÉSUMÉ

Les entreprises d'économie solidaire sont des espaces de collaboration et de travail associé en premier lieu comme alternative de travail, de revenu et de survie, mais elles présentent des contradictions et des potentialités qui pointent vers le dépassement des déterminations dégradantes du capital. Ce travail vise à analyser l'émancipation des femmes par rapport au travail et au genre, ainsi que le développement et l'accompagnement des femmes dans les entreprises d'économie solidaire. La perspective épistémique est le matérialisme historique et la méthode adoptée est l'analyse critique de contenu. Comme cadre théorique, je présente les conditions des relations dans le monde du travail, les limites et les possibilités de l'économie solidaire, à travers le mouvement historico-dialectique et à travers les expériences et les tentatives d'autogestion, et je présente une revue des mouvement féministe et les médiations et contradictions d'un tel mouvement. Le champ empirique est celui des entreprises autogérées dirigées par des femmes, liées aux zones rurales. Le développement de la méthode ACC a permis de proposer quatre nouvelles catégories d'appréhension de l'objet, à savoir : la condition féminine, la mystification féminine, la fraternité productive et l'émancipation féminine. Il est conclu que les oppressions capitaliste et patriarcale se nourrissent et se soutiennent mutuellement, étant essentiel la subversion de l'oppression de genre pour surmonter l'exploitation de classe.

Mots-clés: analyse critique de contenu ; féminisme marxiste; autogestion; matérialisme historique; monde de travail

SUMÁRIO

RESUMO	8
ABSTRACT	9
RESUMEN	10
RÉSUMÉ	11
LISTA DE QUADROS	15
LISTA DE FIGURAS	16
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	17
PRÓLOGO	19
INTRODUÇÃO	22
NOTAS SOBRE A ESTRUTURA DO TRABALHO	27
CAPÍTULO 1 A QUE PONTO CHEGAMOS? QUESTÕES DO MUNDO DO TRABALHO	29
1.1 A CENTRALIDADE DO TRABALHO FRENTE AO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA	29
1.2 NEOLIBERALISMO	38
1.3 O CAMPO, A PRODUÇÃO RURAL E O CAMPESINATO.....	41
1.4 ALIENAÇÃO, EMANCIPAÇÃO E CIDADANIA	43
1.5 A PARTICULARIDADE DAS TRABALHADORAS	46
CAPÍTULO 2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO FORMA DE EMANCIPAÇÃO E ESPERANÇA	48
2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	48
2.2 DEFINIÇÕES E CARACTERÍSTICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	62
2.3 AUTOGESTÃO	64
2.4 DESAFIOS DE EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	67
CAPÍTULO 3 A VEZ DAS MULHERES	71
3.1 AS DESIGUALDADES DE GÊNERO NO TRABALHO ALÉM DOS NÚMEROS	71
3.1.1 As desigualdades de gênero na obra de Karl Marx.....	71
3.1.2 Os estudos de gênero nas Teorias Organizacionais	72
3.1.3 Breve história das lutas feministas	74

3.1.4 Mulher, não-branca e proletária	79
3.2 AS MULHERES CAMPESINAS E AUTO-ORGANIZADAS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA	81
3.3 ECONOMIA FEMINISTA	84
3.4 CAPITALISMO E PATRIARCADO COMO SISTEMAS DE OPRESSÃO	85
3.5 A TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL – TRS	87
3.6 O QUE QUER O FEMINISMO ANTICAPITALISTA?	89
CAPÍTULO 4 ESCOLHAS EPISTEMOLÓGICAS E METODOLÓGICAS	91
4.1 IDEOLOGIA E NEUTRALIDADE NAS TEORIAS ORGANIZACIONAIS	91
4.1.1 Do direito ao discurso ao uso do discurso	93
4.2 MATERIALISMO HISTÓRICO	94
4.3 ASPECTOS METODOLÓGICOS	97
4.4 ANÁLISE CRÍTICA DO CONTEÚDO.....	99
4.5 SÍNTESE DA APLICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	103
4.6 INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS E ROTEIRO DE ENTREVISTA	103
4.7 DEFINIÇÃO DO CAMPO EMPÍRICO	104
CAPÍTULO 5 PROVOCAÇÕES REFLEXIVAS E ORGANIZAÇÃO DO CAMPO EMPÍRICO	107
CAPÍTULO 6 APROPRIAÇÃO DO REAL PELA MEDIAÇÃO CRÍTICA DA TEORIA E NOVAS CATEGORIAS.....	113
6.1 ORGANIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DOS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS.....	113
6.1.1 Gestão e Governança em EES	114
6.1.2 Cooperação, Comunidade e Colaboração.....	115
6.1.3 Distribuição Equitativa de Renda	115
6.1.4 Divisão do Trabalho.....	116
6.1.4 Enraizamento local/Apego a terra.....	117
6.1.5 Capacidade de Estabelecer Novas Relações	117
6.1.6 Características Pessoais.....	118
6.1.7 Trabalho realizado x Trabalho remunerado.....	118
6.1.8 Participação na cadeia de produção e no processo decisório.	119

6.1.9 Posse dos meios de produção	120
6.1.10 Percepção de Gênero	120
6.2 NOVAS CATEGORIAS DE ANÁLISE E ELEMENTOS CONSTITUTIVOS	121
6.2.1 Condição Feminina	123
6.2.2 Desmistificação Feminina.....	123
6.2.3 Sororidade Produtiva	124
6.2.4 Emancipação Feminina	125
6.3 O CAMPO APÓS O MÉTODO DA ACC	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
REFERÊNCIAS	131
APÊNDICE A TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .	149
APÊNDICE B PROTOCOLO PLATAFORMA BRASIL	150
APÊNDICE C ELEMENTOS CONSTITUTIVOS CATEGORIA “CONDIÇÃO FEMININA”	151
APÊNDICE D ELEMENTOS CONSTITUTIVOS CATEGORIA “DESMISTIFICAÇÃO FEMININA”	152
APÊNDICE E ELEMENTOS CONSTITUTIVOS CATEGORIA “SORORIDADE PRODUTIVA”	154
APÊNDICE F ELEMENTOS CONSTITUTIVOS CATEGORIA “EMANCIPAÇÃO FEMININA”	156
APÊNDICE G PLANO DE TRABALHO.....	157

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fatos e Eventos Históricos que contribuíram para a consolidação do cooperativismo, associativismo e economia solidária no Mundo e no Brasil	49
Quadro 2 Ações prioritárias SENAES 2004-2017	58
Quadro 3 - Síntese da Processo Histórico sobre Economia Solidária	61
Quadro 4 - Principais linhas epistêmicas do Feminismo.....	73
Quadro 5 - Fatos e Eventos Históricos que contribuíram para o desenvolvimento e consolidação do pensamento feminista no Brasil e no Mundo	75
Quadro 6 - Síntese dos instrumentos e métodos de análise em relação aos objetivos específicos	103
Quadro 7 - Referências norteadoras para elementos da realidade pesquisa	104
Quadro 8 Relação de Empreendimentos e Entrevistadas	105
Quadro 9 Posse dos meios de produção de alguns EES	120

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Aprofundamento da alienação do trabalhador	43
Figura 2 Formas de sequestro de subjetividade para Faria e Meneghetti (2002)	44
Figura 3 - Síntese da origem e formação dos grupos de apoio e fomento à Economia Solidária.....	56
Figura 4 - Princípios básicos da Economia Solidária	66
Figura 5 - Ondas do Movimento Feminista.....	78
Figura 6 - Desenho metodológico da pesquisa.....	98
Figura 7 - Esquema de Operação Metodológica entre a coleta de Elementos da Realidade e a construção de Categorias de Análise	100
Figura 8 Evolução da pesquisa conforme ACC.....	102
Figura 9: Síntese das provocações reflexivas sobre EES. Filtros de apropriação do real.	109
Figura 10: Síntese das provocações reflexivas sobre gênero. Filtros de apropriação do real.	110
Figura 11 Novas categorias de análise, partindo do particular ao universal	122

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCRED	Associação Brasileira de Entidades Operadoras de Microcrédito e Microfinanças
ACC	Análise Crítica do Conteúdo
ACI	Aliança Cooperativa Internacional
ADS/CUT	Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores
AF	Agricultura Familiar
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CONCRAB	Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária
CPT	Confederação de Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil
ECOSOL	Economia Solidária
EES	Empreendimentos de Economia Solidária
FASE	Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMS	Instituto Marista de Solidariedade
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bi, Trans, <i>Queer</i> /Questionando, Intersexo, Agênero e outros
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MST	Movimento dos Sem Terra
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OXFAM	<i>Oxford Committee for Famine Relief</i>
PACS	Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul
PEIC	Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor

PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PRONINC	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares
RESF	Rede de Economia Solidária Feminista
SENAES	Secretária Nacional de Economia Solidária
SIES	Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária
SOF	Sempreviva Organização Feminina
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNICAFES	União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária
UNICOPAS	União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias
UNISOL	Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários
UNITRABALHO	Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo

PRÓLOGO

A palavra “desafio”, encontrada algumas vezes no corpo do texto deste trabalho representa um eufemismo para o que as pessoas do gênero feminino experenciam nas organizações. Sejam estas organizações caracterizadas pela produção de determinados bens ou serviços ou sejam organizações sociais dos diversos campos da vivência humana. O fardo, a responsabilidade, a culpa, a pressão, a opressão, a misoginia são companheiras e camaradas com as quais se convive e, talvez, muito eventualmente, se confronte.

Como pesquisadora, este é o primeiro trabalho que escrevo sozinha¹, com claro posicionamento feminista, dentro da perspectiva epistemológica do materialismo histórico. Nos períodos de reflexão sobre as questões da tese, em três anos e meio, por diversas vezes me questionava sobre o meu lugar de fala.

De um lado, havia muitas simetrias: como ser mulher, mãe, trabalhadora, responsável pelos cuidados das crianças, vivenciando rotineiramente as micro violências de gênero, do outro, havia as assimetrias: em meio à pandemia, não me faltou renda, meu trabalho me garante isonomia salarial e liberdade de cátedra, pelo conforto de ter salário “digno” – que não deveria ser um privilégio, mas se torna em um país que abraça a miséria neoliberal – não me faltou alimento, nem aos meus filhos, nem aos meus familiares.

Pelos privilégios que tenho, de ser branca, ter tido mais acesso à educação que a maioria expressiva da população, as minhas relações sociais me permitem acesso a uma rede de apoio sólida e solidária. Vivo em uma relação tranquila, feliz e perene com meu companheiro que frequentemente me surpreende com incentivos à minha própria emancipação das relações patriarcais.

Nas disciplinas cursadas, sendo elas na UFMS, UFGD ou UFMG, nas orientações realizadas e no GEPOTE, tive incentivo e liberdade para dar os primeiros passos e avançar nas questões de pesquisa que propus.

Entretanto, como disse Rosa Luxemburgo “Quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem” e este caminhar da produção da tese que já é difícil por si, foi se tornando mais complexo, ao ver as condições precárias de tantas outras mulheres.

O feminismo que se fortaleceu em mim quando nasceu a minha filha Tereza, em 2016, se tornou mais forte, mais político, mais revolucionário. Quando olhei para a realidade concreta, com os olhos qualificados pela leitura da luta de classes, das opressões

¹ Com a indispensável contribuição do meu orientar Élcio Gustavo Benini

capitalistas e da longa, trágica, mas também falsa², luta das mulheres a minha tristeza não me fez querer parar, mas avançar, contribuir e participar cada vez mais dos movimentos de luta e resistência.

Li em algum lugar que o papel dos brancos na luta antirracista é se colocar entre os opressores e os oprimidos, e tal foi (ainda é) a minha intenção. Portanto, através das oportunidades que me foram dadas, desejo que meu conhecimento possa contribuir para mudar as coisas que são.

Os primeiros tempos deste propósito foram enriquecedores. Conheci mulheres batalhadoras e incríveis, houve partilha e avanços – no entanto – a pandemia do Coronavírus arremessou o propósito e a pesquisa contra a parede. Foram muitos problemas que atingiram toda a classe trabalhadora (a burguesia também, em um ínfimo grau, porque afinal eles também morrem), mas a gestação, parto e o pós-parto do meu filho – durante a pandemia - cristalizaram a maioria das opressões que uma mulher trabalhadora, seja mãe ou não, é submetida durante sua vida.

Para mim, enquanto mulher feminista, não houve hesitação quando descobri que estava grávida, me preocupei com questões morais de criação, mas não me perturbei com questões materiais. Sem muita demora, as opressões patriarcais foram me mostrando que ainda que eu estivesse com uma vantagem relativa na questão econômica, as opressões de gênero/patriarcais abalaram minha confiança em ser útil aos outros³. Como eu poderia, se não estava sendo suficiente nem para os meus filhos?

Demorou um tempo para eu compreender, após reler a qualificação da tese, ler e reler livros sobre gênero, após muita elaboração e psicanálise, que o ritmo de produção e entrega que o capitalismo nos oferece não é saudável, nem mesmo para os trabalhadores que atuam em atividades de “trabalho improdutivo” como eu. Produzir mais de oito horas por dia, realizar trabalho reprodutivo, criar vínculos de real transformação no trabalho extensionista da universidade, por exemplo, é praticamente impossível – caso eu não tenha interesse em abdicar horas preciosas com família, me afastando da minha intenção de desenvolver uma criação não violenta, com apego e afeto. Transcender a constituição da família, de uma unidade de produção de trabalhadores alienados, para um grupo de pessoas com afinidade, respeito e compromisso parece ser uma grande utopia no mundo capitalista.

² O feminismo liberal se apropriou da luta das mulheres e a descaracterizou, como explicarei no capítulo 2.

³ Neste caso, no foco da pesquisa da tese, para as mulheres trabalhadoras da Economia Solidária.

Foi nesse período também que eu fui exposta à mais frequente violência de gênero contra a mulher, a de que a pessoa tem que fazer tudo o que é proposto, sem reclamar, sem questionar, sem pensar que estava submetida a circunstâncias que poderiam ser diferentes, se não fosse mulher. A minha confiança foi muito abalada. Me diziam “você é forte e corajosa” e me colocavam em situações que absolutamente eu não poderia ser fraca e covarde.

E para as mulheres é assim: não há outra opção, a não ser a sobrevivência, seguir em frente. O fim do sofrimento de uma mulher não representa o fim do sofrimento de todas as mulheres. Homens recebem honra ao mérito pela participação, por terem tentado. Mulheres são definidas pelo resultado, seja no trabalho ou na família.

Em muitos momentos me questioneei: “emancipação para quê(m)?”. Estamos presas nas correntes citadas pela Rosa Luxemburgo. Eu consigo senti-las. Mesmo ciente de que estarei amarrada até o fim da minha vida. A revolução é possível, mesmo que demore, eu prefiro seguir meu caminho em direção a ela.

Desde as primeiras pesquisas para a tese, eu soube que iria escrever uma tese em primeira pessoa, com claro posicionamento epistêmico, que contribuísse efetivamente com as pessoas. Não há ciência isenta e esta tese é escrita por uma mulher, mãe, professora de universidade pública, gratuita e de qualidade.

Esta tese também procurou responder questões amplas, e as repostas não caberiam neste documento: O que, na realidade concreta, não é atravessado por questões de gênero? E quanto as mulheres que não querem se desvencilhar das submissões ao masculino? Ainda assim, colocaremos nosso tempo, determinação, saúde mental e nestes tempos, a nossa própria vida, para libertá-las?

INTRODUÇÃO

O desafio da pesquisa sobre Empreendimentos de Economia Solidária (EES) tem origem na contradição que os contrapõe em relação às organizações hegemônicas. Enquanto os primeiros estão pautados na materialização de práticas econômicas e gerenciais de produção e comercialização solidárias, as segundas se caracterizam por serem diametralmente opostas, ambas inseridas no mesmo sistema capitalista (DELGADO, 2017; LEGLISE e SMOLSKI, 2017; PATEO, 2012).

Essa contradição não se encerra no campo teórico, ela se estende (e se origina) pelo campo empírico, especialmente nas relações de trabalho e nas relações sociais, que estão em constante processo de construção, desconstrução e reformulação. Tais mudanças, que podem ser profundas e rápidas ou superficiais e de desenvolvimento lento, são pautadas pelos aspectos concretos, materiais do movimento de produção e circulação (ÁVILA e CAMPOS, 2018), evidenciando a característica dialética da realidade. Para apreender as transformações e os elementos concretos que determinam essas relações, esta tese tem como objeto EES que estão inseridos dentro do contexto agroalimentar brasileiro.

A produção rural se destaca como campo empírico nas pesquisas organizacionais, tanto no cenário regional quanto no nacional⁴. O desafio da produção de alimentos é uma questão não só econômica, mas política, cultural e social. Me dedico a pesquisar organizações solidárias e trabalhadoras auto-organizadas no contexto de produção e comercialização agroalimentar rural. Cerca de 55% dos EES estão organizados no espaço rural (GAIGER, 2013)⁵.

De acordo com os microdados do Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária (SIES), fornecidos pela extinta Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES), dos 19.708 EES mapeados no Brasil, 10.793 atuam no ambiente rural. No caso de Mato Grosso do Sul, esses empreendimentos correspondem a 29% do mapeamento que abrangeu um total de 294 organizações. Destaca-se que, desse total, 71 são empreendimentos de agricultura familiar⁶ (SENAES, 2013).

⁴ Neste trabalho de pesquisa será dado ênfase à produção de alimentos para consumo humano.

⁵ Os dados que se referem ao banco de dados SIES estão desatualizados, sendo que a última atualização da pesquisa foi em 2013.

⁶ Agricultura Familiar – AF – é o modelo de negócio onde os produtores possuem laços familiares e se organizam orientados pela produção na terra. Não há consenso entre os autores na definição

Essa pesquisa descreve e analisa os desafios da desigualdade de gênero⁷ no ambiente organizacional dos EES rurais e urbanos⁸ – que trabalham com a produção e comercialização de alimentos – e evidencia a atualidade de um movimento que Paulilo (2016) chamou de “feminismo camponês”, que é a busca pela emancipação das mulheres produtoras de alimentos vinculadas ao espaço rural.

A desigualdade de gênero é tema frequente nas pesquisas sobre organizações, especialmente no contexto atual que, após a Revolução Feminina (Década de 1970), garantiu às mulheres acesso a ‘novos’ espaços, especialmente os de trabalho. Essa expansão da presença das mulheres no mundo do trabalho provocou um fenômeno que não se anteviu: o deslocamento da responsabilidade do sustento financeiro da família dos homens para as mulheres, acompanhado do endividamento delas, que passaram a ser arribo de família (HIRATA, 2009).

O fato de que a renda média das mulheres brasileiras é de R\$ 2.255⁹ e a renda média dos homens é de R\$ 2.815 já seria o suficiente para trazer o debate de gênero para as relações de trabalho, em uma sociedade que, entre 2000 e 2015, teve um aumento de 105% no número de famílias que passaram a ser chefiadas por mulheres. Entretanto, o trabalho doméstico, que não é remunerado, não consta nas pesquisas oficiais e aprofunda o abismo entre os gêneros na sociedade (IBGE, 2022¹⁰).

Em 2022, os rendimentos efetivos das mulheres tiveram queda em uma proporção superior às dos homens, sendo 4,7% para elas e 3,1% para eles, no que se refere a renda efetiva (IPEA, 2022)

O número de famílias endividadas em setembro de 2022 foi de 79% e o número de famílias inadimplentes foi de 30% neste período. Esse número aumentou 5% desde

do termo, pois envolve caracterização de família, de organização produtiva, de uso e ocupação de propriedade privada, de modelos de produção, de tamanho da propriedade entre outros. Fato é que 84% das organizações rurais no Brasil são caracterizadas como Agricultura Familiar (BRASIL, 2017). Nesta tese a AF é um dos modelos de organização rural que podem se organizar de forma solidária.

⁷ O termo gênero, historicamente, pode ser utilizado para classificar as identidades sexuais, e atualmente, para indicar a carga política e ideológica que pesa sobre as desigualdades entre os sexos. A definição conceitual do termo também é campo de discussões acadêmicas, políticas e ideológicas (VEIGA e PEDRO, 2015).

⁸ Para Lefebvre (1999) não há dualidade entre o urbano e o rural, e sim a relação dialética de produção e reprodução entre estes espaços, sendo que o rural é atrasado, não desenvolvido e amplamente explorado para o desenvolvimento e enriquecimento do urbano.

⁹ Renda média referente ao ano de 2021.

¹⁰ A PNAD Contínua publicada em 2022 também reforçou o dado de que a diferença salarial entre os gêneros é maior entre as(os) trabalhadoras(es) com maior grau de instrução (IBGE, 2022)

2019 e é o maior grau de inadimplência já registrado na série histórica (BANCO CENTRAL, 2019 e PEIC, 2022). O endividamento das famílias pressiona os trabalhadores e trabalhadoras para condições precárias de trabalho, e empurra a todos – idosos, adultos e crianças – para a vulnerabilidade social.

Um relatório da OXFAM¹¹, publicado em janeiro de 2020, retrata como a distribuição da riqueza no sistema econômico é sexista e falho. O relatório diagnosticou que a riqueza mundial pode ser representada por uma pirâmide em que a base é composta por mulheres e meninas que, de forma gratuita, produzem 12,5 bilhões de horas diárias de trabalho, que, se fossem remuneradas, gerariam US\$ 10,8 trilhões à economia mundial.

As condições de endividamento e exploração são minimizadas em contextos de EES,

É nesse sentido que os EES surgem como frentes de resistência, ressignificação e transformação que se apropriam de ferramentas e soluções para estabelecer uma nova dinâmica social e econômica, bem como, empreendimentos autogestionários e iniciativas de Trabalho Solidário.

Investigo nesta tese quais são as determinações dos sistemas patriarcal e capitalista para a emancipação feminina, dentro do contexto da produção rural, em empreendimentos solidários, sendo que já se constatou que o processo de transformação da base material, frente às suas contradições, são fundamentais para a consolidação de novas relações de produção e reprodução.

Assumindo que o real dado pela precarização, a força de trabalho feminina, comprometida com a sua própria emancipação - ou seja, a necessidade de se tornar igual ao homem, orientada por um discurso neoliberal, passa a aceitar com mais facilidade a exploração de seu trabalho e a alienação de classes, assimilando o discurso de que é livre e igualmente tratada no modo de produção capitalista (GUIRALDELLI, 2012; NEVES, 2013; RONCATO *et al.*, 2017).

Há uma exigência do modo de produção para que haja obtenção de maiores lucros e se pague cada vez menos aos trabalhadores, multiplicando o exército de reserva. Segundo a PNAD Contínua, as mulheres recebem em média R\$ 13 por hora, enquanto os homens recebem R\$ 14,20, entretanto, as mulheres vendem 37,9 horas semanais de trabalho em média, e os homens vendem 42,7 horas (IBGE, 2019¹²). As mulheres

¹¹ <https://oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/tempo-de-cuidar/>

¹² Estes dados são resultado de um estudo especial do IBGE, que não foi atualizado até o fim desta pesquisa.

trabalham menos horas formalmente e ganham menor salário, mas realizam quase a totalidade do trabalho não remunerado e configuram-se como as responsáveis por garantir os cuidados de idosos e de crianças que são dependentes do coletivo.

O feminismo marxista é a abordagem que fundamenta, pela perspectiva das desigualdades de gênero e da opressão feminina, a discussão do modo de produção, a estrutura de relações de classe, e como isso determina os processos de reprodução social e manutenção da vida humana (FERGUSON, 1999). A escolha do método materialista histórico vem ao encontro da necessidade de fazer uma representação das relações sociais constituídas historicamente, bem como das identidades e subjetividades que aí se inserem (ARRUZZA *et al*, 2019).

Esta pesquisa não tem o objetivo de discutir o empoderamento e emancipação feminina como uma alavanca para garantia de direitos e deveres iguais entre os gêneros (nego, portanto o lugar comum do feminismo liberal de que homens e mulheres são iguais); e sim discutir como as relações de trabalho, econômicas e sociais construíram e constroem os Empreendimentos de Economia Solidária, e como se pode garantir a existência e permanência das mulheres, dentro dos empreendimentos no mercado capitalista¹³.

A problemática deste trabalho reflete se a experiência das mulheres em empreendimentos autogestionários mantém e conforma ou confronta a hierarquia de gênero, ou ainda, se passa a ser transformadora da base material da sociedade, transbordando a igualdade para outros campos da vida cotidiana. Para responder essa questão, é necessário buscar respostas a outros problemas:

- a) será que os EES possibilitam graus de emancipação feminina?
- b) sendo os EES baseados na desconstrução, ou na negação do sistema capitalista, eles oferecem melhores condições de trabalho para as mulheres?
- c) a participação de mulheres em EES transforma ou oferece subsídios para a transformação do papel das mulheres na sociedade?

Os resultados desta pesquisa tendem a contribuir com diversos segmentos da sociedade:

¹³ O aspecto reformista e conciliatório da Economia Solidária será discutido no Capítulo 2 desta tese. Cabe aqui pontuar que este trabalho trilha sobre a perspectiva da sobrevivência das mulheres trabalhadoras e concordando com a ativista Fernanda Imamura “Não se destrói o patriarcado, tampouco o capitalismo, com fome”.

- a) para as organizações: com os EES que poderão incorporar os resultados das pesquisas em processos de mudança;
- b) para academia: com as contribuições teóricas e com os resultados empíricos, fruto de um exercício epistemológico e metodológico;
- c) para o conjunto de mulheres (organizadas ou não), que poderá ter acesso à pesquisa acadêmica que materializa a compreensão histórica de sua realidade; e,
- d) para o Estado: a fim de propor políticas públicas coerentes e transformadoras.

Como ponto central da reflexão, entendo que a emancipação não será uma resposta dicotômica entre “emancipada ou alienada”, resgatando a teoria sobre alienação, a mesma acontece em vários momentos e de diferentes formas (MÉSZAROS, 2006; LUXEMBURGO, 2021), logo a emancipação teria suas condições históricas e dialéticas, sendo a construção das suas categorias o objetivo deste trabalho.

Diante do exposto, o objetivo geral deste trabalho¹⁴ é analisar a emancipação social feminina em relação a trabalho e gênero, e o desenvolvimento e apoio para mulheres em empreendimentos de Economia Solidária. De forma específica:

- a) Revisar conceitualmente elementos e categorias teóricas do Mundo do Trabalho, Economia Solidária e da emancipação de trabalhadores;
- b) Analisar os principais conceitos e dimensões estruturantes-objetivas das relações de trabalho, gênero e poder engendradas pelos EES;
- c) Saturar as determinações que as mulheres trabalhadoras vivenciam nos empreendimentos econômicos solidários e os desdobramentos dessas determinações nas questões de emancipação do gênero feminino, utilizando o método da Análise Crítica de Conteúdo;
- d) Avaliar as possibilidades e limites de emancipação social feminina no contexto de empreendimentos econômicos solidários.

De forma objetiva, a tese aqui apresentada é que há múltiplos fatores, determinados pelo modo de produção capitalista e pelo sistema patriarcal, que são estruturantes para a alienação das mulheres trabalhadoras e, a atuação em organizações solidárias é possível encontrar fissuras para subversão desta ordem econômica e social.

¹⁴ Esta tese é desenvolvida dentro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Organizações, Trabalho e Educação – GEPOTE.

NOTAS SOBRE A ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta tese busca investigar as determinações históricas e econômicas da emancipação de mulheres trabalhadoras de empreendimentos de Economia Solidária – ECOSOL, para atingir este objetivo o trabalho se organiza de uma forma específica, que representa a escolha de apresentação da discussão.

A introdução apresenta a contextualização e as contradições das relações de gênero, do mercado de trabalho e da pertinência da Economia Solidária como uma alternativa aos dois primeiros tópicos. Dentro desta seção foram incluídos elementos da justificativa e contextualização, bem como os objetivos do trabalho.

No Capítulo 1, apresento as questões atuais do mundo de trabalho contemporâneo e quais elementos foram determinantes para criar o cenário atual. Ofereço como argumentos o desemprego, a precarização do trabalho, a alienação dos trabalhadores, como as mulheres estão inseridas nesta realidade e a possibilidade de emancipação no campo.

No Capítulo 2, abordo a Economia Solidária resgatando um histórico de sua constituição, seus paradigmas, limites e possibilidades. Os conceitos de cooperativismo, autogestão, trabalho associado são os norteadores da discussão. Ao final do capítulo, discuto a Economia Solidária realizada exclusivamente para mulheres.

O terceiro capítulo tratará das questões de gênero e de como a falsa neutralidade das teorias negou os problemas estruturais da sociedade e das organizações. Apresento a compreensão do sistema patriarcal utilizado neste trabalho e suas profundas relações com o sistema capitalista, por meio de mecanismos extremamente sólidos, como por exemplo, a estrutura familiar.

O Capítulo 4 apresenta a chave epistêmica e metodológica das fundamentações escolhidas para a construção desta tese. Realizo uma pertinente discussão sobre a neutralidade das ideologias, no que diz respeito a gênero, apresento a relevância e potencial contribuição dada pela escolha epistemológica para construção da tese. Descrevo os aspectos metodológicos, bem como a técnica de análise escolhida – Análise Crítica do Conteúdo. Neste capítulo, exponho uma síntese da utilização dos métodos em relação aos objetivos e a versão inicial do instrumento para coleta dos dados.

O quinto capítulo contém duas partes da metodologia da Análise Crítica do Conteúdo, sendo Provocações Reflexivas e a Organização do Campo Empírico. Esta

seção apresenta a organização das visitas e entrevistas realizadas na tese, bem como uma síntese dos elementos teóricos mais importantes para compreender a emancipação de mulheres trabalhadoras.

No sexto capítulo – Apropriação do Real pela Mediação Crítica da Teoria e Novas Categorias – faço a consolidação da coleta primária de dados, identificando os elementos constitutivos por categorias pesquisadas. Esta fase irá confrontar a resposta das entrevistadas, oferecendo uma síntese coletiva que indicará as categorias resultantes de todo processo de pesquisa e aplicação do método.

Por fim, apresento nas Contribuições Finais o avanço das questões levantadas em toda a tese, síntese das contribuições teóricas, limitações, sugestões de pesquisas futuras e aplicação da tese em seu aspecto prático e político.

CAPÍTULO 1

A QUE PONTO CHEGAMOS? QUESTÕES DO MUNDO DO TRABALHO

A intensificação das condições precárias de trabalho e a incessante ampliação da exploração dos trabalhadores e trabalhadoras é imposta pelo modo de produção capitalista, ao gerar lucros cada vez maiores, diante de taxas de rendimentos cada vez menores. Compreender e apreender as dinâmicas relações e as diferentes condicionantes da força de trabalho como mercadoria, dentro do processo histórico de sua formação permite identificar as nuances da totalidade deste objeto e suas origens, para em seguida discutirmos as particularidades e as singularidades que defendo nesta tese.

O objetivo deste capítulo é revisar conceitualmente elementos e categorias teóricas do mundo do trabalho – buscando estabelecer as relações entre capital, trabalho e o sujeito, dentro da evolução do capitalismo. Em seguida, acrescento a essas relações a questão da terra, que transforma o trabalhador que atua nesse espaço campesino, intentando demonstrar como a dinâmica de produção se transforma, e por fim, discorro sobre a emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Busco nas próximas páginas proporcionar aos leitores quais elementos teóricos e históricos são fundamentais para a análise do objeto proposto nesta tese, evitando discorrer sobre temas que seriam repetitivos ou que se afastem da análise. Portanto, apresento uma revisão teórica que não se define como o Estado da Arte sobre o tema e sim, um relatório dos elementos que são relevantes para a análise desta pesquisa.

1.1 A CENTRALIDADE DO TRABALHO FRENTE AO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Há uma constante tensão entre a generalidade do ser humano e a singularidade dos indivíduos que se expressa quando o sujeito passa a ter acesso a objetificações que o enriquece (ou não ter acesso e que o empobrece). A primeira e mais importante objetificação, e aquela que constitui o ser social, é o trabalho. O conjunto das objetificações é a práxis, a prática do trabalho é a mediação do homem com a natureza e

que garante a condição humana. Essa objetificação se dá por meio de mediações que se definem em todos os processos relacionais entre homem e natureza para sua subsistência, econômica, social, cultural, entre outros (MARX, 2015b).

O trabalho, enquanto razão ontológica do ser, é elemento central em todos os modos de produção da humanidade, por transformar natureza em qualquer benefício para o homem (que planeja e executa). Entretanto foi a partir das imposições trazidas pelo modo de produção capitalista que se igualou o trabalho a qualquer outra mercadoria, descaracterizando a excepcionalidade ontológica dessa atividade, tornando-a cada vez mais alienada. (MÉSZÁROS, 2006).

Aos primeiros indícios de revolução do processo produtivo no surgimento do capitalismo, como: a migração das pessoas dos campos para as cidades; a criação de novas ferramentas e sistemas de produção; o aumento das demandas por produtos acabados; e a imposição de tornar mais eficientes e mais rápidos os processos de produção começaram por transformar o principal trabalho que poderia gerar mercadoria, o trabalho dos artesãos.

Os trabalhadores dominavam o conhecimento e as técnicas para produzir bens e serviços para subsistência e para produzir um excedente que seria trocado. Até então tinham domínio de todo o processo de produção, possuíam as ferramentas necessárias para seu trabalho e tinham determinada segurança em manter seu status ao saber que seu conhecimento e capacidade de produção não poderiam ser simplesmente retirados.

A partir da imperativa necessidade de se contratar aprendizes, devido ao aumento da demanda, havia a preocupação de que o principiante não o substituísse, não roubasse seus clientes, suas ferramentas ou até sua tecnologia de produção. Surgiu a imposição de restringir o acesso do neófito a compreensão de todo processo de produção, limitando-o a algumas atividades, sem ainda que tivesse posse das ferramentas que utilizava, para que não vendesse para outros concorrentes horas de seu trabalho, agora valorizado pelas ferramentas ofertadas por seu mestre e pela oportunidade de aprender um ofício.

Clegg, Kornberger e Pitsis (2011, p.446) destacam que:

A disciplina era alcançada quando o trabalho previsto designado era executado sem problemas e dentro de uma prática rotineira. Em pequenas oficinas, a disciplina era relativamente fácil de ser obtida, especialmente em situação em que tais oficinas tinham uma base artesanal ou eram estruturadas com base no domínio de um conhecimento ou técnica específicos, como técnicas de fabricação de

barris, de metais ou de tecelagem. Em tais estruturas, pressupunha-se que o mestre dominasse a respectiva arte, que se presumia fosse desconhecida de aprendizes e que esses estivessem altamente motivados a aprender, de forma que também pudessem se tornar trabalhadores competentes. O mestre exercia sua autoridade a fazer que o aprendiz executasse as tarefas de forma que ele permitia. A base da autoridade do mestre residia na propriedade de recursos fundamentais, como o local de trabalho, matérias e rede de distribuição e de fabricação propriedade essa que os tornava capitalistas.

O trabalhador passa a se relacionar não com a natureza para transformá-la, mas com o pequeno burguês, dono do capital, para executar pequenas partes desconexas de um processo cada vez mais complexo de produção, no qual não terá acesso também ao produto acabado. Ao ser obrigado a vender sua mão de obra, primeiro para o mestre e em seguida para o grande industrial, a possibilidade de decidir sobre o processo de produção é negada ao trabalhador, bem como a maneira como deve realizar seu trabalho, se tornando um repetidor de processos pelo qual recebe um salário, que deve sustentá-lo, mantendo suas atividades laborais e as suas demandas pessoais. Constitui-se aqui a categoria da divisão hierárquica do trabalho¹⁵.

A intensificação da produção e a lógica burguesa que promoveram as duas primeiras Revoluções Industriais (a primeira da implantação da máquina a vapor e do uso do carvão e a segunda do aprimoramentos das indústrias química, elétrica do petróleo e do aço) reposicionaram a lógica da exploração do trabalho da escala artesanal para a industrial, intensificando a alienação e a exploração dos trabalhadores, pois a lógica produtivista centrada na produção de lucro, marcada pela necessidade da manutenção do poder burguês no poder exigia – e exige – que as classes mantenham-se como foram forjadas.

Hobsbawn (2015) apresenta como o capitalismo contribuiu para a instauração de guerras e como estes combates se justificavam na expansão do capitalismo, justificando sua expansão, por meio das novas tecnologias providenciadas pelo modo de produção e pela própria competição comercial. Essa lógica se repete na primeira metade do século XX com as duas grandes guerras mundiais, que encontra seu sistema em franca expansão

¹⁵ Personificação do trabalho pelos operários que o realizavam, criando hierarquia e atribuindo valor em cada atividade de produção (ANTUNES, 2009).

(já apresentando sinais de crise), porém que ainda encontra sobrevivida nos sistemas taylorista e fordista¹⁶ graças aos conflitos internacionais.

O sistema capitalista luta constantemente pela sua manutenção e expansão, este último no sentido de aumentar os lucros da classe capitalista. O desenvolvimento do sistema sóciometabólico do capital se dá ciclicamente, porém em velocidades diferentes pelo mundo. Se compararmos o capitalismo que se difundiu na Europa e América do Norte e aquele que se difundiu na América Latina nos séculos XIX e XX, a essência do capitalismo que se desenvolve no Brasil é periférica, baseada na exploração de grandes produções rurais extrativistas, no regime de trabalho escravista, no descompasso do padrão tecnológico, se comparado aos países do hemisfério norte (SALLUM JR. 2000).

A reprodução do sistema leva o capitalismo a crises permanentes e crônicas, em níveis globais. Conforme o capitalismo avança, os intervalos entre as crises passam a ser mais curtos e o ciclo de prosperidade seguinte apresenta sinais de esgotamento mais rapidamente. Essas crises são analisadas equivocadamente por especialistas como crises dos modelos gerenciais e não do próprio sistema capitalista (HARVEY, 2011).

Após a Segunda Grande Guerra¹⁷, apoiados pelos interesses estadunidenses de controle ideológico e na manutenção das relações imperialistas, o Estado brasileiro garantiu de forma autoritária o desenvolvimento do capitalismo liberal, implantou políticas desenvolvimentistas, muitas delas populistas, mantendo seu status até a crise do modelo liberal na década de 1980. A partir desse período e até o fim do século XX, agora em uma perspectiva neoliberal, o Estado deixou de ser o principal estimulador da atividade econômica, o capital estrangeiro passou a ser preferido em relação ao capital

¹⁶ O binômio taylorista/fordista é a lógica de produção que vigorou nas indústrias entre o final do século XIX e primeira metade do século XX, baseados na produção em massa, com produtos totalmente homogeneizados e com sistemas de decisão verticalizados. Foi fundamental para consolidar a desumanização dos processos de produção (*desantropomorfização* do trabalho) e consolidar a subsunção real do trabalho ao capital (Antunes, 2009)

¹⁷ Destaco a importância de apresentar o contorno que as guerras promoveram nas relações de trabalho; houve um hiato nos atritos entre as classes, não porque eles deixaram de existir, mas foram ressignificados nesse período. A questão do trabalho feminino, por exemplo, tem condicionantes históricos diferentes antes, durante e depois do período bélico. Antes das guerras se registra uma série de lutas de trabalhadores, greves, iniciativas (desde as internacionais comunistas e lutas pelas condições de trabalho, que são discutidas nessa tese) e durante os 50 anos de duração dos dois maiores conflitos as forças de trabalho foram redesenhadas.

nacional e sua condição de país periférico ainda determinava, no final do século, sua subsunção às contradições do capital (SALLUM JR. 2000).

A ideologia do Capital Imperialismo pós-guerra, se propõe a um sistema de autorregulação keynesiano, entre operários e patrões, arbitrado pelo estado (supostamente isento). O tempo e as condições históricas trouxeram uma segunda geração de trabalhadores dentro do sistema taylorista/fordista, levando a um fortalecimento dos sindicatos, partidos políticos e outras instituições mediadoras que intentavam garantir aos trabalhadores condições mínimas de moradia, de saúde, de educação, de formação, entre outras, por meio de um controle social da produção, não mais pautado pela eficiência da máquina e sim pelas condições dos trabalhadores, resistente ao gerenciamento racional que explorava à exaustão os trabalhadores.

Para Fontes (2010, p. 149) o capital-imperialismo é a:

expansão de uma forma de capitalismo, já impregnada de imperialismo, mas nascida sob o fantasma atômico e a Guerra Fria. Ela exacerbou a concentração concorrente de capitais, mas tendencialmente consorciando-os. Derivada do imperialismo, no capital-imperialismo a dominação interna do capital necessita e se complementa por sua expansão externa, não apenas de forma mercantil, ou através de exportações de bens ou de capitais, mas também impulsionando expropriações de populações inteiras das suas condições de produção (terra), de direitos e de suas próprias condições de existência ambiental e biológica. Por impor aceleradamente relações sociais fundamentais para a expansão do capital, favorece contraditoriamente o surgimento de burguesias e de novos Estados, ao mesmo tempo que reduz a diversidade de sua organização interna e os enclausura em múltiplas teias hierárquicas e desiguais.

As condições concretas das relações de trabalho estavam determinadas por periódicos conflitos como: as constantes demandas dos movimentos de trabalhadores por melhores condições de trabalho, o avanço tecnológico que mudou a dinâmica das fábricas, a redução dos lucros das fábricas e o protagonismo do capital financeiro. O resultado foi a crise do estado de bem-estar social e a derrota dos trabalhadores na luta pelo controle social da produção¹⁸, oportunizando a consolidação do modo de gestão Toyotista e novas formas de acumulação de capital (ANTUNES, 2009. p. 50):

¹⁸ O trabalho dentro do sistema fordista se dá pela não participação do trabalhador no sistema de organização do trabalho sendo sua atividade apenas uma repetição desprovida de sentido (heteronomia), porém quando o sistema racional apresentava falhas ou problemas eram os trabalhadores os convocados para resolvê-los (autonomia). A intenção dos sindicatos era que este controle social passasse pelos trabalhadores (ANTUNES, 2009).

Opondo-se ao contrapoder que emergia das lutas sociais, o capital iniciou um processo de reorganização das suas formas de dominação societal, não só procurando reorganizar em termos capitalistas o processo produtivo, mas procurando gestar um projeto de recuperação da hegemonia nas mais diversas esferas da sociabilidade. Fez isso, por exemplo, no plano ideológico, por meio do culto de um subjetivismo e de um ideário fragmentador que faz apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social.

Em síntese, os avanços do Toyotismo nas questões que se referem ao desenvolvimento do modo de produção, mas que afetam negativamente a força de trabalho são (ANTUNES, 2009):

- a) a especialização flexível: onde o trabalho não detém mais o conhecimento nem mesmo de uma parte do processo de produção, e sim de atividades aleatórias dentro do processo;
- b) a inclusão do trabalho computadorizado: que impõe a necessidade de um trabalho mais qualificado, às custas do trabalhador;
- c) o controle se concentra ainda mais na gestão, com a proposta de aumento de qualidade, afastando-se do trabalhador;
- d) a intensificação do trabalho: por meio da redução da quantidade de trabalhadores, da flexibilidade para mudar de tarefas, da multifuncionalidade exigida do funcionário, da necessidade de se produzir *just in time*, entre outros.

O discurso ideológico da eficiência, da maximização de resultados e de que os trabalhadores representavam os grandes custos das empresas, e os grandes prejuízos das nações, pois impediam a expansão de suas indústrias se consolidou nas últimas duas décadas do século XX. A flexibilização não só intensificou o trabalho como colocou nos ombros do trabalhador a responsabilidade pela produtividade, pelas vendas e pelo desempenho das organizações. Para ampliar o desenvolvimento, a qualidade de vida de todos, era preciso que os direitos dos trabalhadores fossem retirados para que as empresas pudessem produzir mais, para gerar mais empregos e melhores condições de trabalho. Desempenho, motivação, treinamento, qualificação se tornaram sinônimos de trabalho bem realizado e de valor superior. Este discurso ideológico promove até os dias de hoje um processo de precarização do trabalho (MELGES *et al*, 2022).

Outro movimento histórico desse período foi a mundialização da força de trabalho e a descentralização da exploração da mão de obra para países periféricos e menos

desenvolvidos. Esse movimento garantiu certo fôlego à crise estrutural, e aconteceu de diferentes formas em várias partes do mundo.

Para além da desconstrução objetiva das relações de trabalho, a ideologia neoliberal opera também na subjetividade dos sujeitos trabalhadores, ao ampliar e sofisticar os mecanismos de controle, por meio da implantação de uma ideologia higiênica (ambientes de produção modernos, com máquinas e equipamentos avançados, que indicam ao trabalhador que tal tecnologia e desenvolvimento é mais produtivo que a capacidade laboral) e higienista (neste tipo de organização o trabalhador precisa ser controlado e impedido de prejudicar o "trabalho" das máquinas, pois ele não seria bom, limpo, detentor de conhecimento a altura do capital instalado). Faria (2011a, p. 217) alerta que essa ideologia condiciona os trabalhadores a alguns comportamentos como: "a) o medo da incompetência; b) a pressão para trabalhar mal; c) a falta de esperança de reconhecimento; d) o sofrimento e a defesa para suportar a pressão".

O século XXI traz consigo a saturação dos novos modelos de exploração pelo capital. O mundo entrou em colapso pelo neoliberalismo. A crise habitacional que implodiu o sistema americano já era crítica em outros países e o modelo de industrialização baseado em exportações, característico do Brasil, estava em queda. O neoliberalismo é um sistema que busca a centralização da riqueza e do poder capitalista para garantir sua manutenção, utilizando de discurso baseado na liberdade individual, responsabilidade pessoal, privatização, livre mercado e livre comércio.

As crises financeiras servem para racionalizar as irracionalidades do capitalismo. Geralmente levam a reconfigurações, novos modelos de desenvolvimento, novos campos de investimento e novas formas de poder de classe. Tudo isso pode dar errado, politicamente (HARVEY, 2011, p. 18).

Ou seja, determinada a razão ontológica do trabalho, o neoliberalismo, ao reestruturar os sistemas de produção, leva a mudanças profundas nas questões do mundo do trabalho, exigindo a ressignificação e (re)mobilizando os campos de luta, criando demandas¹⁹ para superação da exploração do capital (ANTUNES, 2009).

¹⁹ Barros e Santos (2019) esclarecem que a precarização se dá pela constante pressão para acumulação do capital, que garante um exército de reserva para garantir que haja sempre mão de obra disponível para o capital, não restante aos trabalhadores aceitar formas de inserção ou pagamento irregulares e precárias.

Nos últimos 30 anos, a solução para a crise estrutural tem provocado mais desigualdades, pois a rentabilidade do capital sempre é preferida, o que traz o aumento da exploração dos trabalhadores. Estes, convencidos do discurso neoliberal de liberdade e empreendedorismo se rendem a governos conservadores e reformistas, que adotam políticas de austeridade contra a população, diminuindo investimentos, retirando direitos e criando mecanismos que legalizam a exploração do trabalhador e a precarização do trabalho assalariado.

A desconstrução do trabalho no Brasil, que levou ao desemprego estrutural e ao aumento da pobreza, se deu por uma mudança ideológica dos processos de produção que substituíram o taylorismo e o fordismo por sistemas de produção mais flexíveis, que exigiam uma “liofilização organizacional” e um trabalhador flexível, não especializado e multifuncional (ANTUNES E POCHMAN, 2007).

As mediações produzidas pelo capital que alienam o trabalhador acontecem em quatro dimensões: sua desassociação do processo do trabalho, seu desconhecimento do produto final, a alienação de si mesmo (ao não se reconhecer mais como indivíduo que não objetifica sua produção) e a alienação de toda a civilização humana. O trabalhador passa a só produzir e reproduzir sem que perceba quão explorado é e quão contraditório é o processo em que vive (MÉSZÁROS, 2006).

Outro conceito referencial para entendimento do mundo do trabalho é a subsunção material, ou formal, do trabalhador ao capital, que consiste em deixar o indivíduo com a única alternativa de vender sua mão de obra. Isso se dá pela não posse do maquinário necessário para a realização do seu trabalho. A subsunção real acontece quando o trabalhador não é mais detentor do conhecimento do seu trabalho, é a máquina que determina o ritmo do trabalho, a ordem e a lógica de produção. No primeiro caso, a exploração se dá pelo aumento do número de horas trabalhadas, no segundo, pelo aumento da intensidade de trabalho alienado (DURÃES *et al*, 2017)

A empresa chamada vulgarmente de “pós-industrial” é, de fato, neoliberal. Ela está organizada sob o princípio de que todo trabalhador deve ser considerado como um empresário de si mesmo, ou seja, como um proprietário ativo de seu próprio capital humano. Como se sabe, o neoliberalismo é uma racionalidade dominadora de mundo, que visa a reestruturar todas as esferas da vida social e, em particular, os mercados e as empresas, segundo a lógica da competição econômica acerbada. Em sua perspectiva, todos os trabalhadores devem se situar e se mover num ambiente de competição generalizada, concebendo-se a si mesmos como uma pequena empresa, uma dotação de capital humano que é capaz de progredir indefinidamente (PRADO E PINTO, 2014, p. 72).

O resultado dessa fórmula capitalista é a exclusão, que não se dá apenas de forma econômica e social, mas também política, não partidária, mas também aquela que estabelece a condução dos privilegiados pelo Estado.

Por isso, rigorosamente falando, não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, sua esperança, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva. Essas reações, porque não se trata estritamente de exclusão, não se dão fora dos sistemas econômicos e dos sistemas de poder. Elas constituem o imponderável de tais sistemas, fazem parte deles ainda que os negando (MARTINS, 2011, p. 14, grifo do autor).

Essa definição reage à categoria de “exclusão” e considera a inclusão dos indivíduos em condições de total marginalidade, de não acesso, de não oportunidades e servirá de norte para a análise das mulheres dentro da classe trabalhadora nesta tese. Elas representam mais da metade da população brasileira, trabalham e consomem, mas ainda assim estão marginalizadas, mesmo dentro do seu grupo.

Cabe ainda nesta seção retomar o caminho inicial, da constituição do trabalho como mercadoria pelos aprendizes de artesãos, e refletir sobre a transformação do trabalho como mercadoria e como definidor da razão de ser dos indivíduos, de sua individualidade.

O primeiro ponto que gostaria de destacar é a definição de valor do recebimento de renda dos trabalhadores (salário). Este se dá pela produtividade, ou eficiência do trabalhador, durante aquele período dentro da sua atividade laboral. Entretanto as necessidades individuais se tornam mais complexas (e mais caras) a partir do momento em que o indivíduo precisa garantir a sua reprodução, a manutenção da prole, sua habilidade e aperfeiçoamento de trabalho, seu deslocamento, entre outros. O salário recebido pelas horas de trabalho passa a sustentar a manutenção do indivíduo e sua submissão ao trabalho, e nada além disso, restando um saldo negativo ao trabalhador.

Este saldo negativo está evidente na precarização das moradias, na constituição das periferias, na evidenciação de divisões de classes nas cidades. Está presente também na dependência que o trabalhador tem do estado, para garantir níveis mínimos de saúde e educação para si e para sua família.

A não remuneração, ou a remuneração insuficiente (a despeito da exploração da mais valia) é uma das faces ocultas da exploração dos trabalhadores. A disseminação da

ideia de que o trabalho realizado no tempo livre do trabalhador não importa ao capital, e é de interesse apenas de quem o executa é uma das mais perversas formas de exploração social que se apresenta neste tempo.

O segundo ponto é a superação da ideia de que é necessário acumular, além do que é necessário para a subsistência, e sim para obter projeção política, cultural e social, alcançar outra classe social e diferenciar-se de outros trabalhadores. O imperativo de acumulação é consoante com os princípios fundadores do capitalismo, mas tem uma dimensão específica, quando lidamos com a produção rural e com a terra, como apresento a seguir.

1.2 NEOLIBERALISMO

A consolidação do neoliberalismo está ligada à crise da década de 1970 do modelo calcado no binômio Fordismo-Keynesianismo. Esse modelo – baseado em políticas sociais, de pleno emprego e de crescimento econômico, principalmente nos países capitalistas centrais – atingiu seu limite de acumulação e, dessa forma, demandou necessidade de novos arranjos para a continuidade da acumulação capitalista (HARVEY, 2014; HOBSBAWM, 2015).

Nesse período houve uma “combinação de desemprego em ascensão e inflação acelerada, oriundos da crise da acumulação capitalista que afetou o mundo todo”, esvaziando as políticas keynesianas e enfraquecendo os Estados nacionais a partir de um movimento de retirada do protagonismo destes na relação Estado/sociedade/mercado. Dessa forma, “o caminho da transformação do pensamento ultraliberal em doutrina política e econômica tem seu marco registrado entre os anos 1978-80, como um ponto de ruptura revolucionário na história social e econômica do mundo, sob o comando de Ronald Reagan e Margaret Thatcher (MELGES *et al*, 2022).

A partir do início da década de 1970, como resposta do capital à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização produtiva em escala global, ainda que de modo bastante diferenciado, bem como de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan era a expressão mais forte. A isso se seguiu também um

intenso processo de reestruturação da produção e de trabalho, com o intuito de dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores (ANTUNES, 2005).

De acordo com Costa (2017, p. 119), para fazer frente à crise de acumulação, o grande capital passou a defender a ideia de que a “rigidez institucional dos contratos coletivos de trabalho e os gastos sociais do Estado impediam o livre funcionamento da economia”. Dessa forma, era disseminada a ideologia neoliberal, a defesa irrestrita da regulação social via mercado em que, “no concreto das coisas, a reestruturação produtiva levada a cabo de forma sistêmica em todas as economias, ainda que em momentos e intensidade diferentes, nocauteou o movimento ascendente de conquistas sociais e trabalhistas, que marcou o conflito de classe desde a década de 1930 (COSTA, 2017, p. 119).

Segundo Melges *et al.* (2022) o processo de reestruturação dos arranjos produtivos inseriu-se em um quadro de transformações mais profundas que envolveram todo um arranjo societal que se configurou em uma resposta do capital frente às crises do regime fordista de acumulação, gerando uma mudança profunda nos padrões de concorrência e reordenação das forças produtivas e dos Estados nacionais. Tal mudança contemplou o uso de novas tecnologias e novas formas de organizar e controlar o trabalho.

Nesse sentido, a reestruturação produtiva neoliberal criou maneiras de extração de mais-valia relativa e absoluta, inventando processos para redução de custos trabalhistas promovidas por meio de uso de medidas – esvaziamento do Estado, desregulação – que instituem contratos flexíveis, inflando significativamente a informalidade, o desemprego e processos desonestos de subcontratação e terceirização (MELGES *et al.*, 2022). Dessa forma, de acordo com Pereira, Tassigny e Bizarria (2017), a agenda neoliberal é caracterizada pela terceirização dos contratos de trabalho, por novas tecnologias e busca impor uma política de desregulação em âmbito global do Estado.

Béhar (2019, p. 259) entende que o neoliberalismo possui um discurso cujo cerne é “a incapacidade e a infalibilidade do Estado em tomar as medidas necessárias para dirimir a crise de acumulação, vivenciada em países capitalistas desde o final da década de 1960”. Dessa forma, “os ideólogos do neoliberalismo defendiam o dismantelamento do intervencionismo estatal (característica do Estado de Bem-Estar Social), especialmente no que se refere às políticas econômicas e sociais”. No mesmo sentido, Carmo e Barata (2017) entendem que a agenda neoliberal consiste na mercantilização

irrestrita de todos os âmbitos da vida social, do esvaziamento dos sistemas de proteção social e dos serviços públicos, privatização das empresas públicas e precarização do trabalho.

Para Cassandre *et al.* (2013) e Costa (2017), o neoliberalismo está ligado à ascensão do globalismo e tem como cerne a ideologia do Estado mínimo e de mercado – pouca intervenção econômica e social –, causando mudanças nas relações sociais organizadas, principalmente nas formas de organização do trabalho.

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas políticas-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem realizado se a liberdade e as capacidades empreendedoras individuais forem irrepreensíveis no âmbito de uma estrutura institucional, caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas [...] as intervenções dos estados devem se manter em um nível mínimo” (HARVEY, 2014, p. 11-12).

Por seu turno, Melges *et al* (2022) entendem o neoliberalismo como: a racionalidade/instituição que corresponde ao processo de acumulação do capital dentro do chamado capitalismo flexível²⁰, que invade todos os espaços da vida social, sendo constituído por um conjunto de teorias, de áreas diversas, que ora legitimam a relação precária do político frente ao econômico, ora prescrevem modelos – teóricos e/ou políticos – de ajustamento às necessidades de acumulação do capital. Em síntese, promove a disseminação política-ideológica, por um lado, e estrutural-econômica, por outro.

De acordo com Costa (2017), o neoliberalismo fornece um modelo de gestão baseado na flexibilidade dos processos e na desregulamentação das relações econômicas, que resulta na precarização do trabalho. De acordo com o autor, ao retirar os pilares centrais de sustentação do Fordismo – desregulamentação do mercado de trabalho e desmonte ou redução das políticas de seguridade social – o neoliberalismo pôs em xeque o padrão de assalariamento consolidado no pós-guerra: o emprego regular, de mais longa duração, para um mesmo empregador, assistido pelas conquistas da barganha coletiva e

²⁰ O termo capitalismo flexível não é consenso entre os autores citados nesta revisão teórica.

por legislações trabalhistas e políticas públicas atinentes às metas de pleno emprego e de redistribuição social.

Esse regime de emprego, então dominante, passava a ceder, cada vez mais, lugar à disseminação de regimes diversos e mais flexíveis, mas que têm em comum o fato de serem empregos instáveis, de curta duração, de baixos salários e minguadas contribuições sociais, de fraca capacidade de organização coletiva, disponibilizados pelas empresas ao sabor de suas demandas e sob um tipo de gestão fortemente refratário a compromissos (COSTA, 2017, p. 120).

Ainda conforme Costa (2017, p. 128), a lógica neoliberal “torna os Estados reféns da liquidez imediata do Capital” e “com o desmonte da sociedade salarial e à medida que se asseveram as relações de dominação, voltam à tona os problemas que questionam os próprios fundamentos do modo de produção e valorização capitalista”. Tal desmonte da sociedade salarial também é apontada por Melges *et al.* (2022): o advento do neoliberalismo engendrou transformações que geraram uma nova divisão internacional do trabalho, fazendo com que adentrássemos uma nova era marcada pela ferocidade com que o capital global exige o desmonte de estruturas de legislação social de proteção ao trabalho e destrói os direitos sociais que foram duramente conquistados.

1.3 O CAMPO, A PRODUÇÃO RURAL E O CAMPESINATO

Se a lógica da acumulação que serve à ideologia dominante, de que os trabalhadores podem trabalhar para acumular riqueza, ainda que a realidade seja de que essa determinação em acumular sirva apenas para intensificar o de espólio ao qual são submetidos, tem-se uma diferente categoria para o meio rural, a questão da posse e propriedade²¹ da terra.

A terra, dentro da perspectiva marxista, não tem valor, pois não é fruto de trabalho humano, ela é campo de trabalho, e seu valor será maior ou menor a depender da

²¹ O código civil diferencia posse e propriedade nos artigos 1.204 e 1.228, respectivamente, sendo que o primeiro caso é a possibilidade de fazer uso de todas as possibilidades e potencialidades do bem e o segundo é ter a “faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha”, evidenciando a terra como uma mercadoria que pode ser usada e vendida. Nesta tese, não pretendo entrar na questão agrária, ainda que seja relevante para analisar a emancipação dos trabalhadores rurais.

capacidade de produção que o trabalho humano possa produzir com ela. Portanto, é a renda da terra o verdadeiro valor a ser produzido dentro de uma relação capitalista entre capital e trabalhadores rurais. Ainda assim, para Lefebvre (1999) o espaço, inclusive o rural, determina e dissimula as relações sociais.

A questão agrária no Brasil, ou mais diretamente, a má distribuição e ocupação agrária no Brasil, remonta ao fim da escravidão, pois até então o direito à propriedade se baseava na livre ocupação de terras, o proprietário seria responsável apenas sobre as benfeitorias. Porém, apenas os “homens bons”²² poderiam obter o título de posse das propriedades. Em 1850 foi promulgada a Lei de Terras que determinava que, a partir daquele momento, a única forma de aquisição de propriedades seria através da compra, impedindo a aquisição pelos negros – agora livres e desprovidos de oportunidade de salário, moradia, entre outros, e pelos imigrantes – que teriam que trabalhar algum tempo até que pudessem juntar um bom volume de dinheiro (MARTINS, 2011).

A mecanização do processo de produção rural e a expulsão e extermínio dos povos nativos de suas terras tradicionais ocasionaram aumento do número de trabalhadores marginalizados que dependem da terra para produzir e que não tem acesso a ela. Segundo Martins (2011), o Brasil é o único entre os grandes países de tradição agrícola que não fez uma reforma agrária efetiva ao longo de sua história.

A miséria e a violência no campo daqueles trabalhadores rurais que no final da Ditadura Militar buscavam espaços para garantir sua sobrevivência deu origem a Ligas Camponesas, as lutas dos povos indígenas, os quilombos, são referência e exemplo de tentativa de revolução para o mundo, especialmente a constituição do Movimento dos Sem Terra – MST. As bases do movimento buscam enfrentar a marginalização (exclusão) de seus integrantes, especialmente ao garantir a alfabetização e a educação política dos membros (GONÇALVES, 2018).

As escolhas políticas que orientam os incentivos para a produção de alimentos no país já se apresentam contraditórias e não priorizam, nem quem produz, nem quem consome, e sim um rico sistema latifundiário de commodities, de transportes e de comercialização.

²² Homens que tinham direitos políticos. Brancos e livres.

1.4 ALIENAÇÃO, EMANCIPAÇÃO E CIDADANIA

Com o estabelecimento do modo de produção capitalista, razão ontológica do ser agora, passa a ser mediado de forma a sequestrar a subjetividade do trabalhador. Mészáros (2006), resgatando Marx em *O Capital*, define como mediações de primeira ordem do capital aquelas que se interpõem entre o homem e a natureza e que não exigem relações sociais hierárquicas e asseguram a reprodução sociometabólica da espécie humana – apresentadas na Figura 1. Porém, essas mediações de primeira ordem foram afetadas pelos elementos fetichizadores, reificadores e alienantes do capital.

Figura 1: Aprofundamento da alienação do trabalhador



Fonte: elaborado pela autora, com base em Mészáros (2006)

As mediações, não mais diretas, passam a ser de “segunda ordem”: a separação entre o trabalho e a posse dos meios de produção, a dissociação entre a produção e comercialização do fruto do trabalho e a divisão social e hierárquica do trabalho. Como resultado, surgem as classes, a personificação do trabalhador destinado a ser dependente do capital e a consolidação das funções produtivas fragmentadas. Um exemplo é o distanciamento da decisão sobre o processo produtivo, independente do conhecimento ou das escolhas do trabalhador, por parte de quem detém o capital – a heterogestão.

Entretanto existem ainda condições necessárias para que a segunda ordem das mediações se constituísse e se mantivesse dentro da lógica social e subsumindo o trabalho ao capital. Conforme apresenta Antunes (2009, p. 23 e 24):

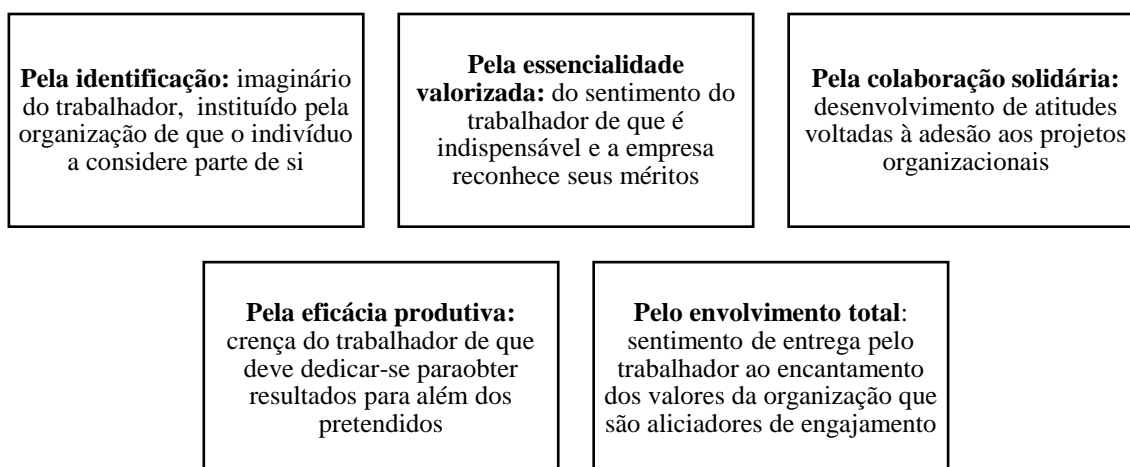
- 1) a separação e alienação entre o trabalhador e os meios de produção;

- 2) a imposição dessas condições objetivadas e alienadas sobre os trabalhadores, como um poder separado que exerce o mando sobre eles;
- 3) a personificação do capital como um valor egoísta – com sua subjetividade e pseudopersonalidade usurpadas –, voltada para o atendimento dos imperativos expansionistas do capital;
- 4) a equivalente personificação do trabalho, isto é, a personificação dos operários como trabalho, destinado a estabelecer uma relação de dependência com o capital historicamente dominante; essa personificação reduz a identidade do sujeito desse trabalho a suas funções produtivas fragmentárias.

Mészáros (2006), ao analisar as origens do conceito de alienação em Marx, define que, para o materialismo histórico-dialético, esta categoria – alienação – impele a necessidade de superação, sendo que a universalidade do conceito é aplicada do ponto de vista do trabalho, de forma crítica, buscando a totalidade concreta da sociedade em um movimento dinâmico.

Faria (2011b, p. 116) define a alienação como: “condição histórica, específica, do trabalho subsumido ao capital e neste sentido que se deve compreendê-la e a sua negação através da prática de classes”. Todavia o autor adota que a retomada da subjetividade do trabalhador poderia ser superar tal condição. Faria e Meneghetti (2002, p. 117) indicam cinco formas de sequestro da subjetividade pelos trabalhadores conforme apresentada na figura abaixo:

Figura 2 Formas de sequestro de subjetividade para Faria e Meneghetti (2002)



Concordo com Saffioti (2015, p. 148) quando argumenta que:

A ideologia constitui um relevante elemento de reificação, de alienação, de coisificação. (...) A alienação em sua acepção de cisão é alimentada pelas tecnologias de gênero, aí inclusas as ideologias. É muito útil a concepção de sujeito de Lauretis, pois ele é constituído em gênero, em raça/etnia, em classe social; não se trata de um sujeito único, mas múltiplo. (...) Não obstante a força e a eficácia política de todas as tecnologias sociais, especialmente as de gênero, e, em seu seio, das ideologias de gênero, a violência ainda é necessária para manter o *status quo*.

Assim, nesta tese, adoto como o oposto à alienação, a emancipação, operacionalizada pela cidadania e liberdade total, em razão de entender que a alienação é fruto do processo de exploração do trabalho e da desigualdade de gênero. A busca pela emancipação, portanto, é manter na práxis humana uma luta contínua pela libertação dos indivíduos. Libertação esta da desumanização, da opressão, da dominação social e da exclusão. É estabelecer a liberdade e a cidadania que propõe a democracia (FREIRE; HORTON, 2002).

Carvalho (2015) apresenta a tese de que a cidadania no Brasil se encontra em uma encruzilhada. A desesperança coletiva com a possibilidade de que a democracia política aniquilaria com a pobreza e a desigualdade se deu porque os direitos no Brasil foram conquistados em ordem invertida ao modelo clássico de Thomas Marshall. Enquanto a lógica inglesa sugere que primeiro são conquistados os direitos civis depois os políticos e só então os sociais. No Brasil a conquista dos direitos sociais mais significativos se deu no período do Governo Militar, quando havia cerceamento dos direitos civis. A inversão da sequência de direitos reforçou entre os brasileiros a ideia de supremacia do Estado, que hoje atende apenas aos interesses neoliberais do capital.

Freire via a revolução como um processo, conduzido por seres humanos aliados, entre as organizações de base e as vanguardas, por meio da educação. A ideologia e a opressão realizada pelo capital precisam ser percebidas pelos trabalhadores, para que estes possam de fato, emancipar-se e obter dignidade cidadã. Romão e Gadoti (2012, p. 39) sintetizam a ideia do pedagogo:

[...] somente com a superação de uma formação social classista, verticalmente hierarquizada, conseguir-se-á a superação das ideias, conceitos e valores alienantes introjetados pelos dominantes nos(as) dominados(as). No entanto, esta “extrojeção” (expulsão das ideias, projeções e ideais hospedados) somente terá lugar no momento pós-revolucionário se continuar ocorrendo uma “revolução cultural”, ou seja, se o processo de “descolonização das mentes” mantiver seu curso.

Ainda que a superação da luta de classes e o fim do capitalismo se apresentem distantes no horizonte, é comum encontrar o tema empoderamento nos discursos – especialmente nos organizacionais e nos das pautas identitárias. O termo se refere a uma condição em que as pessoas (nível individual) conquistam controle e conhecimento sobre suas forças pessoais para agir de uma melhor maneira (BAQUERO, 2012).

O empoderamento é uma estratégia reacionária da esfera privada para aproximar indivíduos e garantir o ideário de que é possível superar as limitações próprias, de sua comunidade e do sistema. Uma metáfora para empoderamento é que o capitalismo socializa sonhos e privatiza os meios de realizá-los. Caso o indivíduo esteja empoderado, ele se mantém no trabalho ativo e produtivo, por esse motivo, esta tese evitará o termo.

Enfim, a emancipação é utilizada nesta tese como o oposto, a alteridade, o antônimo de alienação e como sinônimo de cidadania, definido por Marques-Pereira (2009, p. 39) “trata-se de dar conta da capacidade das mulheres de impor uma definição de cidadania que integre sua dimensão social. Estas se tornam sujeitos políticos, tendo os direitos sociais como campo de lutas e de negociações”.

1.5 A PARTICULARIDADE DAS TRABALHADORAS

A Divisão Sexual do Trabalho, ou as relações de trabalho mediadas pelo sexo social, é outro conceito importante para os estudos de gênero e trabalho. O termo foi popularizado, entre as décadas de 60 e 70, por feministas marxistas francesas que buscavam classificar qual o espaço das mulheres no mundo do trabalho. Existem duas vertentes que podem ser abordadas sobre o tema: a primeira é a divisão objetiva de trabalhos masculinos e femininos (generificada); e a segunda vai mais além das desigualdades superficiais e busca comprovar como as escolhas de divisão de trabalho são sistemáticas e valoradas, privilegiando o sexo masculino (HIRATA e KERGOAT, 2007).

Para avançar na divisão de gênero do trabalho é preciso compreender a diferença entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo. O primeiro é objetivo, aquele pelo qual se recebe um salário ou um pagamento que resulta na confecção de uma mercadoria, ou que se torna uma mercadoria, por meio da força de trabalho. O segundo se refere ao trabalho doméstico, geração e educação de filhos, da manutenção das condições de

existência da classe trabalhadora. A sustentação do trabalho reprodutivo é um garantidor da divisão de classes, pois se a classe trabalhadora não se mantém e não aumenta, a classe burguesa não tem condições de se sustentar (KERGOAT, 2003).

Hirata e Zarifian (2009) questionam o conceito de trabalho como atividades hierarquizadas que separam as atividades por sua destinação, por exemplo, o trabalho necessário para a subsistência humana, ou para produzir coisas, propriamente ditas. As autoras destacam que as esferas da vida para as mulheres são apenas socialmente separadas, e que a luta por emancipação pela força de trabalho vendida para a indústria, fruto de uma visão totalmente instrumental, aumenta a exploração daquelas que realizam o trabalho necessário, o “não-trabalho”, ou o trabalho reprodutivo.

Para as mulheres, os limites temporais se dobram e se multiplicam entre o trabalho doméstico e profissional, opressão e exploração, se acumulam e se articulam, e por isso elas estão em situação de questionar a separação das esferas da vida – privada, assalariada, política – que regem oficialmente a sociedade moderna (HIRATA E ZARIFIAN, 20019, p. 254).

É preciso considerar que o trabalho feminino é marginalizado duplamente, primeiramente, no que se refere ao sistema produtivo de bens e serviços e, em seguida, na marginalização das próprias mulheres. Sendo assim:

É óbvio, portanto, que a mulher sofre mais diretamente que os homens os efeitos da apropriação privada dos frutos do trabalho social. Seria ilusório, todavia, pensar-se que a maior exploração de que é alvo a mulher reverte em benefício do homem (SAFFIOTI, 2019, p. 73).

Na sociedade de classes, que expropria o valor do trabalho de homens e mulheres, não são os homens que obtêm as vantagens e lucros de tal desigualdade. A análise da totalidade histórica, na qual estão inseridos os trabalhadores, permite compreender que manter a mulher subjugada no mercado de trabalho contribui para a manutenção de um grande exército de reserva, o que diminui o ônus do salário-mínimo para as empresas.

CAPÍTULO 2

A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO FORMA DE EMANCIPAÇÃO E ESPERANÇA²³

A organização de trabalhadores de forma coletiva e autogestionária pode se caracterizar de diferentes formas e por diversas razões – muitas delas nomeadas de Economia Solidária. Conhecer as razões e os mecanismos de associação, sua constituição histórica, seu panorama atual e suas contradições possibilita o direcionamento deste trabalho, no sentido de demonstrar como o movimento social e econômico dos trabalhadores promovem mudanças sociais em suas realidades.

2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

As contradições promovidas pelo capitalismo geram sucessivas crises que, como subproduto, produzem reconfiguração de políticas, tecnologias, formas organizacionais, relações sociais e outras dimensões que permeiam a vida em sociedade, que se adapta por coerção ou por consentimento, adubando as sementes das crises seguintes (HARVEY, 2015). A luta contra mecanismos opressores de exploração não se origina no final do século XX com o fim do estado de Bem-Estar Social, e sim desde a própria consolidação do sistema econômico capitalista.

Para Singer (2001a) as organizações de cunho solidário não poderiam intencionalmente proibir ou condenar outros modos de produção, inclusive o modo capitalista, sem perder sua essência libertadora. Se o modo capitalista produz desemprego e exclusão social, são desses elementos que as iniciativas autogestionárias se alimentam. Para o autor são as violências do sistema econômico capitalista que criam as fissuras de resistência ao próprio sistema, evidenciando o movimento dialético.

²³ Esperança, na perspectiva de Paulo Freire (1992, p. 5), como verbo: Esperançar. “Não quero dizer, porém, que, porque esperançoso, atribuo à minha esperança o poder de transformar a realidade e, assim convencido, parto para o embate sem levar em consideração os dados concretos, materiais, afirmando que minha esperança basta. Minha esperança é necessária, mas não é suficiente. Ela, só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia. Precisamos da herança crítica, como o peixe necessita da água despoluída”

Para resgatar o processo histórico da formação de grupos de trabalho e resistência ao sistema, é preciso retroceder no tempo e resgatar outras iniciativas de emancipação e coletividade frente ao capital.

A alienação e o processo de intensificação da precarização do trabalho constituem as forças centrais da dinâmica de acumulação capitalista, sendo propulsoras do desemprego estrutural que consolidam as condições materiais para os trabalhadores buscarem alternativas de adaptação e/ou resistência. Ao longo do tempo, diversos fatos, acontecimentos e iniciativas contribuíram para a construção da realidade atual da Economia Solidária. Algumas dessas construções vingaram, outras serviram de experiência. Algumas foram de iniciativa popular, outras de iniciativa do estado e outras, ainda, de instituições confessionais. Esse movimento do real demonstra o comportamento histórico-dialético dos movimentos cooperativos.

O Quadro 1 a seguir apresenta alguns destes marcos históricos nas iniciativas de atuação coletiva, trabalho associado e/ou constituição de cooperativas:

Quadro 1 - Fatos e Eventos Históricos que contribuíram para a consolidação do cooperativismo, associativismo e economia solidária no Mundo e no Brasil

Ano/Período	Acontecimento
1824/25	Criação de Sociedade Cooperativas (fim da lei que proibia reuniões coletivas) Grã-Bretanha
1844	Criação dos Pioneiros Equitativos de <i>Rochdale</i>
1820~1850	Robert Owen (socialistas utópicos)
1865	Experiências cooperativas na França e na Inglaterra
1871	Comuna de Paris
1895	Criação da Aliança Cooperativa Internacional – ACI
1906	Criação da Fundação Nacional de Mulheres Trabalhadoras (Inglaterra – Nancy MacArthur)
1905~1917	Conselhos Soviéticos/Revolução Russa
1910	<i>Kibbutzim</i> – Israel
1950~1990	Empresas eram geridas por trabalhadores – Iugoslávia
1949	Revolução Comunista Chinesa
1956	Complexo cooperativo de <i>Mondragón</i> – Espanha
1956	Criação da Caritas Brasileira
1961	Criação do FASE - Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
1966	Congresso de Viena – Revisão dos princípios de <i>Rochdale</i>
1970	Fábrica de relógios <i>Lip</i> (França)
1974	Revolução dos Cravos – Portugal
1975	Criação da Comissão da Pastoral da Terra – CPT
1981	Criação do IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
1986	Criação do PACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul
1990	Projeto Harmonia-Catende
1992	Criação da CONCRAB – Confederação de cooperativas de Reforma Agrária no Brasil – MST
1994	Criação da ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária
1995	Criação da Primeira ITCP – primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – UFRJ
1995	Criação do IMS – Instituto Marista de Solidariedade

1997	Criação do PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares
1998	Criação da Incubadora de Cooperativas Populares da USP
1998	Criação do Núcleo/Incubadora UNITRABALHO – UEM
1999	Criação da ADS/CUT - Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores
1999	Início da Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
2000	Criação da UNISOL Brasil – Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários
2000	Criação da Rede Nacional de Economia Solidária
2001	Fábricas Sem Patrões – Argentina
2001	Primeiro Fórum Social Mundial
2001	Criação do FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária
2002	I Plenária Brasileira de Economia Solidária
2002	Criação da ABCRED – Associação Brasileira de Entidades Operadoras de Microcrédito e Microfinanças
2002	Separação da Rede de ITCP's e Criação da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
2003	Criação da SENAES – Secretária Nacional de Economia Solidária
2003	Criação da Rede Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária
2003	II Plenária Brasileira de Economia Solidária – Porto Alegre
2003	III Plenária Brasileira de Economia Solidária – Brasília
2004	Criação do SIES Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária e início do Mapeamento
2005	Criação da UNICAFES – União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária
2006	Conferência Nacional de Economia Solidária
2008	IV Plenária Brasileira de Economia Solidária – Luziânia/GO
2012	V Plenária Brasileira de Economia Solidária
2013	Jornadas de Junho ²⁴
2014	Criação da UNICOPAS – União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias
2015~2019	1º Plano Nacional de Economia Solidária
2019	Extinção da Subsecretaria de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego
2019	Conselho Nacional de Economia Solidária submetido ao Ministério da Cidadania
2019	Criação da Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária
2019	Criação da Política Nacional de Economia Solidária – Marco Regulatório
2021	Sanção da Lei 17.587/São Paulo. Lei Paul Singer
2019~2022	Abandono das políticas solidárias no Brasil.

Fonte: Elaborado pela autora baseada nas obras consultadas (2022)

O Quadro 1 não tem a pretensão de retratar a totalidade dos marcos históricos, visto que foi elaborado a partir das referências de leituras utilizadas na construção desta tese. Observo que até 1974 são discutidos acontecimentos fora do país e, a partir da década de 80, as discussões centralizaram-se no Brasil. Esta situação se dá pelo contexto já apresentado no Capítulo 1, uma vez que antes deste período não havia condições materiais para o desenvolvimento de fatos e eventos capazes de favorecer a Economia Solidária neste país.

²⁴ Apesar de o evento histórico Jornadas de Junho não ser exclusivo de trabalhadores, ou relacionados à autogestão, optei por incluir no Quadro 1 tendo em vista que provocou mudanças significativas no governo e no futuro do país, sendo que foi organizado espontaneamente, por movimentos populares.

Cinelli e Arthmar (2018) trazem o contexto da constituição da Sociedade de Cooperativas que passa a existir na Grã-Bretanha no início do século XIX. O surgimento da discussão foi propiciado pelo momento social e econômico pós-guerra napoleônica, onde a sociedade influenciada pelas doutrinas filosóficas de Robert Owen e Benjamin Bentham efervesce as mudanças sociais da época, questionando se novas práticas cooperativas seriam ou não melhores que a competição do mercado.

A criação dos Pioneiros Equitativos de Rochdale é a primeira cooperativa de que se tem registro e tem início após um grupo de tecelões juntar uma parte de seus salários, durante três semanas, e criar um fundo para compra de alimentos e artigos de consumo doméstico para uso próprio.

Estes trabalhadores eram fortemente influenciados por Owen que teve seus princípios apropriados pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI) e regem as cooperativas até hoje (BLANCO, 1985. MARIE, 2019). São eles:

- a) Princípio das portas abertas: a adesão a uma sociedade cooperativa deve ser voluntária e aberta a todas as pessoas que puderem fazer uso de seus serviços e aceitarem as responsabilidades inerentes de sua filiação;
- b) Princípio da democracia: as cooperativas são organizações democráticas e suas operações devem ser realizadas por pessoas eleitas, ou designadas por meio de procedimentos acordados entre os sócios. Um homem, um voto;
- c) Princípio da descapitalização das cooperativas: o capital social, caso tenha que cobrar uma taxa de administração, deve arrecadar a menor taxa possível;
- d) Princípio do retorno cooperativo: os resultados econômicos produzidos pertencem aos sócios e devem ser distribuídos de forma igualitária. Pode ser distribuído para a expansão das operações da cooperativa, para realização de serviços comuns ou para os sócios de forma proporcional às operações realizadas com a cooperativa;
- e) Princípio da educação cooperativa²⁵: todas as cooperativas devem tomar providências para a educação de seus membros, empregados, dirigentes e público em geral, nos princípios e técnicas democráticos e de cooperação;

²⁵ Blanco (1985) esclarece que alguns autores divergem sobre a tradução deste princípio que poderia ser traduzido com a criação de um fundo para financiamento da educação, entretanto pequenas e pobres cooperativas não teriam condições para tal.

- f) Princípio federalista²⁶: as cooperativas, para servir melhor aos interesses de seus membros e comunidades, devem colaborar com todos os meios com outras cooperativas em níveis local, nacional e internacional.

Tanto os Princípios de *Rochdale* quanto as iniciativas bem-sucedidas nos países europeus tiveram forte influência de Robert Owen que foi um socialista utópico, junto com Charles Fourier e Saint-Simon (ZAPERLON, 2003).

Em 1871, a Comuna de Paris representou a maior revolução democrática do período e manteve, por 72 dias, todo o Estado sob a “ditadura do proletariado”, caracterizada por um regime político de transição para o comunismo, gerido por quatro características: a) o povo em armas – dissolução do exército e acesso aos meios materiais para garantia do poder; b) fusão dos poderes legislativo e executivo; c) eliminação da máquina repressiva do estado – além do exército, também a polícia e o judiciário; d) organização da produção nacional de forma planejada (SOUZA, 2006).

Estes eventos, até agora descritos, estão no recorte temporal do século XIX que apresentou as opressões e contradições da revolução industrial e da evolução do capitalismo, sendo historicamente marcados na vida e nas obras de Marx, como o Manifesto Comunista lançado em 1848, ou até mesmo o livro d`O Capital, lançado em 1867.

No conturbado contexto europeu do início do século XX, essas sementes, memórias e ideias revolucionárias eram disseminadas na sociedade e, em 1905, surgiam os Conselhos Sovietes, que foram o embrião da Revolução Russa de 1917. Outras práticas de trabalho associado são destacadas no Quadro 1. Como não poderia ser diferente, em um estudo materialista histórico todos os eventos estão imbricados, como é o caso da constituição dos *Kibbutzim*.

Os *Kibbutzim* são formas de organização coletiva de produção rural pautadas pelos princípios comunais, influenciados pela Teoria Marxista. Foram criados pelos judeus que fugiam da opressão da monarquia russa e tinham o objetivo de constituir um novo “ser humano”, voltadas para a igualdade, sem propriedade privada, uso comum de áreas domésticas, entre outros, que rejeitaria o capitalismo. Desde o surgimento dos *Kibbutzim*, os indivíduos se reconhecem também como sionistas (ABRAMITZKY, 2011).

²⁶ Este princípio não constava nos princípios de Rochdale, porém foi acrescentado pela Aliança Cooperativa Internacional, no Congresso de Viena em 1966.

A carga histórica, social, econômica e política deste início de século XX atinge o limite da civilidade e deflagra as duas Grandes Guerras mundiais, redirecionando os esforços da população mundial para a sobrevivência, mas não sem que os grandes capitalistas buscassem criminalizar, atacar e condenar as ideologias, teorias e práticas anticapitalistas. O mundo sai das duas guerras fragilizado pela Guerra Fria, pela polarização geopolítica e pelos regimes ditatoriais que governaram de vários países, especialmente no hemisfério sul.

No começo da segunda metade do século XX, dois movimentos podem ser delineados, o primeiro deles marcado pela organização popular revolucionária que buscava derrotar o sistema capitalista, fortemente influenciada pela URSS, valores socialistas e que resistiam aos sistemas ditatórias, como na antiga Iugoslávia, na Espanha, na França e em Portugal – caracteristicamente com a Revolução dos Cravos em 1974. E o segundo movimento com a instalação de uma política de assistencialismo, aliando instituições religiosas e estado, buscando oportunizar aos desfavorecidos do sistema capitalista pós-guerra, e pós estado de bem-estar social condições mínimas de sobrevivência.

Estes dois lados de uma mesma moeda – religião e revolução, de forma contraditória, foram os elementos fundantes das associações, coletivos, programas e outras iniciativas solidárias no Brasil ao final do século XX. Os atores da Economia Solidária de hoje nasceram e se formaram politicamente nesse contexto conflituoso.

São exemplos de instituições religiosas, que atuaram e atuam no contexto do cooperativismo e do trabalho associado no país, a Caritas Brasileira, o Instituto Marista de Solidariedade – IMS e a Comissão da Pastoral da Terra – CPT. A questão confessional religiosa surge como um conflito para aqueles que compreendem o trabalho associado como meio de emancipação dos indivíduos, conforme identificado por Eder Sader (1995) sobre grupos de mães que foram fundados em São Paulo na década de 70 e tinham suporte de tais organizações:

Mulheres previamente capacitadas, ensinavam outras, pobres e necessitadas, a bordar, costurar e fazer outros trabalhos manuais, além de transmitir instruções de higiene e saúde. [...] Ela (Sra. Odette) sabe que as mulheres eram do Lions Club e que tinham chegado dizendo ao padre que queriam “fazer o bem, alguma coisa pelos outros”. Lembra que elas vinham uma vez por semana, traziam tecidos, traziam lã, traziam tudo que elas podiam imaginar e ainda traziam pessoas para cuidar das crianças enquanto elas se reuniam. Os trabalhos artesanais feitos nessas aulas eram depois vendidos em lojinhas especializadas, em lugares e esquemas que elas desconheciam. A ação de benevolência

estabelecia uma tal distância entre assistentes e assistidas que estas mantinham um misto de gratidão e suspeita acerca da motivação das primeiras (SADER, 1995, p. 200-201).

A entrevistada a que o trecho destacado faz referência ainda afirma que as mulheres benfeitoras “embolsavam” a renda oriunda da venda do que era produzido e também davam orientações de higiene como: se não tivessem pasta de dente que “escovasse com bicarbonato, se nós não pudéssemos ter desodorante, que usasse limão, que também saía o cheiro” (SADER, 1995, p. 201).

O desfecho da situação foi dado pelo padre da comunidade que teria mandado as “pobres senhoras ricas” embora, dizendo que as mulheres da comunidade seriam capazes de tomar suas próprias decisões de produção e comercialização, não sem desagradar parte da comunidade “atendida” pelas benfeitoras. Sader resalta que desse momento surgiram três fatores que permitiram um novo começo nos movimentos de mães: a) a “organização por elas mesmas”; b) a constituição de uma coordenação de clube de mães; c) a valorização da luta contra a injustiça no lugar do assistencialismo caritativo.

Optei por trazer esse relato do grupo de senhoras e mães para ilustrar como o caso citado é característico da constituição dos coletivos no processo de formação política e social. Mesmo que sem a tutela das senhoras ricas, as mulheres continuavam a se encontrar na igreja, ou em razão de eventos desta.

O trecho destacado acima evidencia também contradições da Economia Solidária como a necessidade de tutoria, a dependência ideológica dos grupos tutorados, a dificuldade de emancipação destes grupos, a submissão real ou psicológica frente à hegemonia do mercado. Afinal, a constituição dos outros grupos de apoio e desenvolvimento da Economia Solidária, indicados no Quadro 1, também não são isentos de ideologia, como demonstro na sequência.

Como apresentado no Capítulo 1, o contexto político, econômico e social da segunda metade do século XX criou elementos para que a sociedade se organizasse frente à deterioração de direitos da sociedade. As diversas organizações populares que surgiram nesse período são uma resposta à degradação provocada pelo neoliberalismo e uma tentativa de sobrevivência e até superação do capitalismo. A criação de institutos, programas, associações e redes se confundem com determinações do próprio processo de redemocratização do país. As instituições selecionadas no Quadro 1 podem ser organizadas em cinco grupos, definidos pelo perfil de constituição e formação, descritos a seguir.

O primeiro grupo é aquele formado pela iniciativa particular de algumas pessoas que foram exiladas no período da ditadura, como o Instituto IBASE²⁷, que foi fundado pelo Betinho e o PACS²⁸, que também foi fundado por economistas que voltavam do exílio e residiam na região sul da América Latina. Estas organizações da Sociedade Civil tinham o viés de resistência ao neoliberalismo e dependiam (dependem) de elementos externos aos grupos atendidos, como financiamento, articulação, influência, entre outros.

A CONCRAB e a ADS/CUT se incluem em um segundo grupo, de organizações que surgem dentro de movimentos sociais para direcionar esforços para a prática do trabalho auto-gestionário e da economia solidária. A CONCRAB surge dentro do Movimento do Sem-terra e se torna um laboratório de cooperativismo para os participantes do movimento, que nem sempre em sua história terá como foco a posse coletiva, o trabalho associado e a resistência ao sistema econômico. Já a ADS também surge da contradição dos trabalhadores sindicalizados que compunham a CUT, como “uma resposta à necessidade de constituir novos referenciais de geração de trabalho e renda e de alternativas de inclusão social” (ADS/CUT, 2020).

Em um terceiro grupo estão incluídas as Universidades – especialmente as públicas. No Quadro 1, faço referência à primeira incubadora constituída dentro do ambiente universitário na UFRJ e à criação da incubadora da USP que, tendo como membro fundador o Professor Paul Singer serve como referência para as políticas de Economia Solidária que foram desenvolvidas nos três lustros seguintes. Marco importante dentro desse grupo é a constituição da UNITRABALHO, dentro da UEM, que teve uma intensa atividade de fomento, não só dos empreendimentos incubados, mas também da organização coletiva e na educação e formação de novas iniciativas, como a ADS/CUT.

O espaço universitário tem um papel importante no incentivo, fomento, qualificação, treinamento e sustentação dos empreendimentos de economia solidária, não só pelas políticas efetivas que surgiram no início do século XXI pelo governo Lula, mas pelo espaço que a autonomia universitária – garantida pela constituição –permite, mas também por meio do tripé Ensino, Pesquisa e Extensão.

O quarto grupo surge de forma incipiente no final do século XX, que são as iniciativas de apoio de origem pública como o PRONINC. Este programa surge como um

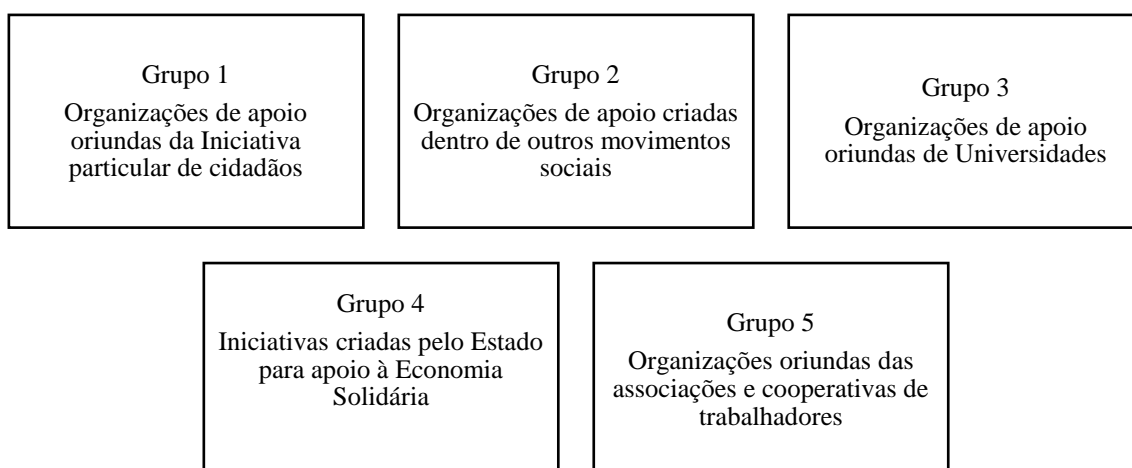
²⁷ <https://ibase.br/pt/quem-somos/>

²⁸ <http://pacs.org.br/sobre-o-pacs/>

Edital do FINEP em 1995²⁹, para desenvolver uma metodologia de incubação de empreendimentos de cooperativas populares e de difusão de tecnologia social. Outras iniciativas irão surgir na primeira quinzena do século XXI dentro deste grupo, e ele se tornará o principal fomentador da Economia Solidária nos próximos anos.

Na classificação que proponho, insiro no quinto grupo as organizações que se originaram por meio da auto-organização dos trabalhadores que atuam/atuavam em empreendimentos solidários, sendo a ANTEAG e a UNISOL. Onuma, Mafra e Moreira (2012) trazem reflexões importantes sobre a constituição destas organizações e a participação dos trabalhadores nestes grandes grupos, como a necessidade de compreender a subjetividade individual e coletiva dos participantes destes grupos. A Figura 3 apresenta a organização discutida nos últimos parágrafos:

Figura 3 - Síntese da origem e formação dos grupos de apoio e fomento à Economia Solidária



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

A inclusão desta classificação, dentro do estudo da linha histórica da formação das organizações que caracterizam a economia solidária no Brasil é importante para identificar os elementos que sustentam as ideologias, discursos e práticas do trabalho associado. Estes elementos serão investigados no campo empírico para o entendimento e para identificar as determinações dos empreendimentos de economia solidária aqui estudados.

Identificar e compreender a formação das instituições e registrar o contexto em que elas foram criadas contribui para a análise que proponho na tese, pois além do

²⁹ <http://www.finep.gov.br/apoio-e-financiamento-externa/historico-de-programa/proninc>

trabalho objetivado das mulheres, a forma como a organização se constituiu e é apoiada também influencia na emancipação destas. Tal é a realidade que foram as condições do final do século XX que levaram a eleição de Lula, em 2003, que em campanha já afirmava que iria constituir a Secretária Nacional da Economia Solidária.

A eleição de um governo popular não foi a única responsável pela aproximação entre estado e Economia Solidária, a criação do Fórum Social Mundial, em 2001 e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária trazem visibilidade e projeção para o tema. Mas o cerne do movimento e a razão de ser estava nas profundas desigualdades, na pobreza e na exploração em que viviam os trabalhadores naquele período.

O desafio da economia solidária dentro do governo Lula³⁰ ia além da implementação de uma política pública e enfrentava desafios que dependiam inclusive da criação da estrutura de uma nova secretaria dentro do Ministério do Trabalho e do Emprego. As iniciativas organizadas fora do Estado tinham o desafio de estabelecer pontes de diálogo e fomento com a burocracia estatal, era necessário que os valores da Economia Solidária fossem compreendidos pelo Estado e que os interesses de ambos os lados fossem atendidos para a construção de uma nova política (KLEIMAN, 2006).

A política criada no Governo Lula, acabou por se tornar uma prática reformista, como apresentado no trecho abaixo:

Do ponto de vista da geração de trabalho e renda, a visão hegemônica do governo é a de acenar com a esperança da retomada do emprego com carteira assinada, cabendo ao cooperativismo apenas, se tanto, o papel de trabalho temporário, passageiro, até que atravessemos a tempestade da recessão. É em função disso que a visão ao fim predominante não é a de Singer – secretário de uma pasta marginal compromissada com a promoção do cooperativismo popular rumo a uma sociedade alternativa – mas sim a de um cooperativismo funcional à reestruturação produtiva, como forma de conter o desemprego e subemprego em massa. Isso nos permitirá desenvolver o argumento de que a SENAES seria uma espécie de pedra proto-socialista num colar declaradamente pró-capital, principalmente pró-capital financeiro (NOVAES e FILHO, 2008, p. 2, grifo meu).

Chiariello, Fonseca e Morais (2021, p. 16) também criticam a trajetória da SENAES por ter apresentado “um caráter inconstante, errático até, dificultando o

³⁰ Optei por utilizar como referência ao período de Governo Popular ou Governo Lula tendo em vista que o período em que a presidenta Dilma esteve frente ao poder executivo, poucos eventos foram destinados à Economia Solidária. Eventualmente isso se justifica pela crise política que culminou no Golpe (Impeachment) da presidenta eleita e eventualmente se justifica já pelo enfraquecimento e burocratização das políticas de ES.

reconhecimento de seu papel como instância institucional capaz de imprimir o perfil de uma suposta política nacional de economia solidária”. Os autores indicam os dados apresentados no Quadro abaixo como um indício da denúncia, considerando que as ações não dialogavam entre si, e não buscavam perenidade.

Quadro 2 Ações prioritárias SENAES 2004-2017

LOAS	Ações	Participações relativas	
		Sobre o período	Sobre o total
2004-2007	Fomento de trabalho e renda em atividades de economia solidária	68,8%	10%
2008-2012	Promoção do desenvolvimento local e da economia solidária por meio da atuação de agentes de desenvolvimento solidário	21,6%	6,6%
	Fomento à assistência técnica a empreendimentos econômicos solidários e redes de cooperação de economia solidária	23,2%	71,1%
	Formação de formadores (as), educadores (as), e gestores públicos para atuação em economia solidária	14,4%	4,4%
2013-2015	Fomento e fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação	46,9%	20,6%
	Fomento para a organização e o desenvolvimento de cooperativas atuantes com resíduos sólidos	38,4%	16,9%
2016-2017	Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária	76,4%	8,3%

Fonte: LOAs 2004-2017. Chiariello, Fonseca e Morais (2021, p. 90)

A literatura acadêmica e não acadêmica, bem como o meio político é rico no debate sobre a necessidade da revolução radical ou da efetividade das práticas reformistas e de reparação dos sistemas. O governo Lula não entregou os resultados de transformação substantiva da realidade, porém oportunizou mudanças, permitiu a estrutura de redes de apoio e garantiu fomento, como é observado nos fatos e eventos do Quadro 1.

Até o final do século XX, a dinâmica de organização, de mobilização, educação e luta dos EES eram de responsabilidade dos próprios movimentos e organizações, ao estreitar o novo ator – o Estado – quando as políticas começaram a ser formuladas e surgir de fora do empreendimento, da comunidade, dos grupos de trabalhadores. Este Estado que agora teria uma secretaria para garantir os interesses e apoiar os trabalhadores auto-organizados era o mesmo que “na porta ao lado” promovia ainda mais o fortalecimento do sistema capitalista.

No contexto nacional, os desarranjos políticos e econômicos – fomentados pela crise financeira internacional de 2008, pelos conflitos políticos partidários e por uma

desastrosa política econômica provocaram grandes manifestações populares em junho³¹ de 2013, que lutavam por melhores condições de vida tendo como gatilho os aumentos na tarifa do transporte público. Esses movimentos foram organizados de forma espontânea e orgânica (MENDONÇA, 2018).

Scartezini (2016) discute que justamente o incômodo geral, sem forma, ausente de organização centralizada e programa definido foi a fragilidade utilizada pela extrema-direita para cooptar o movimento que nascia, especialmente pela mídia e pelo discurso para formar as bases de outras manifestações que saíram às ruas em 2015, com dois apelos centrais: o Impeachment da presidenta eleita no ano anterior, sob a justificativa de corrupção e contra o Partido dos Trabalhadores, que governava o Brasil desde 2003.

A classe média, aumentada e fortalecida pelas políticas petistas, se desespera com a possibilidade de proletarização que se aproxima pela crise estrutural do capital e encontra no discurso fascista da ultrapolítica e da despolitização, representada pelo deputado Jair Messias Bolsonaro, a solução para sua sobrevivência medíocre que o não iguala aos ricos capitalistas, mas o diferencia dos pobres miseráveis. O ódio aos pobres e a adoração ao capitalismo são os norteadores das políticas de desmonte da Economia Solidária.

Em 2019, dentro do recém-criado Ministério da Cidadania, e dentro de um eixo de ação de “Inclusão Produtiva Urbana”, que incluía Agricultura Familiar e um conjunto de cursos de capacitação técnica chamado de Progredir, estava alocada a antiga secretária de Economia Solidária. A página da internet informa que o Ministério atuará em quatro eixos, sendo eles: organização socio comunitária, formação e assessoria técnica, investimentos e finanças solidárias e, organização e comercialização solidária (BRASIL, 2022).

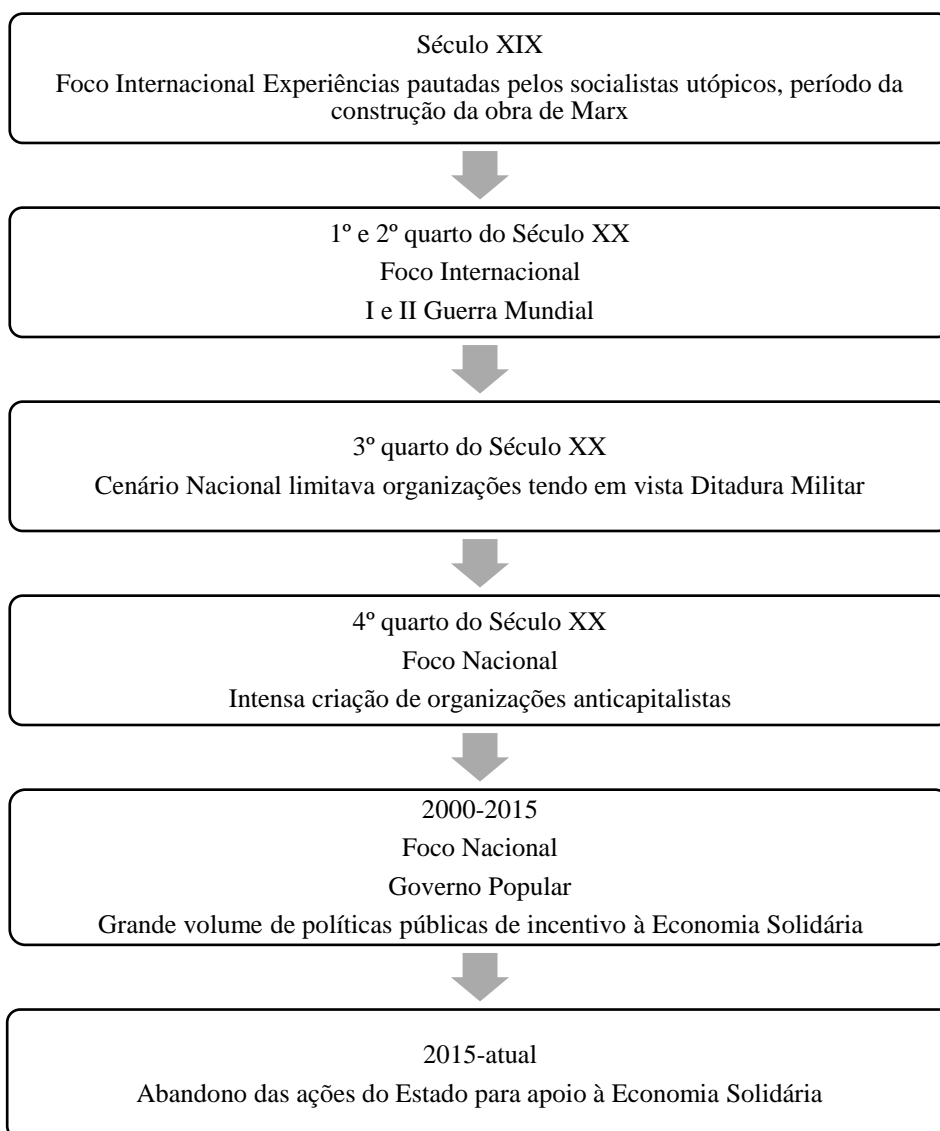
Resta dizer que as informações disponíveis na página são: a) conflitantes, como por exemplo, ao incluir e excluir a agricultura familiar na Economia Solidária ou ao incluir e excluir o campo aos empreendimentos autogestionários; b) incompletas, sendo que a única “ação” apresentada é “implantação, apoio e revitalização de centros públicos de economia solidária” e apresenta apenas 41 centros de economia solidária em funcionamento no país, em apenas 11 estados; c) mal direcionadas: existem apenas dois públicos elencados na página, o de catadores de materiais reciclados, e o de

³¹ Mendonça (2018, p. 9) define as Jornadas de Junho como “conjunto diverso de atos, protestos e ocupações” que lutavam contra “desigualdades sociais, cerceamento a direitos (incluindo o direito à cidade), corrupção, baixa qualidade de serviços públicos, insulamento da esfera política”

caminhoneiros, que teve edital publicado em 2019 com o objetivo de fortalecer a cultura associativa deste grupo, entretanto com ênfase em outras questões, alheias à própria economia solidária. O valor total de recursos desmobilizados neste edital foi de mais de dezoito milhões de reais; e d) de terceiros: alguns links disponíveis na página do governo encaminham para outras páginas, como a iniciativa “Pertinho de Casa” que busca incentivar o consumo de pequenos produtores (BRASIL, 2022; PERTINHO DE CASA, 2022).

O Quadro 3 apresenta uma estrutura de reflexão sobre os eventos do Quadro 1, fazendo vínculos entre os conceitos e fatos tratados neste e no capítulo anterior desta tese. Evidencio aqui que as contradições do momento atual foram inseminadas no passado antigo e recente e que as conciliações do capital, na verdade sempre provocarão novas contradições ao sistema.

Quadro 3 - Síntese da Processo Histórico sobre Economia Solidária



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Os ataques promovidos contra a Economia Solidária como forma de organização no Governo de Temer (2015-2018) e Bolsonaro (2019-atual) tem impacto imediato na organização dos EES. As iniciativas civis de apoio aos empreendimentos autogestionários foram fortemente afetados pela pandemia da novo coronavírus, pois a produção e comercialização dos produtos em muitos casos dependia do encontro dos trabalhadores e dos compradores. No atual cenário econômico, com trágicos números de desempregados, desalentados, trabalhadores informais e insegurança alimentar, as alternativas coletivas ressurgem como possibilidades de superação. Vê-se novamente o movimento da realidade concreta, retraindo e avançando, continuamente.

Em 2022, frente ao período eleitoral para presidência, um grupo de pesquisadores de Economia Solidária se reuniu para contribuir com a construção de um programa de reconstrução do Brasil, liderado pela ex-presidente e candidato Luís Inácio Lula da Silva. A síntese das discussões foi apresentada por Dagnino e Silva (2022) e podem ser expressas em quatro pontos:

1. A Economia Solidária não é a única resposta possível para os problemas estruturais, mas tem potencial para catalisar mudanças;
2. São as mulheres jovens os principais grupos que buscam concretizar a utopia codificado por Paul Singer;
3. Se faz necessário criar um “arranjo institucional especial, específico e compatível com a ES, que permita a operacionalização das amplas políticas que devem atender diversas demandas, desde a segurança alimentar até a criação de uma nova cultura;
4. Concluindo que a criação desta nova cultura demanda reenquadramentos ideológicos de conceitos (como empreendedorismo), ações estratégicas de financiamento comunitário e social, implantação de rotinas administrativas voltadas para a tecnociência solidária, uso da curricularização da extensão universitária, entre outras.

2.2 DEFINIÇÕES E CARACTERÍSTICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Paul Singer, economista e professor, foi quem cunhou o termo Economia Solidária, antes chamado de práticas de Cooperativismo Revolucionário. Suas influências são essencialmente marxistas, sendo o empoderamento do trabalhador e sua luta pela emancipação das relações capitalistas o principal objetivo da associação dos trabalhadores (LECHAT, 2002).

Singer (2008) define Economia Solidária como um modo de “produção que se caracteriza pela igualdade... de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles”. O campo teórico da Economia Solidária é avançado e define alguns elementos que caracterizam este modelo de organização.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) define Economia Solidária como um “conjunto de atividades, sob diversos formatos organizacionais, que contribuem

para a democratização econômica a partir do engajamento de um grupo de indivíduos” (SILVA e CARNEIRO, 2016).

Diversos autores como Kraychete (2017) e Radomsky (2006) destacam a importância de que essa associação deve promover uma “simbiose” entre os participantes, garantindo que o ganho – além daquele acordado e compartilhado pelos participantes (geralmente financeiro) – possa ser apropriado pelos membros, como possibilidades de aprendizado, desenvolvimento pessoal, escolar e material. Os ganhos devem ir além da soma dos resultados da operação de produção e comercialização.

Gaiger e o Grupo Ecosol (2014) descrevem a complexidade dos empreendimentos solidários apresentando duas características constitutivas destas organizações. A primeira delas é que esse modelo de negócio desenvolve múltiplas atividades econômicas concomitantemente. E a segunda é que os negócios apresentam extrema complexidade, de atividades com diferentes impactos, para os diferentes membros daquele coletivo.

Benini e Benini (2008) dedicaram-se a analisar como o conceito de economia solidária se insere dentro do desenvolvimento de Reforma Agrária e distribuição de terras no Brasil. Tendo os autores identificado as contradições e problemáticas na proposta de criar uma realidade para os trabalhadores assentados, encontraram nos princípios da Economia Solidária a janela de possibilidade de um desenvolvimento pleno e solidário.

A realidade social e econômica dos últimos 30 anos levou a sociedade a algumas convicções coletivas de que “não há alternativa”³² ao modo de produção capitalista neoliberal que vivemos. Vimos no Brasil o avanço dos governos liberais financeiros rentistas, bem como o fortalecimento das instituições financeiras através de regimes de políticas econômicas que proporcionaram a estagnação da renda *per capita* e a redução nas taxas de investimento e da produtividade do capital. Essa é uma das várias contradições do sistema capitalista (NAGEM e SILVA, 2013; WACQUANT, 2014).

O discurso de que “não há alternativa” está permeado na sociedade e justifica ações que impedem a emancipação da classe trabalhadora, que está presa a novos modelos de exploração, como o controle do dinheiro e do consumo pelo mercado financeiro e ao grande volume de débitos adquiridos pelas famílias, para garantir a sobrevivência baseada em um consumo acelerado e desenfreado (HARVEY, 2009).

³² Expressão criada por Margareth Thatcher “*There Is No Alternative*”, ou o acrônimo TINA, na sua campanha onde afirmava que a única saída era a globalização neoliberal (MITTELMAN, 2004)

A Economia Solidária é uma alternativa de trabalho e subsistência para indivíduos que estão à margem do *mainstream* da produção e circulação de mercados, pois representa uma maior liberdade e geração de renda por meio de elementos constitutivos fundamentais, como: perspectiva de autogestão, participação, igualitarismo, autossustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social (GAIGER, 2003). O imperativo do empreendedorismo surge por necessidade e a organização coletiva se dá, também, por necessidade.

A inserção de organizações de lógica não capitalista, ou seja, de lógica solidária, não teria sentido de existir se não fosse, contraditoriamente, estudada dentro da economia de mercados capitalistas, pois tal é sua formação e tal é sua representação da totalidade (SINGER, 2001a). Os empreendimentos solidários surgiram e existem porque o capitalismo privatiza os direitos e a dignidade humana, criando fissuras no sistema meritocrático e idealizado, nessas fissuras se dá o início da resistência e da transformação.

Diversos autores sugerem que a iniciativa dos empreendimentos solidários, ao associar-se ou transacionar com outros empreendimentos começaria a criar uma rede organizacional solidária, que de forma organizada poderia iniciar uma transformação concreta. Benini *et al* (2012) alertam, porém, que não há um consenso ou projeto político comum para a superação da ordem capitalista. Tal é a importância do princípio da educação dos trabalhadores autogeridos, para garantir o entendimento e necessidade perene de transformação do sistema, superando as mediações do capital.

2.3 AUTOGESTÃO

Uma organização gerida por trabalhadores, de forma autogestionária, é a antítese imediata da gestão heterogênea, que aliena, explora e retira do trabalhador a capacidade de produção autônoma, independente do capital. A autogestão se coloca como opção dialética e ontológica ao trabalho associado (Benini *et al*, 2012).

Singer (2001b) propôs que o tema autogestão jamais seria esgotado, pois à medida que novos experimentos socialistas fossem sendo feitos, a questão da autogestão assumiria novas “formas e cores muito diferentes” (p. 353). A autogestão é estranha ao modo de gestão capitalista e burocrático porque se opõe a divisão hierárquica, à especialização e à divisão do trabalho.

A aposta dos interpretes da economia solidária (SINGER, 2001b; MANCE, 2001; ARRUDA, 2004), de que as “ilhas” de autogestão poderiam, ao longo do tempo, passar para “arquipélagos”, por meio de redes ou articulações interorganizacionais, é problemática se levarmos em conta que, pelo que os diferentes estudos de caso indicam (AZEVEDO, 2003; COSTA, 2003; CRUZ, 2002; ROSENFELD, 2003), não há um projeto político comum de superação da ordem capitalista entre todas aquelas iniciativas (chamadas de empreendimentos solidários). Já alertava Rios (1989) ao falar das diferentes qualidades de cooperativas, logo fica difícil imaginar uma aliança entre cooperativas e associações com projetos ideológicos tão distintos.

A Economia Solidária foi objeto de amplos debates no campo das políticas públicas, movimentos sociais e no campo teórico nas duas últimas décadas do século XX e na primeira década do século XXI. Surgiu com a formatação de práticas e sistemas já executados em grande parte do mundo como uma resposta ao fim do estado de bem-estar social, alto desemprego, precarização das relações de trabalho e instabilidade das atividades produtivas, que afetaram sem precedentes as relações formais de trabalho (POCHMANN, 2004; SILVA e CARNEIRO, 2016).

As condições macroeconômicas promoveram diferentes formas alternativas de trabalho, como a informalidade, todavia, a multiplicidade de iniciativas de associações entre trabalhadores se destaca. Elas podem estar voltadas à produção propriamente dita, às redes de microfinanças solidárias, utilização de bens de produção em comum ou de divisão de espaços de comercialização. Essas opções de ação coletiva se encaixam dentro de uma economia plural, que pode se apresentar de maneira conflituosa e contraditória, mas também de maneira complementar (SILVA e CARNEIRO, 2016).

Gontijo e Paula (2019) resgatam que há muito interesse (acadêmico e público) e iniciativas no campo da Economia Solidária, dessa forma, as principais razões são: a) o aumento do número de empreendimentos na história recente do país, que a tem adotado – especialmente nos últimos três anos uma intensa política neoliberal e de favorecimento do empregador e não do empregado nas relações de trabalho; b) a Economia Solidária como alternativa para geração de trabalho e renda, como ocorreu nas três décadas anteriores; c) o inventivo de organizações internacionais para construir alternativas aos governos neoliberais e a condição dos trabalhadores pelo mundo.

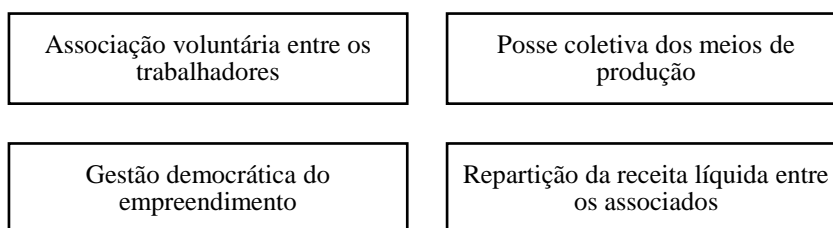
No Brasil, a extinta Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES), com o intuito de realizar o mapeamento dos empreendimentos solidários, montou, em 2009, o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). Este sistema tem

realizado uma efetiva contribuição para a compreensão dos empreendimentos e seus desafios.

O SIES classifica os Empreendimentos de Economia Solidária em três dimensões: a dimensão sócio organizativa (apresentando as formas gerais de organização entre os trabalhadores); a dimensão socioeconômica (como as organizações captam recurso, como os investimentos são realizados, entre outras); e a dimensão sociopolítica (busca compreender a articulação entre os trabalhadores e entre organizações solidárias) (SENAES. 2013).

Silva (2018) convergindo as diversas definições, implicações e críticas a Economia Solidária, propõe que a existência de EES é um fenômeno sociológico e que se insere no “campo acadêmico da Economia Solidária”. O autor sintetiza a interpretação de Economia Solidária ao “conjunto de iniciativas autogestionárias que visam a garantia de trabalho e renda a seus associados”. Estabelecendo quatro princípios:

Figura 4 - Princípios básicos da Economia Solidária



Fonte: Elaborado pela autora com base em Silva (2018); Singer (2001b)

Tendo a Economia Solidária a proposta de superar o padrão de subordinação e de vulnerabilidade dos trabalhadores diante da economia tradicional, diversos autores destacam a importância de garantir que os empreendimentos vigorem e sejam longevos para atingir seus objetivos (ANDION, 2005; GAIGER, 2011). Entre as iniciativas são necessárias práticas de incubação, acompanhamento técnico e readequação de conceitos econômicos que são próprios de empresas tradicionalmente capitalistas.

O modelo de Economia Solidária, tendo em vista estes princípios e dimensões apresentados pelos autores discutidos aqui, pode ser aplicado a diferentes modelos de negócios, sendo encontrado: na Agricultura Familiar, em assentamentos, em movimentos sociais, em cooperativas de catadores de lixo, indústrias recuperadas pelos trabalhadores, incubadoras de empresa, cooperativas populares e várias outras formas de associação (GERMER, 2007).

As políticas públicas voltadas para Economia Solidária, no Brasil, tiveram início com o reconhecimento institucional e político de diversas iniciativas que já aconteciam, promovidas pelos sindicatos, Igrejas e universidades. No Plano de Governo que elegeu o Luís Inácio Lula da Silva, para a Presidência do Brasil, já havia a previsão de Políticas de fomento e em 2003, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), dentro do Ministério do Trabalho (SINGER, 2009).

Schiochet (2009) faz um contraponto nas observações de Singer (2009) quando argumenta que a Economia Solidária só se tornou objeto de política pública quando houve organização da sociedade civil e que “entrou pela porta dos fundos” das políticas de governo adotadas a partir de 2002. A adoção de políticas públicas extrapolava uma mera iniciativa de fomento do governo federal, pois marcava os “limites e contradições da mudança do Estado Mínimo para o Estado Social”.

Tais configurações, definições e classificações apresentadas não isentam a Economia Solidária de suas próprias contradições, como destacado por Gontijo e Paula (2019). A própria lógica empresarial que se apresenta em alguns empreendimentos, em contexto solidário, implica em contradição.

O que não se pode perder de vista é a centralidade do trabalho que buscará superar os limites do trabalho alienado e as mediações de 2ª ordem do capital. O trabalho e as decisões dos trabalhadores, considerando sua realidade e capacidade de produção e comercialização passa a determinar as escolhas de produção (BENINI *et al*, 2012).

Silva (2018) observa, todavia, que a reprodução antecede a produção, e as práticas de gestão junto aos objetivos dos trabalhadores, de forma coordenada é conciliadora do sistema, e não tende a subvertê-lo. Não sem levar consigo, nesta relação dialética, o gérmen da democracia real que originará as próximas transformações.

2.4 DESAFIOS DE EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Um dos grandes desafios da Economia Solidária é a comercialização, pois por maior a quantidade de oportunidades justas que os trabalhadores tenham para produzir, ainda deverão comprar insumos e vender suas mercadorias em um ambiente voltado para a eficiência e competição, em uma lógica que pressiona o modelo autogestionário. A

alternativa é a criação de redes solidárias como redes de troca, mercados institucionais, entre outras.

Alerta Singer (2001b, p. 357) que “os casos em que a autogestão teve mais êxito do ponto de vista tanto econômico como social e político foram aqueles em que se formou uma forte, embora pequena, economia autossuficiente”.

A alteridade da prática solidária ao mercado – que descarta a confiança mútua – não é isenta de interesse, sendo que “nenhuma ação humana é puro cálculo estratégico”. Ao defender a construção de mercados de base solidária, pode-se defender a construção de mercados de ética solidária (LISBOA, 2005).

Gaiger (2011) ressalta que a natureza associativa da Economia Solidária tem características que lhe garantem sucesso, como a cooperação do trabalho, as decisões coletivas, o compartilhamento de conhecimentos e informações e a confiança em um projeto comum. Cabe discutir se as características apresentadas pelo autor, que podem se confundir com a própria definição de EES, são os fatores de sucesso destes empreendimentos.

Outros autores também estabelecem critérios para avaliar se um empreendimento se enquadra como um modelo de Economia Solidária como (LISBOA, 2005) que afasta a primazia da autogestão e coloca o pilar ambiental, social e econômico para avaliar o objetivo transformador e revolucionário deste modelo.

Tauile e Rodrigues (2004) argumentam que ainda que um conjunto expressivo de empreendimentos tenha se constituído dentro da perspectiva da autogestão, muitos deles se tornaram cooperativas ao longo dos anos e poucos preservaram esta lógica. Para eles faltou credibilidade do mercado para as organizações, especialmente aquelas que eram oriundas da massa falida de indústrias e que passaram a ser administrada pelos trabalhadores. O desenvolvimento tecnológico também é aquém do mercado hegemônico, tendo em vista a dificuldade de investimentos por partes dos associados.

A legitimidade democrática e a possibilidade de estabelecer e usufruir de economias de confiança são fatores que favorecem a implementação e a viabilidade de EES, não afastando a necessidade da qualificação e orientação técnica para os empreendimentos solidários. Além da possibilidade de flexibilização dos preceitos que definem a Economia Solidária para que ela possa se tornar transformadora da realidade (TAUILE e RODRIGUES, 2004).

A realização de um modelo autogestionário tem seus desafios, como a necessidade de capacitar e liberar os trabalhadores para tomarem as decisões. A necessidade da disponibilidade de existir uma automação mínima para manter a produção enquanto os trabalhadores estudam e tomam decisões é um desafio.

Os empreendimentos solidários não podem ter o mesmo critério de desempenho que os empreendimentos hegemônicos, pois devem ser considerados como resultados. Além de aspectos financeiros, os humanos e comunitários, bem como critérios qualitativos como aumento da qualificação, melhoria da autoestima, melhoria do sentimento de bem-estar e familiar, maior participação na vida comunitária, entre outros (PAMPLONA, 2003).

Entretanto, elencar estes desafios da ECOSOL não implica em ignorar a crítica elaborada por muitos críticos marxistas de que a atividade nas organizações coletivas deveria contemplar a desmercantilização da força de trabalho, do meio ambiente, ou seja lá do que o sistema capitalista se aproprie. Concordo com Novaes (2011, p.62) que “a ausência de outras lutas que superem a alienação do trabalho em sua totalidade” fez com que “os trabalhadores perdessem o controle da sua produção imediatamente após a saída do caminhão que despacha os produtos”. Ainda que reconheça que há espaço para a emancipação do ser humano:

O trabalhador associado não é dono de si e não consegue alcançar a sua generosidade, enquanto espécie humano, ainda que consiga em alguma medida – *in status nascendi* – se humanizar no trabalho e contribuir de certo modo para a emancipação do ser humano (Novaes, 2011. P. 63)

Singer (2001b, p. 359) traz uma ideia importante e provocativa no que se refere ao período anterior à sua passagem pelo executivo Brasileiro:

[...] o desenvolvimento da autogestão não pode ser de cima para baixo, por iniciativa do poder estatal. Esse desenvolvimento tem que se dar por um processo de livre aprendizado, em que cada autogestor tenha a possibilidade de abandonar a experiência e se inserir em outro modo de produção. [...] a autenticidade das cooperativas, a autenticidade das experiências autogestionária provém da absoluta liberdade de opção que todas elas usufruem.

Os empreendimentos de economia solidária têm múltiplas características, que eventualmente negam umas às outras: Sua constituição ideológica, valores políticos, práticas de gestão e organização. Muitas vezes a forma de existir do empreendimento se concilia com práticas capitalistas consolidadas, porém existe a iniciativa, a busca pela

superação, de alguma forma. Nessas breves fissuras, é possível criar campos de batalha, luta e transformação.

CAPÍTULO 3

A VEZ DAS MULHERES

Este capítulo tem o objetivo de fazer uma revisão da forma como o tema gênero, que é um recorte transversal desta tese, é tratado nas obras marxistas e além destas, dentro dos Estudos Organizacionais, o processo histórico de lutas e formação do pensamento feminista, até a Economia Feminista, e também elaborar a discussão de como a questão feminina é tratada dentro dos estudos de campesinato e Economia Solidária. O capítulo se encerra com a discussão e delimitação de conceitos importantes que são utilizados neste trabalho.

3.1 AS DESIGUALDADES DE GÊNERO NO TRABALHO ALÉM DOS NÚMEROS

A superação das diferenças entre os sexos tem se colocado com um desafio ao debate, pois geralmente se chega a um impasse dialógico, a diferença é evidente, vai além do rigor dos números, é cultural e dinâmica. É preciso ir além da definição, ir ao encontro das determinações que levam às desigualdades, para quem sabe, revogá-las.

O uso do método materialista histórico não é recente para o estudo das determinações do patriarcado, sendo assim apresento alguns elementos de importante compreensão para o avanço desta análise.

3.1.1 As desigualdades de gênero na obra de Karl Marx

Existe um abismo de desigualdades entre homens e mulheres, um dos elementos que promove a desigualdade é o reconhecimento do valor da força de trabalho. Marx, em O Capital define o valor da força de trabalho como a quantidade de trabalho abstrato, socialmente necessária, para produzir a própria força de trabalho. Entretanto a produção da força de trabalho não se dá sem que sejam adquiridas ou produzidas outras mercadorias para que a força de trabalho esteja disponível para aquele trabalho.

Compreender a divisão sexual do trabalho, o que é considerado como necessário para a realização da força de trabalho feminina não é a mesma que a sociedade considera necessária para a realização da força de trabalho masculina. A mesma diferenciação se

aplica para a divisão racial do trabalho. O trabalho de cuidado das mulheres, atribuídos pela estrutura do patriarcado, é mais complexo do que os dos homens.

Ainda que Marx não tenha se posicionado contra as desigualdades de gênero e tampouco tenha negado, como já discutido anteriormente, em diversos momentos de sua obra o autor evidencia as diferenças entre os gêneros que se transformavam em vantagens para os capitalistas. Estes pontos foram identificados por Harvey (2015) e contribuem para a identificação das determinações das relações de gênero e trabalho que aqui são estudadas.

Quando discute trabalho qualificado, que seria mais bem remunerado pelo patrão, criando, a longo prazo um valor mais elevado na produção, o que é sempre um problema:

[...] muitas dessas distinções são ilusórias e arbitrárias, determinadas social e historicamente... qualquer trabalho que a mulher pudesse realizar era visto como não qualificado; quando as mulheres começaram a entrar no mercado, houve uma desqualificação geral do trabalho (HARVEY, 2015, p. 127).

O feminismo marxista, que se apropria do método de Marx para estabelecer a questão de gênero no cerne do debate das lutas de classe, se propõe como uma reconciliação entre as mulheres e o método. Arruza (2019) destaca que não há consenso construído sobre a associação entre Marx e o feminismo, entretanto, o encontro da luta de classe com a opressão de gênero permite que avancemos na teoria, observando o movimento real da sociedade.

3.1.2 Os estudos de gênero nas Teorias Organizacionais

A discussão sobre gênero dentro das organizações não é recente e tão pouco parca (NEVES, 2013). Nkomo e Cox Jr. (1999) apresentaram a notoriedade do tema no Handbook de Estudos Organizacionais, no entanto a questão de gênero foi tratada de forma abrangente incluindo além de gênero, raça, preferência sexual, entre outros. Os autores destacaram que até a década de 90 todos os trabalhadores eram tratados como se estivessem isentos de identidade. A questão sobre a qualificação desses grupos considerados minorias será tratada adiante.

O trabalho traz outras contribuições para o debate teórico de gênero nas organizações e relações de trabalho: a) evitar o pensamento dicotômico – as bibliografias comumente utilizam opostos para categorizar o outro, ou seja, se não é negro, é branco;

se não é homem, é mulher, e assim por diante. Essa prática incorre em atribuir valores que não são, de fato, do outro; b) o desafio da mensuração da identidade – os próprios indivíduos não reconhecem suas características ou tem representações sociais diferentes; e, c) preocupações com a terminologia utilizada – a teoria já avançou no que se trata de dar nomes ao outro, e sobre o “lugar de fala” (ainda que de forma nebulosa, o tema foi tratado no *Handbook*).

Calás *et al* (2010) trazem à tona a contribuição das teorias feministas para o estudo das organizações e argumentos que através desta lente pode-se levantar problemas que permaneciam ignorados no campo teórico e da prática organizacional. As autoras elaboraram uma síntese de como as teorias feministas podem contribuir com os estudos organizacionais. No quadro abaixo elenco algumas das considerações apresentadas:

Quadro 4 - Principais linhas epistêmicas do Feminismo

Teoria Feminista	Contribuições	Limitações
Feminismo Liberal	Tem credibilidade acadêmica; oferece evidências econômicas e estatísticas; Análise quantitativa	Aceita a divisão hierárquica do trabalho; Tem orientação individualista; Pressupõe a existência de gênero como variável discreta e dicotômica;
Feminismo Radical	Busca mostrar as possibilidades de organização “fora do patriarcado”; Documenta práticas alternativas de organização;	Utiliza de uma estratégia separatista utópica (espaços só de mulheres); Visão política elitista; Obscurece relações importantes como cultura e história;
Feminismo Psicanalítico	Documenta a possibilidade de práticas organizacionais de mudança positiva; Promove modificações em relações de gênero através de práticas educativas;	Desvia o foco das condições materiais; As relações que identifica podem dizer respeito a um grupo privilegiado de pessoas; Reitera algumas práticas de opressão (“jeito de mulher”, “coisa de mulher”)
Feminismo Socialista	Análise das relações de poder de forma processual e dinâmica que produzem e reproduzem as relações sociais; Acorda a dicotomia público/privado como falsa (pelas relações produzidas pelo capitalismo e patriarcado); Extrapolam a relação de gênero e focam também em classe e raça; A historicidade auxilia a compreensão da perpetuação das opressões.	Soluções para desigualdade social parecem ingênuas e utópicas; Não há convergências desta linha com outras mais pragmáticas;

Feminismo Pós-Estruturalista	Foca na natureza discursiva da realidade social; Utiliza a “política do conhecimento” como uma articulação de poder; Utiliza de análise desconstrutivista e genealógica para demonstrar os limites organizacionais;	Ausência de base positiva para a política feminista (tudo é baseado na linguagem e no discurso); Não produz políticas fortes o suficiente para eliminar sistemas de opressão históricos; São alvo de ataques por serem elitistas e inacessíveis.
Feminismo Pós-Colonialista	Problematiza o conceito de gênero, produzido no ocidente; Demonstra possibilidades de ação dentro da vida micropolítica (organizações);	Há críticas ao posicionamento do outro como subalterno ao mundo ocidental; Tem pouca aderência teórica ao conhecimento organizacional ocidental(izado);

Fonte: Adaptado de Calás *et al* (2010)

Lima *et al* (2021) realizaram análise bibliográfica das publicações nos principais periódicos brasileiros, baseando-se na classificação de Calás *et al* (2010). O estudo identificou que há muitas publicações de abordagens feministas liberais, e evidenciou que as mulheres nas pesquisas são tratadas como campo, e não como sujeitos produtoras do conhecimento.

Souza, Ferraz e Ferraz (2021) elaboraram importante levantamento bibliográfico sobre as publicações relacionadas ao gênero feminino em periódicos da área da administração. Os principais resultados encontrados foram que são escassos os estudos sobre o tema, além de que a ciência administrativa naturaliza o papel submisso da mulher e as relações de classe.

As abordagens ou teorias feministas podem servir de lentes de análise para os problemas organizacionais de forma individual ou associadas. Hirata (2014) destaca que os tipos de conhecimento ou as epistemologias surgem de um ponto de vista situado: da vivência ou da perspectiva do pesquisador/autor. A projeção mais evidente dessa realidade é o conhecimento popular de que o feminismo liberal representa a totalidade das lutas feministas.

3.1.3 Breve história das lutas feministas

Como apresentei na seção anterior, existem vários tipos de feminismos, porém os elementos históricos e ideológicos que compõem a luta das mulheres se convergem em diversos pontos que apresentarei no quadro a seguir, com o objetivo de registrar eventos e fatos históricos que foram determinantes ou que mostram indícios do início das contradições que hoje estão postas.

Quadro 5 - Fatos e Eventos Históricos que contribuíram para o desenvolvimento e consolidação do pensamento feminista no Brasil e no Mundo

Ano/Período	Acontecimento
1363-1431	Christine de Pizan
Século XVI	Reforma Protestante – permite que as mulheres possam pregar as palavras de Deus
Século XVII	Lucrécia Marinelli, Moderata Fonte e Arcângela Tarabotti
	Círculo das Preciosas – Marquesa de Rambouillet e Madeleine de Scudéry
~1790	Olympe de Gouges – Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã
~1790	Mary Wollstonecraft – Reivindicação dos Direitos da Mulher
1842	Flora Tristan – Socialista Feminista
1871-1919	Rosa Luxemburgo – Fundadora do Partido Comunista Alemão
1872-1953	Alexandra Kollontai – Autora de diversas obras feministas comunistas
1890~1920	Sufrágio Feminino
1909	Fundação da International Ladies' Garment Workers' Union – ILGWU
1911	Incêndio na Triangle Shirtwaist Company 146 pessoas, 125 mulheres
1917	Greve de Trabalhadoras Russas
1918	Código completo do Casamento, da Família e da Tutela – URSS
1936	Nova Constituição Soviética
1976~1983	Movimento de Mães da Praça de Maio – Argentina
1979	Simone de Beauvoir – O Segundo Sexo
1980	Fundação da SOF – Sempre Viva Organização Feminista
2000	Marcha das Margaridas
2004	Silvia Federici – Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva
2004	Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)
2012	Rede de Economia Solidária e Feminista – RESF
2015~2019	Greves de trabalhadoras e Ocupações dos estudantes secundaristas – Um novo feminismo

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

O período entre os séculos III e X é desafiador para definir a participação da mulher, pois muitos homens morriam nas guerras e as mulheres tinham que transitar entre a vida pública – quando era necessário, e a vida privada – quando os homens reassumiam. Na Idade Média, a condição das mulheres floresce, por mecanismos que irão construir também a Renascença. Muraro (2014) identifica os elementos que explicam a repressão às mulheres nesse período: a) o poder médico – de cura, que era exercido pelas xamãs e pelas parteiras que além de oferecer medicamentos ainda; b) organiza as mulheres nas revoltas camponesas; c) o poder frouxo e disperso dos feudos exigia métodos mais rígidos de controle político e ideológico. A idade média intensificou as explorações patriarcais, especialmente pela ação da Igreja e pela multiplicação das ideias presente no *Malleus Maleficarum* – O Martelo das Feiticeiras.

A primeira mulher escritora reconhecida na história foi Christine de Pizan que no século XIX em uma sociedade onde germinava a semente do capitalismo escreveu um livro que se chamava “A Cidade das Mulheres” e que indicava que “três damas

importantes: a Razão, Retidão e Justiça” seriam as norteadoras da construção de uma sociedade segura e de direitos totais para as mulheres (GARCIA, 2018).

Na Europa, durante o século XVII surgiram iniciativas de questionamento da sociedade patriarcal. Na França, o Círculo das Preciosas, que eram um grupo de mulheres aristocratas que reivindicavam o direito ao acesso do conhecimento e que transformaram o conceito de urbanidade na Europa, interferindo na cultura masculina em relação às mulheres naquele período, dão origem ao Preciosismo, que é o termo utilizado para designar as mulheres que reivindicavam acesso à informação e a certos graus de liberdade. Garcia (2018) dá como a razão para o enfraquecimento do interesse pelo preciosismo a maior participação das mulheres na ciência.

Em Veneza, Lucrecia Marinelli e Moderata Fonte publicaram dois livros que discutiam o valor e a nobreza das mulheres, subjugada pelo poder masculino conferido pela sociedade. Arcângela Tarabotti viveu enclausurada em um mosteiro escrevendo e publicando textos e cartas contra a violência do patriarcado.

A Revolução Francesa também foi campo de lutas pelos direitos das mulheres com Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft que questionavam sistematicamente os preceitos de liberdade, igualdade e fraternidade, que se restringiam apenas aos homens, e não incluíam as mulheres. Inclusive, Olympe de Gouges escreveu a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã por compreender que a Declaração dos Direitos dos Homens e dos Cidadãos excluía de forma deliberada as mulheres, mesmo aquelas que tinham participado e apoiado a Revolução, e por atacar diretamente Robespierre, em 1792 foi acusada de traição e guilhotinada. Mary Wollstonecraft lançou em suas publicações a base do feminismo moderno, ao definir dois conceitos fundamentais para o feminismo: a ideia de gênero e a ideia da discriminação positiva (GARCIA, 2018).

Flora Tristan, Rosa Luxemburgo, Clara Zetkin e Alexandra Kollontai são expoentes do feminismo socialista. Todas participaram ativamente das lutas e dos conselhos soviéticos, com a formação do Partido Comunista, e tiveram papéis importantes no governo comunista e na elaboração do Código completo do Casamento, da Família e da Tutela, que igualava os direitos de homens e mulheres e tirava dos ombros femininos a responsabilidade do trabalho doméstico e a criação socializada das crianças e idosos.

Goldman (2014) estudou o papel da mulher na Revolução Russa e identificou como a ausência de um base material consistente (inserção das mulheres/ diminuição da centralidade do lar na economia) provocou maiores tragédias e retrocessos, fazendo com

que em 1936, na nova constituição soviética, várias liberdades fossem retiradas e as mulheres voltassem à condição de submissão aos maridos.

As primeiras duas décadas do século XX foram marcadas por diversas manifestações de mulheres trabalhadoras, como a greve de 1917, que durou 13 semanas e que deu origem ao dia internacional das mulheres, organizada por mulheres tecelãs que influenciadas pelo incêndio na *Triangle Shirtwaist Company* havia matado 125 mulheres, dois anos antes. Foi a greve e não o incêndio que deu origem às comemorações do dia internacional da mulher, 8 de março.

O termo feminismo foi utilizado pela primeira vez por volta de 1911, nos Estados Unidos, quando homens e mulheres precisaram se referir ao que antes era categorizado como “movimento de mulheres” e “problemas das mulheres” (GARCIA, 2018). Para Carneiro (2015) feminismo é “um fenômeno social, cultural que assume feições específicas de acordo com o lugar e os sujeitos que dele ou nele falam”.

Pode-se observar que os movimentos revolucionários e reacionários (liberais) caminharam em paralelo na história do feminismo, muitas vezes motivados pelos mesmos fatores socioculturais. Mas cabe um destaque, foram as mulheres que constituíram grupos de manifestações para procurar os filhos desaparecidos nas ditaduras da América Latina e foram as mulheres que constituíram a Marcha das Margaridas, movimento que busca sensibilizar a sociedade para o trabalho rural e produção de alimentos.

Na década de 1990, a filósofa Nancy Fraser, em debates teóricos com Judith Butler, buscava compreender como a opressão sexual e a performance de gênero eram influenciadas culturalmente, ambas concordaram que havia influências materiais (concretas) para este comportamento, entretanto, foi Fraser, que baseando-se na análise Marxista de que a família é a centralidade da força de trabalho, lançou luz sobre a possibilidade de compreender as diferenças de gênero, sob a perspectiva da luta de classes, utilizando o método materialista histórico de Marx (ARRUZZA, 2015b).

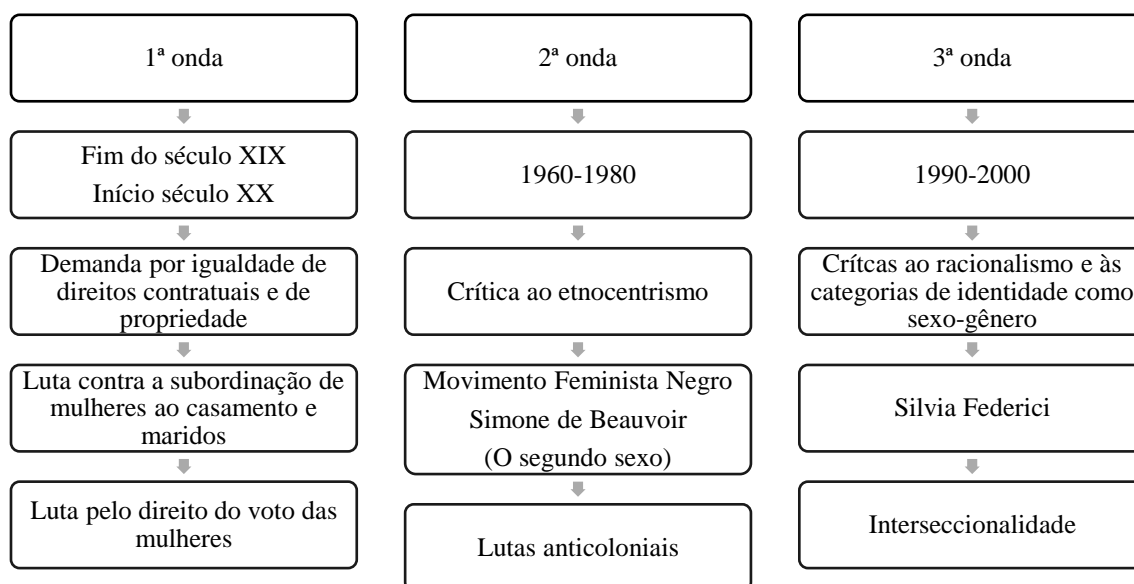
Diversos movimentos de mulheres se uniram em 8 de março de 2017 para realizar uma greve mundial de mulheres, com forte adesão na América do Norte e vários países da Europa. Uma greve de mulheres é sempre mais abrangente do que a luta por salários e melhores condições de trabalho. A luta acontece contra a precarização total da vida (DRAPER e MASON-DEESE, 2018).

O Quadro 5 contém a constituição de dois importantes movimentos de mulheres na luta da economia solidária, como a Sempreviva Organização Feminina (SOF) e a Rede de Economia Solidária e Feminina (RESF) por serem importantes grupos de ação e

reflexão para o objeto desta tese. O quadro inclui também as obras de Simone de Beauvoir e Silvia Federici que produziram conceitos fundamentais para compreender a desigualdade de gênero e serão aprofundadas neste trabalho. As greves de mulheres e ocupações se apresentam como um novo feminismo, que ainda se configura e desponta na sociedade, e é um indicativo de que a luta pela igualdade continua.

Embora eu tenha apresentado o Quadro 5 como um exercício de elencar fatos e acontecimentos históricos que contribuíram e construíram a luta das mulheres, o mais comum é encontrar a organização da história do feminismo descrito em três ondas, em três movimentos históricos sucessivos que definiram a evolução da luta das mulheres, como apresento na Figura 5 abaixo:

Figura 5 - Ondas do Movimento Feminista



Fonte: Elaborado pela autora, baseada em Carneiro (2015) e Garcia (2018).

A primeira onda se caracterizou pela fundação do termo “feminismo” e aconteceu simultaneamente e dialeticamente, com o período revolucionário do início do século XX, as mulheres lutavam pelo direito de falarem por si. A segunda onda, fortemente alçada pelo lançamento do livro *O segundo sexo*, de Simone Beauvoir, começa a questionar as diferenças entre os gêneros e como a sociedade construiu o papel submisso das mulheres. Nesse momento, o movimento negro se consolida, entretanto, não vê no movimento feminista similaridade de pautas. Enfim, a terceira onda inclui a libertação sexual, a

opressão de classe e as opressões de raça, agora sim incorporadas pela interseccionalidade.

Apesar de lógica e coerente essa apresentação, críticas devem ser feitas pois cada onda não continha em si movimentos similares, como por exemplo na primeira onda em que se tinha o movimento sufragista e o movimento feminino socialista. O primeiro lutava por direitos civis, como direito ao voto, e o segundo já declarava que apenas o voto não ia garantir a superação da exploração das mulheres pelos homens (FARIA, 2008).

Conforme Souza-Lobo (2021, p.24):

A história do movimento de mulheres não é uma história linear. Os primeiros passos das mulheres foram dados em busca de sua emancipação como cidadãs: a luta pelo voto, por igualdade na educação, por igualdade civil. Paralelamente ao feminismo liberal, um feminismo de classe, estreitamente vinculado ao movimento e aos partidos socialistas, toma corpo na Europa. As operárias, feministas da época denunciaram, é certo, as condições de exploração da força de trabalho feminina: os baixos salários, a opressão sexista exercida pelos patrões, mas não se restringiram a isso. Também lutaram contra os sindicatos que discriminavam as mulheres e contra a opressão na família operária. Essas denúncias, no entanto, foram silenciadas – desde 1880 – em nome da tese de que a opressão das mulheres é produto da sociedade e de que, por conseguinte, a revolução social significará automaticamente o fim da sua opressão. Assim, enquanto o feminismo liberal insistia na emancipação das mulheres, o feminismo socialista tinha como eixo a participação política das mulheres trabalhadoras.

A luta pela história do feminismo, por sua divulgação, pelo espaço político, social e cultural que ocupa, passa pela luta entre o feminismo liberal e outros feminismos. O feminismo liberal é gerencialista, é reformista e é grato ao capital. Ignora as diferenças de raça e classe, e as profundas explorações provocadas por homens, desde que as mulheres (geralmente brancas) possam se aproveitar também da exploração de uma outra classe, a trabalhadora.

3.1.4 Mulher, não-branca e proletária

O movimento feminista negro, o movimento feminista socialista e, posteriormente, o movimento feminista marxista, se situam na confluência de mais de uma luta, não só as de opressão de gênero e de exploração do capital, mas também na luta pelo espaço e direito ao discurso, que geralmente excluí grupos sociais. A luta pelos direitos das mulheres que ignora as outras formas de opressão (colonial, capitalista e

eurocêntrica). Para vencer essa limitação, teóricas feministas trazem os conceitos de Interseccionalidade e de Consustancialidade³³.

A Interseccionalidade indica que a abrangência da opressão sobre uma pessoa não é determinada por um único corte identitário (classe, raça ou gênero), e sim por vários atributos que o posicionam em um contexto social. A dominação se dá, portanto, pela sobreposição de padrões de dominação que seriam teoricamente independentes (MIGUEL e BIROLI, 2015).

Uma mulher negra que sofre violência doméstica se encontra em uma situação paradoxal, pois deve lutar por sua segurança física e denunciar seu opressor, ao mesmo tempo que deve proteger a comunidade negra da violência policial do Estado. Mulheres árabes que tiveram importante participação na Primavera Árabe sofrem preconceito de islamofobia ao optarem por usar o véu sobre os cabelos, que além de uma escolha religiosa é também um elemento cultural de seu povo. Outro exemplo da necessidade da Interseccionalidade é o das mulheres de povos tradicionais na América Latina, que sofrem a pressão para abandonar sua cultura ao abraçar o feminismo.

Os conflitos apresentados acima representam uma tentativa de despolitização de grupos de mulheres e homens feministas, pois imprime a ideia de que ao lutar pela igualdade de direitos das mulheres, outras lutas deveriam ser abandonadas. Como as lutas são legítimas, a sobreposição de umas sobre as outras seria negar a totalidade do indivíduo. São expoentes desse pensamento as autoras Angela Davis, Bell Hooks, entre outras.

A localização de uma pessoa ou comunidade no globo também irá determinar a sua condição econômica, política, social e cultural como argumenta Spivak (2010), quando fala da subalternidade dos latinos e orientais (população não-branca) frente à dominação cultural do ocidente.

Para Collins (2015) o feminismo marxista dá ênfase ao par de análise gênero e classe, já o feminismo negro e as epistemologias voltadas para a interseccionalidade dão ênfase à raça e gênero, e tem como fator secundário, a divisão da sociedade em classes. A consustancialidade trabalha com a possibilidade de associação de uma ou mais abordagens ou epistemes para compreensão da realidade social dos indivíduos.

³³ Ainda que estas duas perspectivas avancem na luta de gênero se comparado ao feminismo liberal, ambos são produzidos e reproduzidos em distanciamento com a luta de classes.

Neves (2013) analisa que as pesquisas sobre gênero variam sob diversos temas, entre eles: as desigualdades sociais entre os sexos, as condições de salário e emprego e a desvalorização do trabalho realizado no ambiente doméstico. Para a autora, é possível sintetizar a pesquisa sobre o tema em três aspectos: a) a presença da mulher no mercado de trabalho; b) a divisão do trabalho e as relações de gênero, e c) a globalização e a reestruturação produtiva.

Bruschini (2007) e Daune-Richard (2003) corroboram que as desigualdades do mercado de trabalho são estruturais e que passam a ser naturalizadas pelas mulheres, que trazem de dentro da família a percepção que a divisão injusta do trabalho de sua formação social.

A inclusão do debate interseccional e consubstancial dentro da teoria feminista é um campo rico em oportunidades de pesquisa e debate e está presente nesta tese.

3.2 AS MULHERES CAMPESINAS E AUTO-ORGANIZADAS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Uma pesquisa complementar ao Atlas elaborado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária em 2013, descrevia em que condição as mulheres que estavam inseridas nos EES poderiam ser caracterizadas. Dentre os resultados, identificou-se que 65,7% das entrevistadas são casadas ou vivem em regime de união estável, e que 31% sustentam ou contribuem para o sustento da família – valor percentual maior em comparação à pesquisa PNAD que contempla todas as famílias brasileiras.

Essas mulheres recorrem às redes informais de parentesco e segurança, creches ou escolas para poderem atuar no empreendimento, que mesmo em regime de trabalho associado e solidário conta com apenas 7% de participação dos maridos no cuidado com os filhos (GAIGER e ECOSOL, 2014).

É importante destacar que algumas pesquisas já foram realizadas sobre Economia Solidária e sua relação com o empoderamento feminino. Para Oliveira (2004) as mulheres que compõe grupos de economia solidária trilham diferentes ritmos, concepções e níveis de empoderamento, porém dois elementos são fundamentais: a participação nos grupos solidários e o apoio técnico nestes grupos.

Outros estudos focaram na inclusão produtiva das mulheres, ou na inclusão e exclusão social provocada pelos conflitos das mulheres no mercado de trabalho. Alguns

trabalhos tentam captar o papel das mulheres na economia e como vivem em condição de invisibilidade. Diversos outros trabalhos são desenvolvidos para propor políticas públicas para atender as especificidades elencadas nas pesquisas sobre gênero (CRUZ, 2002; FERRAZ e CAVEDON, 2008; LISBOA, 2005; NEVES, 2013; NOBRE, 2003; OLIVEIRA, 2004, 2005; PESSOA *et al*, 2008; SUCUPIRA e BRAGA, 2010; BUTTO e DANTAS, 2011; CHERFEM, 2016).

A quantidade de sócios do gênero feminino que compõe os EES é de cerca de 44%, entretanto, dada a natureza da agricultura familiar, é possível abstrair que as mulheres podem colaborar ou participar efetivamente destes empreendimentos, sem serem denominadas efetivamente como sócias do empreendimento (GRISA e SCHNEIDER, 2014; SENAES, 2013).

A relação Economia Solidária e emancipação feminina tem espaço nos círculos teóricos que abordam o tema. Oliveira (2004) dedicou-se a investigar de que forma as experiências em Economia Solidária possibilitam o processo de empoderamento das mulheres. A autora, contudo, parte do pressuposto teórico de Desenvolvimento Sustentável, que criaria condições concretas de empoderamento das mulheres, e conclui que é possível o empoderamento alterando as condições atuais em que as mulheres estão inseridas, porém adiciona a necessidade de políticas públicas para a real transformação da sociedade.

Costa (2011) argumenta que o gênero feminino dentro da Economia Solidária torna a trabalhadora invisível e lista algumas razões para tal afirmação. O primeiro mapeamento do SIES, realizado em 2007, identificou 36% dos trabalhadores de EES do gênero feminino, sendo que os grupos constituídos só por mulheres eram 16% do total (maior que o número de empreendimentos formados só por homens - 11%), apesar disso, a pesquisa mostrou que as mulheres eram maioria nos empreendimentos menores e geralmente informais, compostos por até 10 pessoas e sem possibilidade de acesso a redes de apoio ou fóruns, tendo em vista o caráter complementar da atividade que desenvolviam.

Outro olhar sobre as mulheres em empreendimentos solidários é o trabalho de Nobre (2003) que apresenta a discussão posta como uma forma de questionar o discurso do homem trabalhador e de qual seria a identidade feminina em relação ao trabalho. Um exemplo: uma mulher, ao se reunir com outras mulheres para produzir alimentos que serão consumidos pelas famílias, está produzindo riqueza? Está trabalhando, se considerarmos a perspectiva do homem trabalhador?

A fuga do discurso do trabalho tradicional, do operário que “sai de casa”, que “vai ao trabalho”, que se dedica exclusivamente à atividade de produção e que recebe salários, acompanha a lógica dos sistemas patriarcais e capitalistas que tornou o trabalho das mulheres encoberto pela percepção superficial da realidade (BRUSCHINI, 2007).

A invisibilidade observada nas relações atuais de trabalho das mulheres em empreendimentos solidários foi identificada também por outros autores, ao denunciar que as origens históricas dos movimentos de emancipação dos trabalhadores pouco descrevem a ativa participação das mulheres em sua constituição (NOBRE, 2003 e SCOTT, 1991). O posicionamento da mulher como dona de casa foi construído pelas condições de trabalho operário, inclusive nas iniciativas cooperadas, pois as normas de trabalho protegiam as mulheres dentro das fábricas, mas não geriam sobre a responsabilidade do trabalho doméstico (SCOTT, 1991).

A contradição que se apresenta entre os princípios da Economia Solidária e a igualdade de gênero é descrita no seguinte trecho:

Da parte da economia solidária, é curioso observar que ainda que esta anuncie a ruptura com os princípios tradicionais da economia, sobretudo aqueles que concorrem para a sustentação de uma economia nos moldes capitalistas, propondo, no seu lugar, princípios como horizontalidade e solidariedade, a mudança anunciada se torna insustentável quando avaliada segundo o quesito gênero. Revela-se, assim, que a solidariedade anunciada pela economia solidária vincula-se restritamente a uma noção de classe que aparece (des)sexualizada, alheia à interseção mantida com aspectos de gênero, etnorraciais, geracionais, entre outros, e às influências determinantes das relações exercidas no mundo do trabalho. A preocupação com o fim de uma sociedade desigual anunciada pela economia solidária parece não incluir as mulheres (COSTA, 2011, p. 24).

Observo aqui a lógica patriarcal que sustenta o sistema capitalista e que aprofundarei adiante.

[...] é fundamental esclarecer que a racionalidade reprodutivista não é concebida a partir da oposição em relação à racionalidade produtivista, ou seja, não se trata de adotar estereótipos da mulher solidária, bondosa e caridosa e do homem econômico, frio e calculista. Estereótipos que correspondem ao mero reconhecimento do papel da mulher, ou, pior, da mulher guerreira na reprodução da força de trabalho e que não desmancham as perversas relações de gênero em uma sociedade capitalista, pois continua atribuindo às mulheres a responsabilidade pela reprodução, em vez de possibilitar produção e reprodução da vida por (re)produtores/as livremente associado/as. Também não se trata de idealizar a construção de vínculos sociais na esfera da reprodução, pois ela não ocorre sem conflitos. (SILVA, 2017, p. 35, grifo meu)

Mesmo em ambientes solidários, o trabalho da mulher se submete ao patriarcado, obstante o interesse e luta das mulheres. São elementos da estrutura e da superestrutura que determinam a reprodução social das mulheres.

3.3 ECONOMIA FEMINISTA³⁴

O estudo da economia, no que tange às relações de trabalho, também carece em muitos estudos da necessidade de diferenciação entre os gêneros, pois a realidade concreta é de que os fenômenos do trabalho como desemprego, desigualdade salarial, precarização das condições de trabalho, índices de formalidade e informalidade tem resultados piores para as mulheres – especialmente as negras.

Carrasco (1999) debate o conceito de economia feminista a partir da necessidade de tratar adequadamente os estudos sobre desigualdade entre os gêneros, promovendo um avanço epistemológico para a compreensão da sociedade criada dentro de uma perspectiva andrógena e a criação e novas categorias para a compreensão da realidade.

Os estudos de economia feminista surgiram apenas na década de 90, ainda que as desigualdades remontem antigos sistemas de produção. A iniciativa de pesquisadores feministas não tem a intenção de contradizer os métodos e as teorias existentes, e sim de denunciar a falsa neutralidade dos modelos e de ampliar as possibilidades de análise em temas conflituosos e envoltos em tabus como: a) trabalho doméstico; b) papel econômico do patriarcado; c) conceito de trabalho e trabalho familiar; d) mercado de trabalho e relações de gênero.

A economia clássica se desenvolve na perspectiva dual entre público e privado, razão e sentimento e mercado e doméstico, entretanto a revolução que permitiu a construção da sociedade como a conhecemos se dá pelo trabalho das mulheres em se organizar para trabalhar nas fábricas, cuidar da infância e manter longas jornadas de trabalho na agricultura e na cidade. A criação dos filhos para se tornarem “trabalhadores produtivos” criou uma divisão sexual do trabalho mal compreendida economicamente pelas implicações do sistema patriarcal que perpetuava na sociedade (PUJOL, 1992).

³⁴ A inclusão desta linha teórica se justifica pela necessidade de pontuar os estudos críticos às desigualdades de gênero, entretanto, a ideologia que dá corpo à este campo teórico não evidencia ou tensiona a luta de classes.

Pujol (1992) denuncia como as discussões econômicas trataram a mulher trabalhadora como um ser invisível, que nem deveria ser considerado nas relações econômicas como alguém que produzia valor, a não ser “destinadas a criar capital humano” e a necessidade da criação de mecanismos como o salário familiar ou subsídios oriundos da Economia da Família³⁵.

Em obra seminal, Mitchell (1984) quando tratava dos aspectos econômicos das relações de gênero, pela perspectiva marxista, determinou que quatro estruturas precisavam ser transformadas para que houvesse ruptura no processo de exploração da força de trabalho das mulheres, sendo elas produção, reprodução, socialização e sexualidade, sendo que as três últimas se encontram na esfera familiar.

3.4 CAPITALISMO E PATRIARCADO COMO SISTEMAS DE OPRESSÃO

É consenso entre os antropólogos que as primeiras sociedades eram matricêntricas (centradas na mãe e na mulher) pois a mulher era capaz de reconhecer os ciclos da natureza e da colheita de alimentos no seu próprio corpo, através de seus ciclos menstruais (MURARO, 2014). Foi a mudança do regime de sobrevivência da civilização que passou de extrativista para a de caça sistemática que a supremacia masculina e a competitividade se sobrepuseram ao matriarcado. Em situações de alimentos escassos, era preciso maior quantidade de terra para produção de alimentos e criação de animais, era preciso competir por espaço, e para vencer guerras eram necessários soldados que vinham de famílias numerosas e com muitos filhos. O homem passa a dominar a função reprodutiva da mulher e surge o casamento monogâmico, que perpetua até a sociedade contemporânea.

Ao contrário da mulher, que possuía o “poder biológico”, o homem foi desenvolvendo o “poder cultural” à medida que a tecnologia foi avançando. Enquanto as sociedades eram de coleta, as mulheres mantinham uma espécie de poder, mas diferente das culturas patriarcais. Essas culturas primitivas tinham de ser cooperativas para poder sobreviver em condições hostis e, portanto, não havia coerção ou centralização, mas rodízio de lideranças, e as relações entre homens e

35 Estudo da Economia que compreende a família como um núcleo onde o homem, ou chefe de família, sustenta esposa, crianças e idosos. A primeira cuida dos dois outros grupos, sendo que as crianças são criadas para sustentar a família e os idosos recebem agora os benefícios, por outrora terem sustentado o núcleo familiar (DOWBOR, 2015)

mulheres eram mais fluidas do que viriam a ser nas futuras sociedades patriarcais. (MURARO, 2014).

Na Idade Média, quando cerca de cem mil mulheres foram queimadas vivas em fogueiras pela Europa por transgredir regras morais é possível ver a convergência entre o sistema de produção – gérmen do capitalismo – e do patriarcado:

As regras convencionais só eram válidas para as mulheres e homens das classes dominantes através dos quais se transmitiam o poder e a herança. Assim, os quatro séculos de perseguição às bruxas e aos heréticos nada tinham de histeria coletiva, mas, ao contrário, foram uma perseguição muito bem calculada e planejada pelas classes dominantes, para chegar a maior centralização e poder (MURARO, 2014).

Engels (2013) no livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* associa dentro do marxismo os elementos do patriarcado e do capitalismo ao afirmar que a submissão das mulheres pelos homens se constitui pela razão de que as mulheres sempre teriam certeza de quem eram seus filhos, e por conseguinte, seus herdeiros. Já os homens não teriam a garantia de que suas posses seriam destinadas à sua prole, sendo que o meio pelo qual encontraram para garantir sua sucessão legítima foi o cerceamento das mulheres.

O patriarcado, definido como um sistema social de dominação masculina sobre as mulheres, determinou uma série de condições de existir da sociedade, como por exemplo: a forma como as famílias são organizadas, a divisão sexual do trabalho e o controle (violência) sobre o corpo feminino.

Delphy (2013) propôs que houvesse duas classes de trabalhadores, uma composta por homens e outra formada por mulheres, sendo que estas seriam, para a autora, tão exploradas na relação homem-mulher quanto na relação patrão-trabalhadora.

A definição de um sistema chefiado por homens – patriarcado – recebe julgamento, pois normaliza um sistema estrutural buscando torná-lo universalista, a-histórico e reducionista. Existem sistemas patriarcais, discursos patriarcais e políticas patriarcais que sem críticas neutralizam opressões. Tal como é o capitalismo.

Saffioti (2015) critica o termo patriarcado por sua filiação weberiana, o qual a dominação masculina indicaria que a influência poderia ser tripartite – política, econômica e social e alerta que o uso do conceito precisa ser historicizado e analisado de forma totalizante, considerando aspectos biológicos, sociais econômicos, entre outros.

Ironicamente, existe uma forte dependência do capitalismo da exploração das mulheres, pois o corpo feminino é a máquina para produção de novos trabalhadores (FEDERICI, 2021), tal máquina não pode ser construída, mas ainda assim é explorada, expropriada, controlada, descartada à conveniência do modo de produção.

3.5 A TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL – TRS

Os processos de reprodução da totalidade do modo de produção capitalista no público e no privado foi chamado por Marx de Reprodução Social. O capital criou e promoveu uma diferença entre o atendimento das necessidades humanas e as necessidades de autorreprodução de si próprio. Os trabalhadores teriam atividades não remuneradas a serem realizadas para si, pela sua própria existência e outras atividades para que estivessem prontos ou aptos para o trabalho.

Foram as feministas marxistas que desenvolveram o conceito para saturar a compreensão de como a produção da força de trabalho se organizava pelo patriarcado. A libertação seria organizada em dois eixos:

A libertação das mulheres do trabalho doméstico e a independência em relação aos homens através da plena participação na força de trabalho. O primeiro ponto viria da sua progressiva socialização, ou seja, através de arranjos coletivos para o cuidado das crianças e dos adultos, que deixaria de ser visto como um assunto particular e reservado ao ambiente familiar (...). Resolver os problemas da dupla exploração da mulher relacionava-se mais, portanto, com a questão da socialização do trabalho doméstico e menos com intenção de desafiar os papéis tradicionais familiares e com a divisão sexual do trabalho (ARRUZA, 2019)

Bhattacharya (2017, p. 103) define a forma como a força de trabalho é reproduzida no ambiente doméstico, não é remunerada e constitui a base do capitalismo:

1. Atividades que regeneram a trabalhadora fora do processo de produção e que a permitem retornar a ele. Elas incluem, entre uma variedade de outras coisas, comida, uma cama para dormir, mas também cuidados psíquicos que mantêm uma pessoa íntegra.
2. Atividades que mantêm e regeneram não-trabalhadores que estão fora do processo de produção - isto é, os que são futuros ou antigos trabalhadores, como crianças, adultos que estão fora do mercado de trabalho por qualquer motivo, seja pela idade avançada, deficiência ou desemprego.
3. Reprodução de trabalhadores frescos, ou seja, dar à luz

Esses três conjuntos de atividade são o ponto zero das formas de organização social (as famílias) que dominam mulheres e que mantêm as condições de opressão. A Reprodução Social pode ser definida como atividades, comportamentos, emoções e responsabilidades (físicas, mentais ou emocionais) que são necessárias para que a população viva.

São atividades como cuidado familiar, criação de crianças e adolescentes, preparo da alimentação, produção de roupas limpas e limpeza em geral e a configuração das relações sexuais (FEDERICI, 2017). Este trabalho é invisível e desvalorizado, e quando passa a ser remunerado (como o trabalho das empregadas domésticas) é desqualificado, mal remunerado e racializado.

A luta pela superação do capitalismo passa pela luta da superação do patriarcado, nas esferas de reprodução e produção. A Teoria da Reprodução Social tem sido foco de pesquisa, conforme apresenta Grecco (2018, p. 96-97):

Ter uma perspectiva classista, como a da TRS, não significaria que a classe (em uma perspectiva economicista) predominaria, mas que se tem uma perspectiva de enfrentamento ao capital (a dimensão de luta não desaparece no decorrer da reflexão). Dentro desse paradigma, o da TRS, Lise Vogel, Susan Ferguson, Tithi Bhattacharya e Cinzia Arruzza vêm traçando uma agenda de pesquisa singular: 1. Esforçam-se para desenvolver teoricamente a noção da reprodução da força de trabalho como uma mercadoria especial de Marx; 2. Esforçam-se nisso com base na teoria unitária e não dos sistemas duplos ou triplos; 3. fazem isso com base em uma noção de classe como uma relação social que não se dissocia de suas dimensões históricas que são racializadas, generificadas, sexualizadas. Classe não estaria restrita a uma dimensão econômica, classe não significaria apenas um lugar na produção (ocupação), ou determinada renda ou estrato social. Assim como gênero ou raça não se refeririam a uma dimensão estritamente cultural, não econômica; 4. portanto, essas autoras se fundamentam em um marxismo que elabora as suas reflexões com base na noção de relação social e por uma perspectiva classista.

A responsabilidade da reprodução social depositada exclusivamente na conta das mulheres é uma imposição de limites estruturais praticamente intransponíveis para a luta das mulheres. Um mecanismo do capital para sua perpetuação. Para Saffioti (2019, p. 510):

Como o sistema de produção não pode absorver toda a força de trabalho potencial da sociedade de economia de mercado, libertar a mulher das funções que tradicionalmente vêm sendo desempenhadas por ela representa ampliar consideravelmente o número de pessoas disponíveis no mercado de trabalho, o que além de agravar de sobremodo o problema do desemprego, expõe a estrutura social à observação e à crítica.

Qualquer análise da questão de gênero em estudos organizacionais com perspectiva crítica não pode se ater à atividade feminina como meio de subsistência da mulher, deve-se considerar o grau de exploração do trabalho feminino, do trabalho não remunerado e a marginalização do sexo feminino dentro do sistema produtivo e reprodutivo.

3.6 O QUE QUER O FEMINISMO ANTICAPITALISTA?

O objetivo desta tese é investigar como os empreendimentos de economia solidária contribuem para a emancipação das trabalhadoras mulheres dentro da perspectiva marxista, portanto buscando a superação das opressões de classe e gênero. As críticas ao possível reformismo das associações de trabalhadores autogestionados já foi discutida anteriormente, e repito o posicionamento de que os atritos gerados pelo enfrentamento ao capital são espaços de transformação e de sementes revolucionárias.

Concordo com Arruza, Bhattacharya e Fraser (2019) que colocam a raiz da opressão de gênero na subordinação da reprodução social à produção, que visa o lucro. A principal alavanca para a mudança é a superação do capital imperialismo, porém para não acarretar a falácia liberal de “primeiro fazer crescer o bolo, para depois dividir”, em outras palavras, primeiro vencer o capital, para posteriormente resolver a dominação masculina, é possível elencar prioridades para a luta feminista.

Desta forma, após a aproximação precária do objeto e já na intenção de elaborar as provocações reflexivas desta tese, esta seção irá apresentar quais são as pautas ou demandas feministas embasadas na literatura e no cotidiano da pesquisa.

Ciente das limitações do texto escrito e da cognoscibilidade da realidade concreta, pretendo elencar as principais demandas, sem pretensão de limitar o presente e o futuro da (des)igualdade de gênero a elas.

- a) Questões do trabalho e do capital: é preciso lutar pela igualdade nas relações sociais, especialmente por meio da atuação dos sindicatos, possibilitando às mulheres o usufruto dos direitos trabalhistas, muito além do que está previsto pela legalidade, mas o gozo desses;
- b) Economia do cuidado coletiva: são as mulheres as principais responsáveis pelo cuidado com a população que não pode mais ou não pode ainda produzir para o sistema. As revoluções russa e chinesa propuseram centros

coletivos de cuidado com crianças e idosos, restaurantes coletivos, entre outros. Garantir o acesso a creches e asilos é pilar fundamental para a superação das diferenças de gênero, sem perder o horizonte de que as trabalhadoras e trabalhadores destes espaços tenham trabalho e remuneração digna e justa, ao contrário da realidade atual. Em tempo, mudar a cultura para que o cuidado e o trabalho doméstico sejam igualmente distribuídos é um processo muito mais complexo do que garantir este acesso no curto espaço de tempo. A sobrecarga das mulheres é um projeto;

- c) Direito reprodutivo e sexual: organizo em três pontos que precisam ser superados nessa pauta. O primeiro deles é a liberdade de orientação sexual pelas mulheres, que historicamente é cerceada pelas instituições que foram criadas para defender a propriedade privada. A mulher é vista como posse e, portanto, não pode se relacionar com quem tiver interesse, e sim com quem servir ao interesse das instituições. O que nos leva ao segundo ponto que registro aqui, porém ciente da superficialidade com que trato³⁶, que é a valorização da monogamia e da família tradicional, ambas a serviço da manutenção do capitalismo. Por fim, a legalização do aborto³⁷, que deve ser tratada como questão de saúde pública e coletiva;
- d) Igualdade entre diferentes pessoas de sexo, raça, regiões, orientações religiosas e sexuais e outros: o feminismo anticapitalista tem como pauta a superação da dominação masculina, mas também do racismo e do colonialismo. As expressões de violência de gênero têm representações físicas, emocionais, financeiras, morais, psicológicas, entre muitas. Luta também por uma unidade internacional feminista anti-imperialista.

³⁶ Para saber mais, leia Federici (2017)

³⁷ Destaco aqui que nenhuma mulher aborta porque quer. Escolho não me aprofundar no assunto por compreender que não é o foco do trabalho e qualquer discussão sobre o aborto precisa contemplar aspectos antropológicos, jurídicos, de saúde, entre outros.

CAPÍTULO 4

ESCOLHAS EPISTEMOLÓGICAS E METODOLÓGICAS

Este capítulo tem o objetivo de expor as escolhas epistemológicas e metodológicas da tese. As questões ontológicas que serão apresentadas orientam para a compreensão do foco do trabalho. De forma pragmática, apresento a classificação da pesquisa e seus procedimentos metodológicos e os aspectos teóricos e metodológicos da Análise Crítica do Conteúdo (ACC).

4.1 IDEOLOGIA E NEUTRALIDADE NAS TEORIAS ORGANIZACIONAIS

Alguns autores já discutiram o papel da ideologia em produções científicas e teorias que determinam as relações da sociedade e organizações modernas (TRAGTEMBERG, 2005). Os conflitos que surgem pelo desconhecimento de como a ideologia se manifesta no cotidiano e na práxis das organizações gera novas contradições que determinam novos conflitos e provoca o surgimento de novas teorias organizacionais.

Reconhecer o papel como plano fundo e a influência de paradigmas nos estudos organizacionais ainda é um desafio para os pesquisadores e campo frutífero de pesquisas futuras (PAULA, 2016). Porém trago aqui uma provocação: Cada escolha ideológica – ou epistemológica – traz a negação (no sentido literal) de outros aspectos da realidade, por compreender que – para aquela análise, tal ideologia é mais coerente que qualquer outra. Este é o caso da negação das desigualdades de gênero nas Teorias Organizacionais.

Ainda sobre as exclusões ideológicas da administração como ciência, Souza, Ferraz e Ferraz descrevem (2021, p. 515):

... a Administração consegue avançar na produção do conhecimento sobre (a gestão do) processo de trabalho, se isentando de investigar as contradições inerentes à subsunção deste mesmo processo, subsumido a um processo de valorização do valor, ou seja, partindo da relação do T [trabalho] e do P [propriedade privada] com a IA [indústria alienada]. Logo, o processo de trabalho apenas se dá se for submetido à exploração do trabalho. Temos com isso que as relações de exploração subjazem sob uma aparente cientificidade que oculta, reifica e aliena, advogando, assim, por uma verdade imutável: a inevitabilidade do capital (grifo meu)

O androcentrismo, fomentado pelas ideologias dominantes, distorceu não só a realidade, mas também a ciência, que passou a criar interpretações da sociedade com

lacunas que precisam ser investigadas à exaustão, sob pena das mulheres continuarem sendo submetidas ao esquecimento, à desigualdade, à menor qualidade de formação, à piores oportunidades de salário, entre outros (GARCIA, 2018).

Whitaker (2001, p. 62) ao buscar contextualizar a participação da mulher na formação histórica destaca:

É preciso iniciar então recordando que a mulher nunca foi, no Brasil, e na maioria dos países do ocidente, o ser passivo e masoquista proclamado por Freud. [...] as mulheres sempre desempenharam papéis históricos fundamentais, e exerceram funções, ora individuais, ora coletivas, de alta relevância social para o momento que estava sendo considerado. A invisibilidade histórica e social da mulher não é fruto apenas de uma ciência cartesiana preocupada em exaltar os feitos masculinos da classe dominante. Ela decorre também do cuidado que as famílias aristocratas e burguesas tiveram, até passado recente, em resguardar suas filhas dos olhares e contatos perigosos que atravessavam os diferentes espaços sociais para além da domesticidade bem-comportada.

Quais foram as escolhas ideológicas que interferiram e influenciaram nos estudos de toda a história das organizações que ignoraram a opressão, a violência, a exploração e as desigualdades da não distinção de gênero? Convém, nesta captação, não esquecer das mazelas criadas pelas ideologias e teorias relacionadas também a raça, que apenas recentemente passaram a ser estudadas por pesquisadoras e pesquisadores negros.

Os estudos decoloniais, os estudos negros, os estudos LGBTQIA+, os estudos *Queer* e os estudos feministas são perspectivas teóricas relativamente recentes que se enquadram em epistemes que já existiam antes de tais movimentos terem presença, voz acadêmica e científica.

Dessa constatação pode-se extrair três questionamentos:

- a) seriam os oprimidos pelo sistema sóciometabólico do capital e do patriarcado (indígenas, negros, LGBTQIA+ e mulheres) os únicos que, por ter lugar de fala, poderiam falar sobre suas opressões, violências, explorações ou desigualdade dentro dos estudos teóricos?
- b) a convicção ideológica da maioria que estuda e promove o desenvolvimento social e organizacional por meio da emancipação, empoderamento e igualdade (sociólogos, antropólogos, economistas, administradores, cientistas políticos, advogados e outros) teria colocado um véu de neutralidade nas análises organizacionais?

- c) seria a discussão destas violências e opressões irrelevantes para as diversas linhas epistêmicas e teorias organizacionais?

Essa discussão se trata tanto da participação dos grupos invisibilizados produzindo e reproduzindo ideologia e ciência, quanto da participação da visão destes sobre os temas de pesquisa ou campo empírico. A forma como as mulheres (caso desta tese) enxergam a sociedade, o trabalho, o capital, as relações de exploração evidentemente são diferentes das dos homens, que são responsáveis pela quase totalidade da produção científica do mundo.

4.1.1 Do direito ao discurso ao uso do discurso

Este trabalho parte da premissa de que ser mulher é uma condição (BEAUVOIR, 2009), não se nasce fisiologicamente ou naturalmente imbuída da subordinação que é claramente caracterizada pelas relações de gênero na sociedade. A invisibilidade que surge pelo fazer doméstico é uma construção que remonta a Aristóteles que observou a diferença entre o discurso e a política em que o trabalho realizado na esfera íntima (doméstica) não era uma atividade política (ARENDETT, 2008).

O processo de negação de fala e de vivência política às mulheres – é aprofundado por Spivak quando discute se o subalterno pode falar, não apenas questionando a possibilidade de evidenciar a sua verdade, mas por quais meios a verdade vem à sociedade e de que forma – em que contexto social, político e econômico – a fala de alguém que está em condição inferior é compreendida.

Entre o patriarcado e o imperialismo, a constituição do sujeito e a formação do objeto, a figura da mulher desaparece, não em um vazio imaculado, mas em um violento arremesso que é a figuração deslocada da “mulher do Terceiro Mundo”, encurralada entre a tradição e a modernização (SPIVAK, 2010, p. 157)

Para Almeida (2012) a colocação de Spivak sobre a não possibilidade do discurso de grupos marginalizados e oprimidos não se dá pela impossibilidade que o indivíduo tem de fazê-lo, mas sim através da intermediação de sua voz por outras pessoas, que sempre os coloca na condição de pedir pela voz dos outros.

4.2 MATERIALISMO HISTÓRICO

O método de Marx é amplamente utilizado nas ciências sociais, como quando discute a ocupação dos espaços e os conceitos de rural e urbano e a divisão do trabalho, sendo que o espaço reflete a forma como a sociedade é dividida. Lefebvre (2020) discute como a formação social e econômica da sociedade moderna determinou a relação que os indivíduos têm com a terra, contribuindo para o estudo que tem como campo empírico os trabalhadores vinculados à terra, sendo elas proprietárias ou não do Capital (no caso desta pesquisa são os pequenos produtores, oriundos de reforma agrária e trabalhadores com posse coletiva da terra).

No prefácio “Para a Crítica da Economia Política” de 1859, Marx define:

O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas inversamente o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 2008, p. 47).

A partir do entendimento de que a vida social, política e espiritual é ampla e complexa, Marx afirma que ela só pode ser compreendida de forma concreta se for possível determinar quais são as condições materiais de produção das riquezas e como elas se distribuem na vida social. A vida material, para Marx, seria a condição e não a determinação da vida social.

Faria (2014) condensa características que representam o método Materialista Histórico. Entre as características estão: a primazia do objeto, a abstração pelo real pensado e a mediação por categorias, através da sistemática compreensões de determinações que aprofundariam o conhecimento do objeto; o método de análise é o dialético. O campo empírico, determinado pelo autor, será constituído pelas relações sociais de produção e, para este trabalho, estará inserido no contexto da Economia Solidária, no campo do agronegócio a ser ainda definido.

O Materialismo Histórico busca apreender a capacidade que os indivíduos possuem de tomar decisões e agir sobre suas vidas subordinados a condições materiais e circunstâncias históricas. Além de investigar quais forças os trabalhadores possuem e quais tipos de forças são necessárias para promover mudanças no mundo. Eis aqui a preocupação ontológica desta abordagem epistêmica, a compreensão do modo de ser e de reproduzir-se dentro de uma sociedade capitalista (CHAGAS, 2011).

Um princípio metodológico do Materialismo Histórico é que é a compreensão da sociedade e dos indivíduos mais complexos e mais desenvolvidos que permite que a sociedade e os indivíduos mais simples possam e sejam compreendidos. A gênese da atual sociedade precisa ser conhecida, porém são apenas as relações atuais que lançam luz sobre os elementos constitutivos (anteriores) desta sociedade (NETTO, 2009). Esse princípio norteador orienta a escolha do campo empírico.

Essa compreensão dialética da realidade se dá pelo reconhecimento de que as contradições que constituem e moldam a sociedade não se resolvem definitivamente, apenas são interiorizadas e são determinantes para a compreensão das contradições seguintes, como pontua Harvey (2015, p. 68) sobre a leitura do livro *O capital*, de Marx:

[...] o movimento de sua argumentação é uma constante remodelação, recontextualização e expansão do campo das contradições. Isso explica por que Marx se repete tanto. Cada passo adiante exige que ele retorne a uma contradição anterior para explicar a origem da próxima.

Assim, para Marx, são as condições atuais que iluminam as construções e contradições do passado. E não o passado que explica de forma conclusiva as relações sociais que temos hoje. Logo é preciso compreender a gênese das relações de gênero atuais, porém são as contradições atuais que se consolidaram a partir da gênese e de seu desenvolvimento histórico e que explicam sua formação e condição atual. O passado é indispensável para compreender o presente, mas é o presente que ilumina os desenvolvimentos do passado (NETTO, 2009).

Este trabalho reconhece as críticas que autores ortodoxos do pensamento marxista fazem à discussão de gênero, que insistem que estudos marxistas devem dar ênfase exclusiva no estudo sobre luta de classes, resgatando a frase clássica que inicia a primeira parte do Manifesto Comunista distribuído pela Europa em 1848: “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes” (MARX e ENGELS, 2015a).

Porém não há na obra de Marx a negação das desigualdades de gênero, como comenta Harvey (2015, p. 291):

A história da acumulação primitiva do capital..., em sua dinâmica, houve aspectos importante que Marx ignora. Por exemplo, a dimensão de gênero é reconhecida hoje como altamente significativa, porque a acumulação primitiva acarretou muitas vezes uma perda radical de poder das mulheres, a redução delas à condição de propriedade móvel e o reforço das relações sociais patriarcais.

Em uma passagem d’*O capital*, Marx comenta sobre a venda da força de trabalho da mulher e a ausência – do trabalho – no ambiente doméstico:

[...] é necessário substituir por mercadorias prontas os trabalhos domésticos que o consumo da família exige, como costurar, remendar etc. A um dispêndio menor de trabalho doméstico corresponde, portanto, um dispêndio maior de dinheiro, de modo que os custos de produção da família operária crescem e contrabalançam a receita aumentada. A isso se acrescenta que a economia e a eficiência no uso e na preparação dos meios de subsistência se tornam impossíveis (MARX, 2011, p. 469, nota 121).

Reforça essa compreensão o trecho da carta de Engels a Joseph Bloch (2018 [1890], grifo meu):

De acordo com a concepção materialista da história, o elemento determinante final na história é a produção e reprodução da vida real. Mais do que isso, nem eu e nem Marx jamais afirmamos. Assim, se alguém distorce isto afirmando que o fator econômico é o único determinante, ele transforma esta proposição em algo abstrato, sem sentido e em uma frase vazia. As condições econômicas são a infraestrutura, a base, mas vários outros vetores da superestrutura (formas políticas da luta de classes e seus resultados, a saber, constituições estabelecidas pela classe vitoriosa após a batalha, etc., formas jurídicas e mesmo os reflexos destas lutas nas cabeças dos participantes, como teorias políticas, jurídicas ou filosóficas, concepções religiosas e seus posteriores desenvolvimentos em sistemas de dogmas) também exercitam sua influência no curso das lutas históricas e, em muitos casos, preponderam na determinação de sua forma.

Toda teoria – social ou não – possui limitações históricas, implicando que seus princípios e métodos de análise possuem também limites para compreender novos fenômenos, como no caso do objeto de Marx – as transformações do capitalismo: os monopólios, a financeirização, as mudanças sociais referentes à questão das mulheres e dos negros, entre outras que vieram à tona durante o século XX³⁸.

Essa observação não sugere dizer que o método ou as categorias criadas por Marx não se aplicam à realidade do Século XXI, e sim o oposto, são totalmente pertinentes e precisam avançar nas discussões, na (re)construção (dentro de uma perspectiva dialética) e na consolidação do próprio método (NETTO, 2016).

³⁸ A obra de Marx não indica problematização de gênero, o que não invalida o método como forma de análise. Nos textos em inglês Marx escreve “*the working man*”, o homem trabalhador que geralmente é traduzido como “operário”, descartando o papel do “camponês” que era grande parte dos trabalhadores da época em questão. Reside, aqui, além do apagamento dos trabalhadores do campo, o apagamento de todas as mulheres trabalhadoras.

Para Netto (2016) as severas críticas para os cientistas que adotam o método em questão sofrem pelos pares, especialmente dentro da área de ciências sociais aplicadas – administração, onde está inserido este trabalho, poderiam ser superadas se houvesse a compreensão de que o método marxista ou materialista histórico busca compreender o capitalismo e suas contradições, sem obrigatoriamente entrar na luta política, pois esta é uma opção individual (ainda que necessária).

4.3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Sobre os aspectos metodológicos da pesquisa, ela se apresenta de forma qualitativa, este fato implica que as ferramentas utilizadas durante a pesquisa serão influenciadas pela alegação de conhecimento a que os pesquisadores se enquadram. Este tipo de pesquisa acontece em um cenário natural e é fundamentalmente interpretativa (CRESWELL, 2007).

Ainda que a declaração qualitativa se faça necessária aqui para classificar a pesquisa, a episteme do materialismo histórico não tem a intenção de descartar os dados históricos da análise, considerando que a quantidade e a qualidade são dimensões da complexa compreensão concreta das relações sociais. Se trata apenas de refutar a possibilidade de explicações determinísticas e situacionais de outras epistemes.

Um fator de distinção da pesquisa qualitativa é a possibilidade de contribuir com revelações sobre conceitos existentes ou emergentes que podem ajudar a explicar o comportamento social humano, além de estudar significados nas condições da vida real (YIN, 2016).

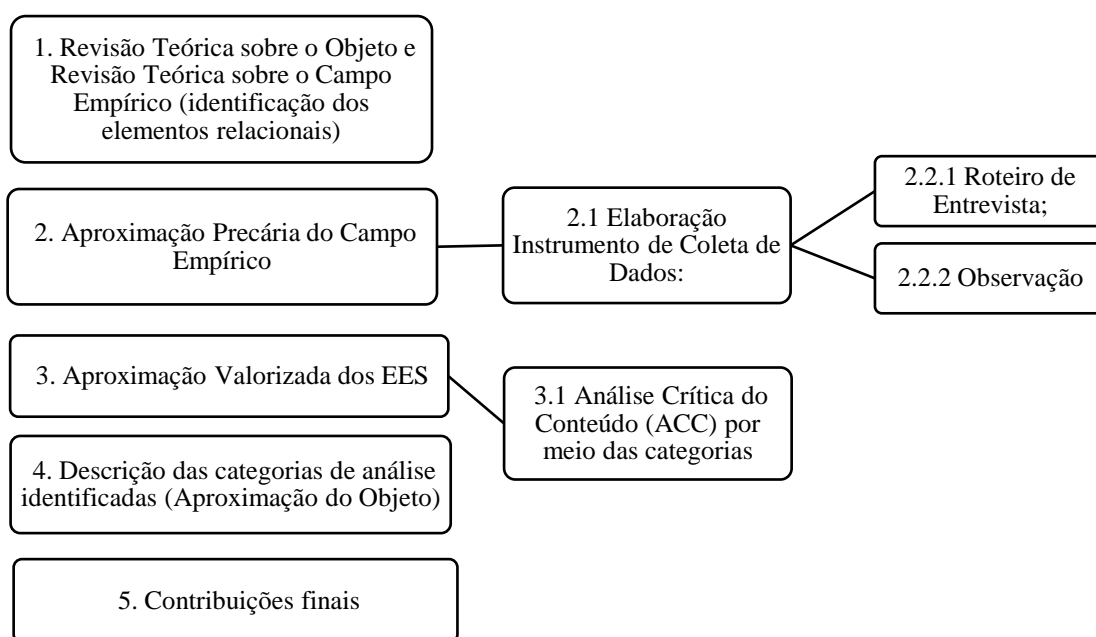
Flick (2008) lança luz sobre possíveis conflitos ao adotar novas combinações teóricas que poderiam gerar heterodoxia como o estudo de gênero por meio do método do materialismo histórico. Segundo o autor, um dos princípios da pesquisa qualitativa é compreender que os métodos foram desenvolvidos a partir de um interesse de conhecimento específico, portanto, é um exercício científico compreender o desempenho do método em outros contextos. É o mesmo autor que destaca, como determinante para o sucesso deste tipo de pesquisa, a clara definição de métodos e técnicas a serem adotadas pelos pesquisadores.

A comunicação de métodos de pesquisa transparentes (descritos e documentados) e a adoção de um claro posicionamento do pesquisador sobre o seu ponto de vista em local

destinado para tal, como esta seção do trabalho, são formas de garantir a confiança e a credibilidade da pesquisa (FLICK, 2008).

Os procedimentos de pesquisa referem-se às etapas e técnicas planejadas e executadas desde o início até a conclusão da pesquisa. Para esta tese adotei o seguinte roteiro de pesquisa:

Figura 6 - Desenho metodológico da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

A revisão teórica sobre o objeto e sobre o campo empírico já foi apresentada nos primeiros capítulos. Por apreender que o objeto deste trabalho são as relações de gênero no contexto da economia solidária e na produção e distribuição de produtos agroalimentares, defini como Campo Empírico os empreendimentos a serem selecionados e utilizados em uma técnica de estudo de múltiplos casos.

A adoção do estudo de múltiplos casos vai ao encontro do posicionamento epistemológico, pois a ênfase central da análise em Marx é a totalidade das abstrações mediadas pelas categorias, que é possibilitada pelo conjunto de observações para explicar o fenômeno estudado (NETTO, 2016).

Bell (2008) indica a entrevista para situações em que é necessária a adaptabilidade do pesquisador diante das condições da coleta de dados. Considerando o método de múltiplos casos, será adotado o modelo não-estruturado, em que a conversa se dará de

forma orientada aos objetivos da pesquisa, sem que possa constranger o entrevistado ou limitar a possibilidade de coleta de informações.

A técnica de observações oferece vantagens ao ser utilizada com outras técnicas de coleta de dados. Sua adoção precisa ser divulgada nos resultados da pesquisa e o pesquisador pode-se valer de técnicas estruturadas ou não estruturadas (FERREIRA *et al*, 2012).

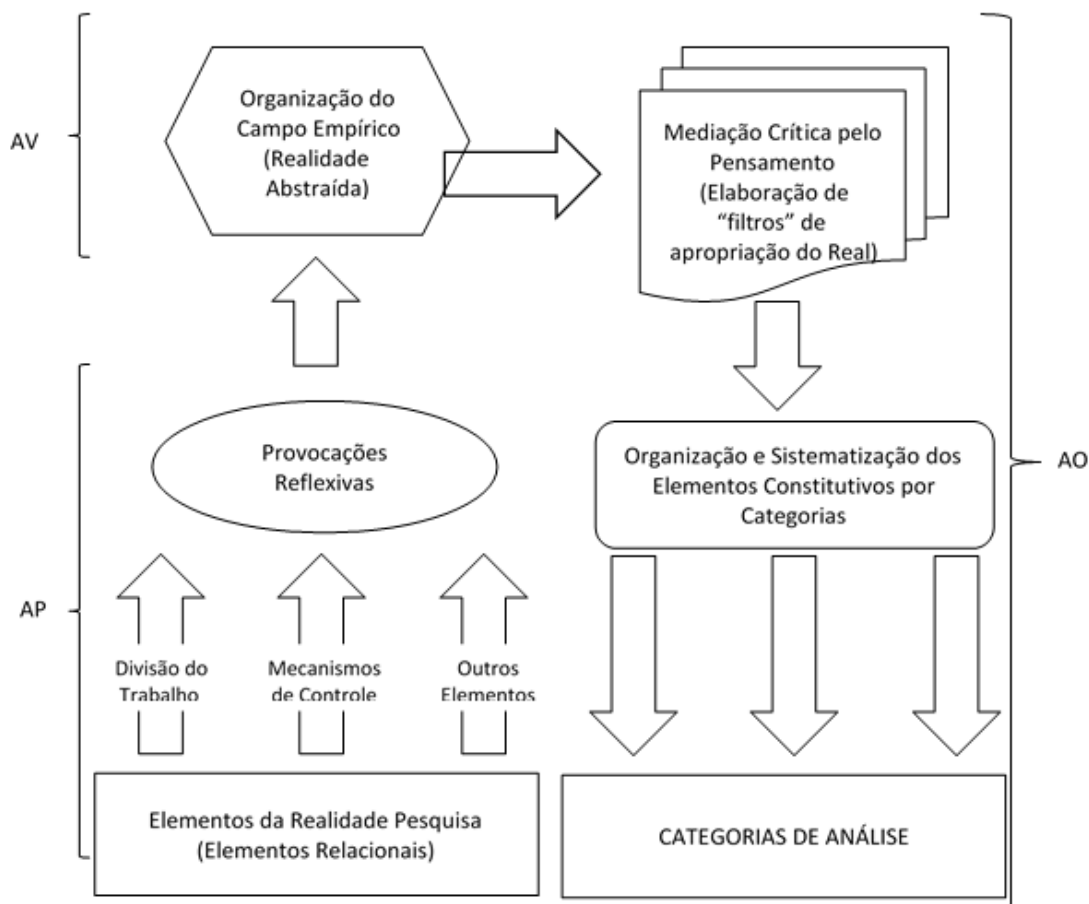
É importante frisar que esta pesquisa não se limita à percepção que os sujeitos atribuem individualmente às suas relações sociais de trabalho, mas que procura, com ela e por ela, encontrar também os elementos objetivos e concretos, conforme exposto na próxima seção sobre Análise Crítica do Conteúdo. O método utilizado para análise dos dados colhidos na pesquisa está descrito na seção a seguir.

4.4 ANÁLISE CRÍTICA DO CONTEÚDO

A análise dos dados foi feita pelo método de Análise Crítica do Conteúdo (ACC), que busca identificar e analisar os sentidos ocultos em textos, entrevistas e documentos. Esse método tem o objetivo de identificar dentro do discurso “as estruturas sociais abstratas nas quais estamos inseridos” (FARIA, 2015).

A operacionalização da ACC se dá na transformação dos dados da realidade, mediados por diversas aproximações ao campo empírico (precária, valorizada, do objeto) em categorias de análise, que ainda que estejam consolidadas na teoria, podem surgir conforme a pesquisa avança (FARIA, 2015). A transformação de Elementos da Realidade Pesquisada em Categorias de Análise se dá pelo seguinte esquema:

Figura 7 - Esquema de Operação Metodológica entre a coleta de Elementos da Realidade e a construção de Categorias de Análise



Legenda: AP (Aproximação Precária); AV (Aproximação Valorizada); AO (Aproximação do Objeto)

Fonte: (FARIA, 2017)

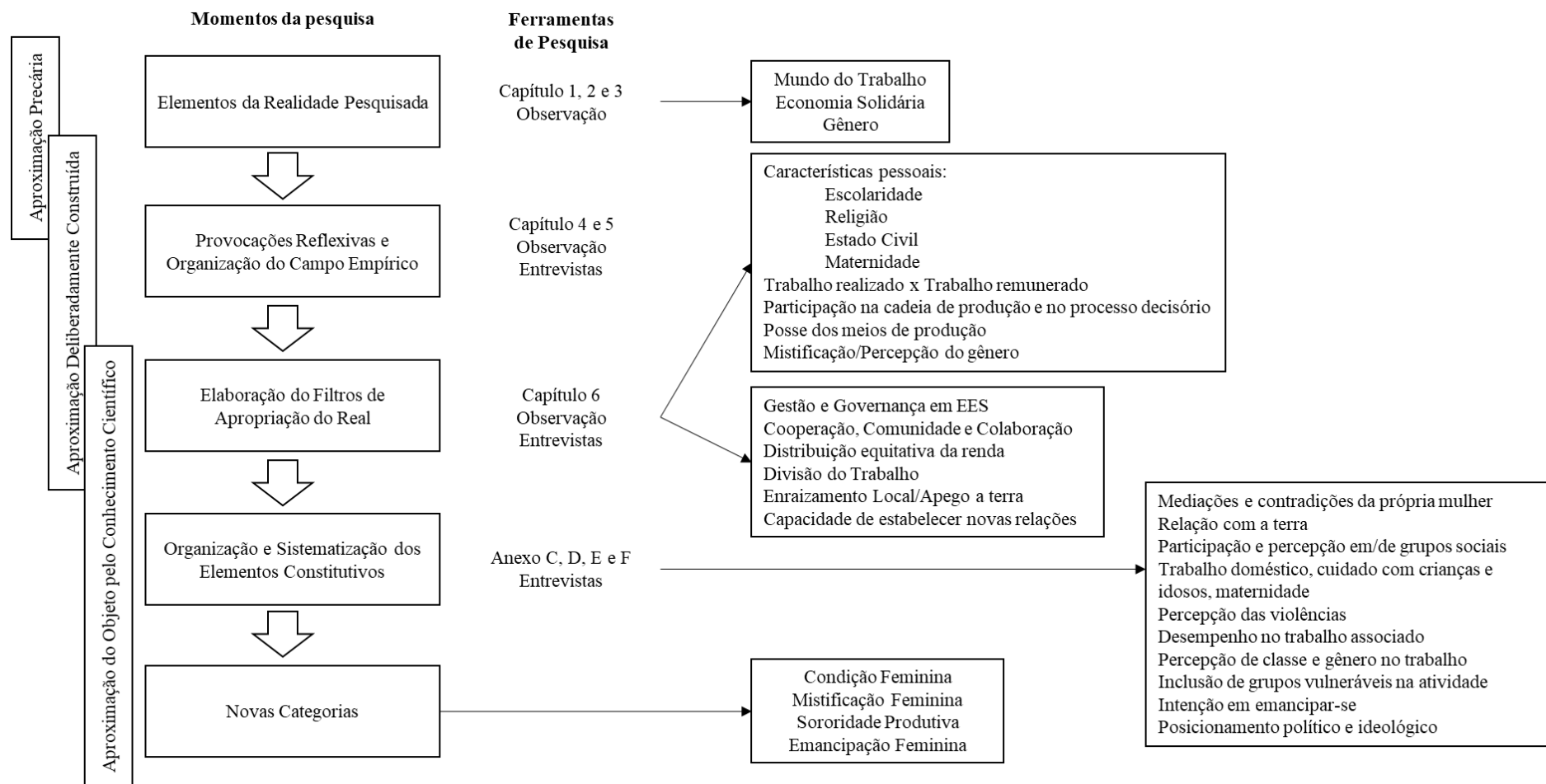
A aproximação dos dados com o objeto na terceira etapa do esquema dos Elementos Constitutivos em Categorias de Análise representa o salto de qualidade dos dados e o comprometimento do pesquisador com as categorias que serão analisadas a partir de então. Ainda para Faria (2017) a produção de categorias de análise pode ser resumida em quatro passos: a) registro das respostas de cada sujeito; b) confronto dos conteúdos individuais dos indivíduos; c) síntese dos conteúdos individuais para formar o elemento constitutivo coletivo; d) os elementos constitutivos são organizados em categorias de análise.

Esse método de análise foi adotado por não se tratar de impor à pesquisa os dados do real, obtidos das chamadas fontes primárias imediatas (empirismo), e tampouco de trocar o processo epistemológico orientador por outro que dê autonomia às conclusões

que se pode formular a partir dos dados da realidade (racionalismo), mas de estabelecer uma leitura do concreto em que este detém a primazia, mas não determina a significação que deve ser atribuída pela investigação científica, sob pena de cair na armadilha do saber imediato (FARIA, 2017).

A Figura 8 apresenta a síntese da pesquisa:

Figura 8 Evolução da pesquisa conforme ACC



Fonte: Elaborado pela autora com base em Faria (2015, 2017)

4.5 SÍNTESE DA APLICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A adoção de diferentes métodos de coleta e análise de dados aqui apresentados auxilia na resolução dos objetivos desta tese, sendo assim, apresentamos a relação das ferramentas propostas e sua finalidade:

Quadro 6 - Síntese dos instrumentos e métodos de análise em relação aos objetivos específicos

Objetivo	Métodos Utilizados	Etapa da ACC
Saturar as determinações que as mulheres trabalhadoras vivenciam nos empreendimentos econômicos solidários e os desdobramentos dessas determinações nas questões de emancipação do gênero feminino.	Entrevistas Observação	Aproximação Precária e Aproximação do Objeto
Avaliar as possibilidades e limites de emancipação social feminina no contexto de empreendimentos econômicos solidários.	Observação e ACC	Aproximação do Objeto

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

A técnica de ACC estabelece procedimentos claro para a aproximação do real e abstrato proposto pelo método materialista histórico, portanto a coleta de dados primários se concentra no primeiro objetivo que busca captar a percepção de sentidos que as mulheres declaram em relação ao trabalho associado e sua própria emancipação.

4.6 INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS E ROTEIRO DE ENTREVISTA

Para sistematizar a coleta dos dados primários, organizo os seguintes elementos da realidade pesquisada a ser investigada, ou seja, as mulheres e os empreendimentos que serão visitados.

Quadro 7 - Referências norteadoras para elementos da realidade pesquisa

	Elementos da Realidade Pesquisada	Referências
Relacionados à aspectos de gênero	Aspectos familiares	PUJOL (1992); MITCHELL (1966); FEDERICI (2017)
	Trabalho Doméstico	KERGOAT (2003); SCOTT (1991); GOLDMAN (2014)
	Educação formal e política	BLANCO (1985); ROMÃO E GADOTI (2012)
	Reprodução Social	ARRUZZA (2017); GRECCO (2018);
Relacionados à aspectos do Empreendimento Auto gestor	Saber Fazer (Subsunção Formal)	SALLUM JR. (2000); ANTUNES, (2009).
	Formação/Constituição do Empreendimento (Aspectos históricos, caracterização societal e configuração jurídica)	ONUMA, MAFRA E MOREIRA (2012); LECHAT (2002).
	Divisão Sexual do Trabalho	HIRATA e KERGOAT (2007); MURARO (2014); PUJOL (1992)
	Posse dos meios de produção	SINGER (2008); SILVA (2018)
	Formas de coordenação e processo decisório	KRAYCHETE (2017); RADOMSKY (2006)
	Instituições de Apoio/Fomento	SINGER (2001b); LISBOA (2005)

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Para cada elemento a ser investigado, apresento as referências para esclarecer ao leitor qual mediação teórica será feita para identificar as categorias a serem pesquisadas.

4.7 DEFINIÇÃO DO CAMPO EMPÍRICO

Esta pesquisa foi realizada em Dourados, Mato Grosso do Sul, onde está localizada a Universidade Federal da Grande Dourados. A UFGD conta com uma Incubadora de Tecnologia Sociais e Solidárias – ITESS que atua como formadora e fomentadora de diversos empreendimentos de Economia Solidária, incluindo empreendimentos geridos exclusivamente por mulheres.

A escolha se deu, além de conveniência para pesquisadora, pelas razões de:

- a) Já ter existido uma política pública destinada à formação de empreendimentos solidários – Criação da ITESS;
- b) Existirem grupos de mulheres incubados no período da pesquisa;
- c) Alguns dos empreendimentos incubados existem há mais de 10 anos.

Em Dourados também existe uma política consistente de apoio à Economia Solidária, sendo que até 2019 existia uma secretaria municipal de agricultura familiar e

economia solidária, que ainda existe como um departamento na secretaria municipal de agronegócios.

Foram diversos empreendimentos visitados durante os quatro anos de pesquisa, e os elementos oriundos da técnica de pesquisa por observação referem-se a todas estas organizações, visto que a representação da realidade se enriquece a partir do aprofundamento teórico do pesquisador³⁹.

Para a participação como respondentes do questionário, foram convidadas oito mulheres e seis permitiram a gravação e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido⁴⁰. Identifico cada respondente com número de 1 a 6 para apresentar suas respostas nos quadros de síntese coletiva do método.

O critério de escolha das entrevistadas foi a atuação na Economia Solidária, busquei selecionar mulheres de pelo menos cinco empreendimentos diferentes, conforme quadro abaixo:

Quadro 8 Relação de Empreendimentos e Entrevistadas

Empreendimento	Número de Entrevistadas	Respondentes
Restaurante/Marmitaria (quilombolas)	2	1 e 2
Doceria/Banco Social/ONG Movimento de Mulheres	1	3
Produção e Comercialização de hortifruti (indígenas)	1	4
Cantina	1	5
Loja de Economia Solidária	1	6

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Por fim, os quadros que apresentam a análise crítica de conteúdo, em relação aos elementos constitutivos são apresentados ao final, nos Apêndices C, D, E e, F. Para Faria (2017, p.2) “o objetivo da ACC é alcançar a realidade concreta sobre o qual o registro se refere (...) despersonalizando (desindividualizando) os registros singulares e valorizando a representação coletiva do real que os mesmos contêm”.

³⁹ Não cabe descrever os empreendimentos que foram visitados, pois foram diversos, inclusive empreendimentos que mudaram de estrutura física, organização, produtos oferecidos. Este fato não é um prejuízo para esta pesquisa tendo em vista que a perspectiva epistêmica não foca em uma única organização, e sim em um movimento do real.

⁴⁰ Esta pesquisa está registrada na Plataforma Brasil, no Comitê de Ética da Universidade Federal da Grande Dourados.

Sobre a apresentação dos quadros síntese, optei por apresentar nos Apêndices pois, conforme Faria (2017, p. 25) apresentam uma leitura vertical dos conteúdos, e reforça “o conteúdo a ser apropriado, convém insistir, não é aquele do registro em si, mas da realidade à qual o registro se refere”.

CAPÍTULO 5

PROVOCAÇÕES REFLEXIVAS E ORGANIZAÇÃO DO CAMPO EMPÍRICO

O caminho metodológico proposto pela ACC é um ir e vir entre a teoria e o campo empírico que busca elaborar e enriquecer a compreensão da realidade concreta e propor elaborações teóricas que contribuam efetivamente para a transformação dos trabalhadores. Nesta seção, após a realização das leituras, da revisão bibliográfica, de discussão com os pares, de aproximação precária do campo empírico, busco elaborar provocações reflexivas, valoradas por todo o trajeto de pesquisa realizado até aqui, e apresentar como o campo empírico está organizado. As questões que me orientam a elaborar esta seção são as questões norteadoras da tese, ancoradas nos objetivos propostos.

Está evidenciado na teoria e na práxis que os EES ou empreendimentos autogestionários nem sempre são compostos por pessoas revolucionárias, ou que estejam implicadas em uma mudança substantiva do sistema. O mesmo acontece com as mulheres trabalhadoras, que não tem como primeiro intuito a superação das opressões de gênero, porém como já destaquei em outros momentos da tese, parto da teoria e do real observado de que tais mulheres se diferenciam em condições e predisposições para embrenharem-se nas fissuras permitidas pela associação de seu trabalho. Quais são estas fissuras, portanto? Como são geradas as oportunidades para o coletivo que permitam uma ressignificação das relações sociais? As trabalhadoras podem perceber estas mudanças?

Começo a percorrer o caminho das provocações pela perspectiva das organizações. As organizações investigadas que demandam para si o rótulo de Economia Solidária, possuem as características elencadas na revisão teórica? Frente à pandemia do novo coronavírus, elas possibilitaram alternativa justa, flexível, isonômica para os associados?

Para além da questão de gênero, pretendo observar as questões estruturantes e objetivas das organizações para trazer para a análise se o tipo de associação coletiva interfere na emancipação dos trabalhadores. Um elemento que considero importante investigar é se o senso de comunidade e de cooperação está presente, mais do que a forma de se organizar.

Sobre a gestão destes empreendimentos, é possível perceber uma gestão participativa, que descentralize o poder de decisão e que este não seja baseado nas

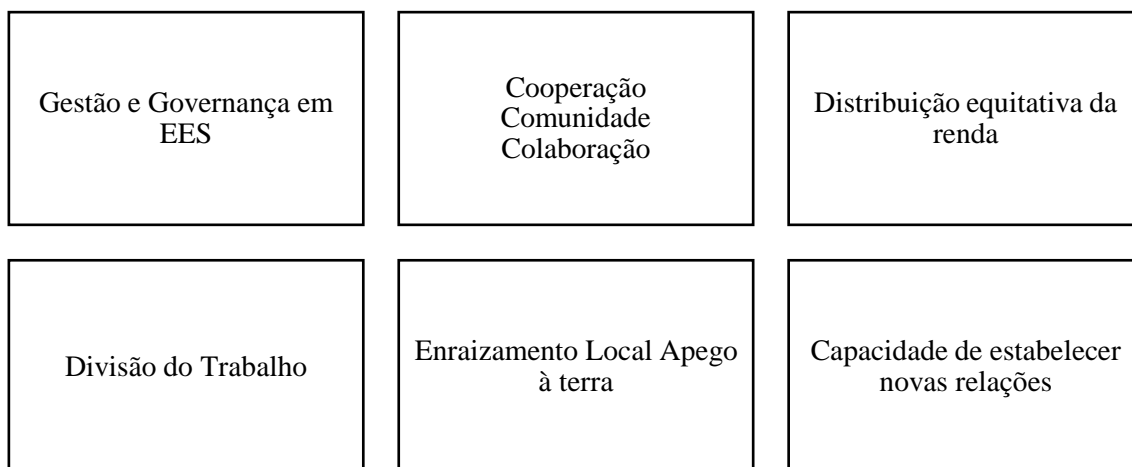
propriedades dos participantes? Está evidenciada a gestão coletiva do empreendimento? Os aspectos de tomada de decisão e de autogestão dão indicativos para constatar a participação dos trabalhadores, sua autonomia. Em um empreendimento coletivo é necessário encontrar mais de uma voz, que cada indivíduo possa se manifestar, se posicionar livremente sobre a atividade, sobre si, sobre o coletivo.

A manifestação do indivíduo pode ir ou não de encontro com o objetivo da coletividade. Qual o nível percebido e declarado de cooperação, senso de pertencimento à comunidade e de colaboração dos participantes? Nessas organizações os trabalhadores e trabalhadoras são valorizados e ouvidos dentro das atividades produtivas? Existe uma orientação para que os produtos produzidos e os processos sejam voltados para o bem-estar e a valoração do trabalhador? O trabalho nestas organizações opera como emancipador ou alienador dos indivíduos?

Mais próximo da questão da emancipação, é preciso verificar se a participação no EES e o próprio coletivo incentivam a transformação das relações sociais e materiais, subvertem a lógica de consumo acelerado e descarte de produtos, compreendem os impactos negativos que o sistema capitalista provoca e que chama de externalidades.

Tais questões surgem da bibliografia e se encontram com o cotidiano da pesquisa no sentido de incrementar, ou trazer nuances, para o pano de fundo da tese, à questão de gênero. Em cada indagação, há o complemento: “como estão as mulheres, dentro dessa realidade observada?”; “esse fato favorece ou dificulta a emancipação de uma trabalhadora?”. Apresento na Figura 9 uma síntese das provocações sobre EES. Utilizo a terminologia “filtros” conforme indicada por Faria (2017) no modelo da ACC:

Figura 9: Síntese das provocações reflexivas sobre EES. Filtros de apropriação do real.



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Considero importante conter na análise dos EES a questão do enraizamento local e do apego à terra, pois é comum em tal tipo de empreendimento a venda de produtos produzidos e/ou extraídos de uma propriedade, sendo ela própria, coletiva ou assentamento. A lógica da posse da terra reverbera na análise da solidariedade e da cooperação por colocar o proprietário(a) em condição diferenciada a outros trabalhadores.

O último filtro desenhado busca verificar se o EES é permeável à inclusão de novos membros para o empreendimento. Se os processos de gestão e governança são flexibilizados para incluir novos indivíduos, independente do futuro tipo de contribuição que possa ser agregada pelo novo integrante.

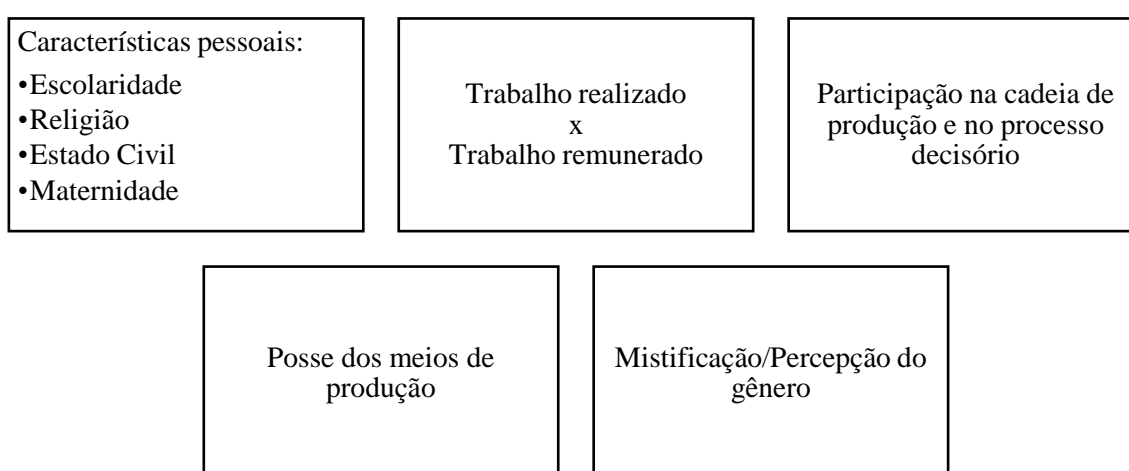
Dada a compreensão do real proposto nessa tese, não há uma resposta objetiva sobre a condição de emancipação em que essas trabalhadoras se encontram, tampouco me parece ser possível estabelecer um grau de para a emancipação ou alienação. Investigando tais elementos, poderão ser propostas categorias que indicarão o avanço da equidade entre os gêneros.

De encontro com as provocações relacionadas aos EES, trago as questões a serem investigadas pelo recorte do gênero, ou do trabalho das mulheres. Evidente que tanto as determinações objetivas estruturantes propostas na figura 9, além de buscar compreender questões objetivas e estruturantes das organizações, a partir da figura 10 procuro enriquecer a compreensão do real com algumas questões relacionadas à percepção que as

mulheres entrevistadas têm sobre a própria condição feminina e sobre emancipação dentro das organizações.

Resgato que essas provocações são fruto da elaboração dos elementos da realidade pesquisada e da aproximação precária com o objeto desta tese. São essas provocações, aqui em forma de questionamentos que fundamentaram a elaboração da realidade abstraída e da mediação crítica que farei nos capítulos a seguir.

Figura 10: Síntese das provocações reflexivas sobre gênero. Filtros de apropriação do real.



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Estreita a questão da submissão do feminino ou da submissão ao patriarcado estão as questões civis, como estado civil, escolaridade, adoção de uma religião, se a trabalhadora é mãe ou não. Talvez a análise de cada uma dessas variáveis com a emancipação seria substantiva o suficiente para ser o único objetivo de pesquisas de dissertações e teses, porém aqui me interessa conhecer o contorno da representação das mulheres, e não realizar um censo ou um perfil.

Identificar se as trabalhadoras falam por si, participam de cargos de liderança no empreendimento, se percebem as violências de gênero do cotidiano, que não se restringem às violências físicas, mas às pressões sociais pelo comportamento recatado e discreto socialmente esperado das mulheres.

Pretendo também identificar onde, no conceito funcional de cadeia de produção, estão as trabalhadoras dos empreendimentos. Na produção, na comercialização, nas

atividades administrativas, ou em todas as atividades? Como é a distribuição do cotidiano da trabalhadora na divisão do trabalho que precisa ser feito (trabalho necessário⁴¹) e do trabalho remunerado⁴², de fato?

Na aproximação precária do objeto, pude observar que frequentemente as mulheres têm a atividade econômica como uma continuidade da sua atividade doméstica, como por exemplo, o cuidado de alguém, a produção de alimentos, costura ou artesanato. Compreender a possibilidade de escolha para entrar na atividade econômica e as condições de tomada de decisão das participantes nos informam alguma informação sobre a alienação da trabalhadora sobre a sua mão de obra.

Sendo uma abordagem anticapitalista, pretendo averiguar o quão envolvidas com a questão da posse dos meios de produção estão as trabalhadoras, tanto no que diz respeito à posse de suas máquinas e ferramentas, tanto quanto à questão da posse da terra, caso sejam assentadas ou participantes da agricultura familiar. Qual é a percepção das trabalhadoras frente à possibilidade do compartilhamento dos bens, em uma condição de atividade conjunta de produção? A autonomia produtiva traz elementos positivos para a emancipação das mulheres, ou aproxima as mais favorecidas de um feminismo liberal?

Eventualmente, as próprias mulheres, dadas suas condições ambientais não tem interesse em debater emancipação feminina⁴³. A superação da opressão de gênero passa pelo reconhecimento da desigualdade e das violências, as quais estão submetidas duplamente as mulheres, sejam em razão da classe ou do sexo. É necessário compreender também a percepção que as trabalhadoras associadas têm em relação à questão feminista, não só em relação a si, mas em relação as outras mulheres, sejam elas familiares ou apenas outras integrantes do grupo social.

Seguramente as provocações apresentadas não são a totalidade das questões vivenciadas pelas mulheres trabalhadoras nos empreendimentos de economia solidária, entretanto tais dimensões cobrem todos os aspectos teóricos que embasam esta pesquisa.

⁴¹ Considero Trabalho Necessário o trabalho realizado pelas mulheres, especialmente o doméstico e o trabalho do cuidado, que é invisibilizado e não pago.

⁴² Como trabalho remunerado inclui trabalho assalariado, trabalhador por conta própria, entre outros (OLIVEIRA, 2022)

⁴³ Nota de Pesquisa: Ao visitar as mulheres entrevistadas, busquei delicadeza ao abordar as questões de gênero em razão da onda conservadora e reacionária que toma conta do Brasil e do mundo nos últimos anos. Reconheço que a confiança entre entrevistadas e pesquisadora é fundamental para avançar no debate de gênero e cultura como já evidenciado por Mead (1963).

No percurso da ACC, agora apresento a aproximação do objeto, de fato. A leitura da realidade concreta, mediada criticamente pelo pensamento, embasado na teoria, buscando reorganizar os elementos relacionais em categorias.

O Capítulo 6 apresenta os elementos constitutivos investigados na produção desta tese e, ao final, propõe as categorias identificadas por mim para contribuir com a avaliação e transformação das relações de produção, de classe e de gênero das mulheres trabalhadoras das EES.

CAPÍTULO 6

APROPRIAÇÃO DO REAL PELA MEDIAÇÃO CRÍTICA DA TEORIA E NOVAS CATEGORIAS

Ao tempo que estas palavras são escritas, o Brasil e o mundo passam por um movimento real de fortalecimento das explorações dos trabalhadores, da ascensão da extrema direita aos poderes de Estado e do reaparecimento de movimentos reacionários e até neonazistas e neofascistas. A grande massa de trabalhadores e trabalhadoras, alienados em diversos graus de comprometimento, em regra não são capazes de perceber a sua própria condição.

A análise da concreticidade do real não parte da perspectiva da revolução, ainda que esta seja desejada. O conjunto de mulheres deste estudo nunca foi idealizado (e não deveria ter sido) como feminista, ainda que uma das abordagens teóricas aqui discutidas parta deste ponto de análise. Para apresentação deste capítulo, adotarei como roteiro as figuras 9 e 10 apresentadas no capítulo anterior.

6.1 ORGANIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DOS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS

O avanço da teoria social que toma para si o desafio de analisar o mundo a partir da perspectiva materialista e histórica não deve se restringir a modelos rigorosos e pré-estabelecidos, sob o risco de não captar as determinações e contradições que compõe o objeto. Todavia, se faz necessário apresentar os resultados desta tese, em formato de texto, de forma clara e descritiva que indique o percurso de pesquisa que escolhi. Desse modo, apresento em tópicos este capítulo para garantir a didática da explanação e não por concordar que as relações podem ser expressas em caixas rotuladas pela academia.

6.1.1 Gestão e Governança em EES

Quanto aos empreendimentos de economia solidária, observo que a totalidade⁴⁴ está organizada informalmente no que se refere a questões contábeis e jurídicas. Geralmente são apoiadas por instituições referenciadas como Incubadoras de Empresas Sociais, da prefeitura municipal ou das Universidades, projetos de Extensão Universitários ou coletivos vinculados a instituições religiosas.

A não formalização do empreendimento solidário traz para as mulheres trabalhadoras a sensação de impermanência de transitoriedade. Ou seja, aquela atividade produtiva terá um dia um fim, se encerrando a oportunidade, considerada “atípica” para exercer trabalho não explorado pelo capital. É comum que o espaço de comercialização onde estão os empreendimentos visitados não seja definitivo do EES, o que produz incerteza e incentiva que os trabalhadores não tratem o empreendimento como solução de longo prazo.

Em contraponto com os relatos de violência oriundos das empresas privadas, nos empreendimentos solidários geridos pelas mulheres que foram campo de estudo desta tese, em todos, a conduta de afeto, atenção e até mesmo carinho esteve presente nas interações durando o percurso da pesquisa. Comigo, enquanto pesquisadora e professora da universidade, observei entre os trabalhadores (homens e mulheres) a mesma conduta. Registro que este fato observado indica que nestes empreendimentos aspectos pessoais e profissionais se mesclam e podem até se confundir. A construção social do feminino orienta para relações interpessoais menos agressivas, com mais diálogo e maior sensibilidade no trato interpessoal. Essa informação reforça o lastro concreto observado em campo de pesquisa.

⁴⁴ Utilizo aqui o termo totalidade tendo em vista que mesmo as organizações que já estão formalizadas juridicamente possuem os mesmos diretores, por eleições e eleições consecutivas, por exemplo. Isso acontece por várias razões, como o perfil do dirigente do grupo de trabalhadores, que pode ser centralizador, ou o perfil dos associados, que não tem interesse (aspectos políticos). Outro motivo é a divisão do trabalho, onde uma única pessoa faz o gerenciamento (não há politecnicidade). Neste último caso há a decisão coletiva, mas a divisão entre as atividades de trabalho – gestão e produção – está bem definida.

6.1.2 Cooperação, Comunidade e Colaboração

O senso de cooperação, comunidade e cooperação está fortemente evidenciado nas relações destes grupos de trabalhadoras. Inclusive, é comum se manifestar no discurso a necessidade de comportamento cooperativo entre eles. Durante as visitas, um empreendimento estava auxiliando a outro a comercializar os produtos. Este fato me chamou a atenção, pois evidenciou-se um comportamento de rede, uma postura de solidariedade para além na unidade organizacional do EES.

Os três C's pesquisados neste filtro são bem caracterizados também pelas relações interpessoais e familiares das trabalhadoras. Na maioria dos empreendimentos os filhos e filhas, irmãos, cônjuges das trabalhadoras estavam envolvidos nas atividades econômicas, de forma definitiva ou como colaboradores. Este filtro testemunha o vínculo entre mães e filhos no empreendimento solidário. Registro também que o senso de comunidade foi mais presente nas entrevistas com os povos tradicionais indígenas e nas comunidades quilombolas. Este fato resgata a necessidade da análise interseccional, apresentada no Capítulo 3.

6.1.3 Distribuição Equitativa de Renda

A questão da renda, quando perguntada diretamente durante a entrevista, é garantida como justa e solidária, em alguns discursos surgem respostas que indicam que a divisão é igualitária. Todavia, em cerca de metade dos empreendimentos, durante a observação e nas entrevistas, a distribuição dos lucros foi encoberta, afastada do foco da conversa.

Pude observar que a distribuição é condicional e variável entre quem são as pessoas que produziram (seja no campo, ou no empreendimento urbano), a expectativa e a percepção de dedicação destes trabalhadores e, as necessidades objetivas pelas quais cada pessoa do grupo passa.

Apesar de não ter elementos para afirmar que a distribuição é injusta, posso afirmar que em muitos casos ela é desigual para atender as especificidades do grupo. Por exemplo, uma determinada família passa por uma necessidade maior que o restante do

grupo. Para aquela família, naquele determinado período, não será cobrada a taxa para contribuição da comercialização, ou será repassado um valor maior das vendas⁴⁵.

6.1.4 Divisão do Trabalho

Existe uma clara identificação nas tarefas que precisam ser realizadas, indicando uma certa mecanização da operação do EES. Tais tarefas são divididas entre as trabalhadoras e trabalhadores de forma clara, contudo é possível perceber os laços de cooperação entre eles no compartilhamento das atividades do outro, em caso de impedimento ou sobrecarga eventual.

Nos empreendimentos estudados nesta pesquisa não é possível definir se o trabalho é dividido em razão das tarefas, ou da habilidade das trabalhadoras. Este filtro tem o desafio de esgotar as determinações neste sentido, porém já indica que não será uma ou outra, e sim ambas: o trabalho é dividido em tarefas, mas as tarefas existem em razão da habilidade técnica de quem a exerce.

Eventualmente, uma atividade que precisa ser realizada, especialmente aquelas que exigem um nível maior de habilidade gerencial ou um conhecimento que não faz parte do ethos da cultura daquele grupo, é ignorada.

Outra determinação a ser explorada neste filtro é a divisão sexual do trabalho. Identificou-se que há divisão sexual do trabalho e existem tarefas que são os companheiros das trabalhadoras que realizam, mas estes podem não ser membros do empreendimento⁴⁶.

⁴⁵ Não pude observar que a decisão de flexibilizar a distribuição da renda tenha sido coletiva, entretanto o pressuposto da solidariedade não me indica que tais decisões, geralmente individuais ou de pequenos grupos dentro do empreendimento, não seriam referendadas pelo coletivo.

⁴⁶ Neste sentido, sugiro um aprofundamento maior para pesquisas futuras no que se refere a este comportamento da divisão sexual do trabalho. As suas causas podem ser em razão do gênero e a condição feminina – a mulher não faz pois acha que não tem deve fazer, ou pela ausência de habilidade técnica – a mulher não faz porque não sabe fazer ou habilidade física, não tem força suficiente. Essa análise deve partir de uma condição dialética.

6.1.4 Enraizamento local/Apego a terra

Estabeleci este filtro de apropriação do real para buscar identificar as determinações que os trabalhadores associados possuem em relação aos fetiches do capitalismo de posse da terra e o patriotismo. Estes dois elementos são reificantes e alienantes da luta de classes, e caso se evidenciasse a contradição deste fetiche seria um elemento que viria de encontro a possibilidade de emancipação das trabalhadoras.

O que foi observado e coletado nas entrevistas é que esta reificação não está evidenciada, ainda que uma pesquisa mais aprofundada a nível de significantes de discurso, por exemplo, fosse útil para esgotar o tema.

Se apresentou na aproximação do objeto um comportamento de apego a terra, porém pela vivência e cultura dos povos tradicionais indígenas e quilombolas, sendo que esta determinação é histórica e anterior ao modo de produção capitalista. O aprofundamento dos estudos por este filtro requer uma contribuição antropológica sobre estes povos.

6.1.5 Capacidade de Estabelecer Novas Relações

A constituição de grupos solidários, de movimentos sociais e de empreendimentos de economia solidária surgem, comumente, em condição de que todos os “membros fundadores” possuem as mesmas necessidades e projetos, que os motive a agir coletivamente. Todavia, a teoria organizacional irá impelir para a necessidade de renovação dos membros da organização, para garantir sua sobrevivência.

Essa abertura, ou capacidade de receber novos indivíduos, incrustá-los na cultura solidária e verdadeiramente, criar laços de produção solidária não é facilmente observada nos empreendimentos. Existe sim, mas é incomum. Desta apropriação podemos inferir que para ampliar a quantidade de trabalhadores e trabalhadoras nestes empreendimentos seria preciso criar sempre outros negócios. Talvez esta leitura do movimento real explique o grande número de iniciativas, geralmente sobrepostas, que existiram no país durante os primeiros quinze anos do século XXI, conforme visto no Capítulo 2.

O campo empírico desta tese é restrito, conforme apresentado no Capítulo 4, e, portanto, é necessário ampliar o desenho da pesquisa para garantir que esta observação não se restringe apenas aos empreendimentos de pequeno porte. A observação aqui é de que outros tipos de empreendimento, como de catadores de lixo ou fábricas recuperadas que envolvem um número muito grande de trabalhadores podem ser mais flexíveis para a inclusão de novos membros.

6.1.6 Características Pessoais

Os elementos constitutivos destas determinações do objeto se referem à análise de gênero. E encontrei aqui um grande distanciamento entre as teorias de gênero e o concreto real das mulheres trabalhadoras nos empreendimentos estudados. Enquanto a bibliografia questiona os aspectos do nível de instrução permitido às mulheres, da alienação promovida e reforçada pelos movimentos religiosos, pela obrigatoriedade do casamento e da disputa dos direitos reprodutivos, o que encontrei no concreto real foram – em regra – mulheres que: estudaram até o ensino médio; muito aguerridas à fé religiosa (seja evangélica, católica ou tradicional indígena); casadas em única união ou solteiras com a intenção de estabelecer união, e; mães. Se estabelece uma contradição, onde um grupo de mulheres conservadoras em aspectos sociais adotam práticas de trabalho com fins a superação dos grilhões do capital.

Quanto à escolaridade, não se pode associar apenas ao conservadorismo familiar, tendo em vista que não havia oportunidade para as mulheres pobres, principalmente as não brancas) cursarem o ensino superior quando elas deveriam ter tido esta oportunidade.

Não foram evidenciadas nos elementos objetivos questões relacionadas às diversas identificações sexuais e orientações de gênero, ainda que nos elementos subjetivos essa questão tenha se afastado do meu olhar como pesquisadora. Este filtro é complementar ao de Mistificação e Percepção de Gênero.

6.1.7 Trabalho realizado x Trabalho remunerado

Outro elemento objetivo que necessariamente é observado nesta pesquisa é como as trabalhadoras dos EES veem e realizam o trabalho doméstico. A bibliografia indica

que o trabalho do lar não é remunerado e fator de favorecimento dos homens no ambiente familiar e nas organizações.

Através deste filtro, pude perceber de forma objetiva e subjetiva que a divisão do trabalho no campo do empreendimento solidário conduziu para uma prática efetiva da divisão do trabalho do lar das mulheres. Tanto os casais e os seus filhos dividem as tarefas domésticas, sendo que o movimento dialético da divisão do trabalho entre as esferas pública e privada fica estabelecido, superando, naquele contexto a divisão sexual do trabalho

Este campo de disputa, de quem exerce o trabalho doméstico não remunerado, apresenta um avanço para a emancipação das mulheres e pode ser uma das frentes a ser construída pelos movimentos de mulheres para a superação das desigualdades de gênero.

6.1.8 Participação na cadeia de produção e no processo decisório

O comportamento do grupo estudado nesta tese não se assemelha ao mito do empreendedor, que aceita riscos e toma decisões sozinho. Pelo contrário, na totalidade das visitas e entrevistas observou-se que a tomada de decisão e as escolhas de produção são sempre dialogadas e analisadas pelas trabalhadoras, pelos companheiros e até mesmo por pessoas que não participam dos EES, mas que são consideradas apoiadoras. Avalio, como pesquisadora que está aqui a maior riqueza solidária dos empreendimentos estudados.

Quanto à participação na cadeia de produção, identificou-se que há uma disposição das trabalhadoras a superar os limites da sua “unidade produtiva”. Frequentemente as mulheres que produzem alimentos, também os plantam, e entregam os alimentos produzidos, e aquelas que plantam, fazem o mini processamento. Novamente, essa atitude se dá pela necessidade de garantir a renda para o grupo, e não por uma avaliação estratégica de comercialização.

Essas determinações e contradições impelem a uma rotina de trabalho por vezes mais intensa em carga horária e serviço do que a do trabalhador assalariado, ainda assim, não se pode incorrer no erro frequente da sociedade de achar que estas mulheres estão em posição de vantagem de classe, chamando-as de proprietárias.

6.1.9 Posse dos meios de produção

Segundo algumas das definições estudadas nos capítulos 1 e 2 desta pesquisa, deter os meios de produção é uma das características e vantagens dos trabalhadores associados, contudo nesta pesquisa não foi identificado que os trabalhadores tenham esta posse, exceto por um único EES. Fazem uso de instalações, máquinas e equipamentos e até ferramentas, mas não são proprietárias, de fato.

Para ilustrar apresento o quadro a seguir, indicando os elementos objetivos encontrados:

Quadro 9 Posse dos meios de produção de alguns EES

Empreendimento	Posse dos meios de produção
Marmitaria	Espaço alugado, terceiros que cederam (fogão, freezer, móveis) para o grupo trabalhar
Cantina	Espaço público, cedência não formalizada
Produção de Hortifruti	Terra é bem coletivo (aldeia) Incubadora de Tecnologia Sociais e Solidárias
Confeitaria	Espaço da produção pertence à ONG “mantenedora”, mas a comercialização é na loja de Economia Solidária do município

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Isto posto, analiso que a posse não é determinante para a existência do EES, mas talvez seja para sua permanência. Este fato observado confirma a sensação das trabalhadoras da efemeridade, acrescida da ausência de políticas públicas efetivas para a Economia Solidária. O próprio conceito de incubadora já impõe um prazo final para os negócios, e os trabalhadores são impelidos a sobreviver no mercado após um curto período de supervisão e auxílio do Estado (neste caso, Universidades).

6.1.10 Percepção de Gênero

Este último filtro está completamente imerso na compreensão do discurso das mulheres, pois para além do momento da entrevista em que eu abordei o tema, era preciso identificar de forma global a percepção que a trabalhadora tinha de si e das outras mulheres ao seu redor, inclusive de mim, que era interlocutora.

Percebi que a mistificação do gênero feminino está muito presente, quando as trabalhadoras trazem elementos como “é nosso papel como mulher”, “somos nós que ‘fazemos’ as coisas (pela família e pelo EES)”, a ideia de que um grupo solidário precisa de uma mulher gentil, porém firme acompanhando – e não necessariamente no comando. Em todas as interlocuções esteve presente o assunto maternidade, mesmo com a única mulher entrevistada que não tinha filhos⁴⁷⁴⁸.

As trabalhadoras não se percebem como expoentes de seu grupo no que se refere ao gênero feminino, e sim, se consideram participativas e atuantes nos aspectos da solidariedade e da comunhão com seu grupo social. A identificação, portanto, se dá pela atividade do trabalho e dos compartilhamentos dos princípios da economia solidária.

Pode-se observar que o princípio da solidariedade é o valor norteador do campo empírico visitado, entretanto a visão de que as desigualdades e a exploração das mulheres trabalhadoras e dos homens trabalhadores se dará apenas com a luta coletiva não está evidenciada. A solidariedade como política para além das relações imediatas de trabalho é condição primária para o fortalecimento dos grupos, das ideias e da vitória em suas pautas.

6.2 NOVAS CATEGORIAS DE ANÁLISE E ELEMENTOS CONSTITUTIVOS

As categorias são formas de expressão – modos de existência – do ser social, que quanto maior a quantidade de determinações, melhor expressarão o concreto real. As determinações devem saturar as mediações e as contradições que expressam a relação ontológica para os trabalhadores.

Para Lukács (2012, p. 320):

(...) categorias não são elementos de uma arquitetura hierárquica e sistemática, mas, ao contrário, são na realidade “formas de ser, determinações da existência”, elementos estruturais de complexos relativamente totais, reais, dinâmicos, cujas inter-relações dinâmicas

⁴⁷ Durante todo o percurso do doutorado me chamou a atenção a ausência de pesquisas críticas sobre a relação entre maternidade e trabalho. Crianças fazem parte da sociedade, mas não aparecem nas pesquisas com homens, logo há aí uma desigualdade de gênero. Por outro lado, apenas pessoas com útero podem parir, ou seja, garantir a continuidade da espécie e do modo de produção. Considerar estes dois elementos sem romantizar a maternidade ou estabelecer estereótipos de gênero é um desafio para pesquisas futuras.

⁴⁸ Relato de campo: o assunto foi trazido pela entrevistada, para dizer que não teve filhos pois não pode, biologicamente, engravidar.

dão lugar a complexos cada vez mais abrangentes, em sentido tanto extensivo quanto intensivo.

Ao desenvolver o método da Análise Crítica de Conteúdo nesta tese, valorizado pelo enriquecimento promovido pela articulação dos conteúdos teóricos e empíricos aqui apresentados, partindo das mediações de primeira ordem propostos por Mészáros (2006) proponho na Figura 11 novas categorias de análise para a Emancipação Feminina.

Figura 11 Novas categorias de análise, partindo do particular ao universal



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Para a proposta de tais categorias, foram consideradas as possibilidades das determinações pelas diferentes dimensões: universal, particular e singular, sendo que os elementos observados são espelhamentos entre si – em movimento contínuo, que devem ser enriquecidos para expressar verdadeiramente o concreto⁴⁹.

A entrega final deste processo de pesquisa é a elaboração de categorias de análise, que devem ser aplicadas dentro das perspectivas históricas e concretas, sobre a

⁴⁹ Para Marx (2008, p.14) “O concreto é concreto porque é síntese de muitas determinações, isto é unidade do diverso, por isso o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida também da intuição e da representação.

emancipação das trabalhadoras mulheres em organizações autogestionadas. Tais categorias⁵⁰, elaboradas pelo método da ACC, serão apresentadas a seguir.

6.2.1 Condição Feminina

Esta categoria procura evidenciar a percepção que a trabalhadora possui da condição individual, em outras palavras, o quanto o seu desempenho nas relações sociais está pautada pelo seu gênero. A condição feminina é determinada pelas mediações e contradições da própria mulher. Suas escolhas de vida, comportamento de consumo, posicionamento político, ideologias que reproduz, se percebe ou não a desigualdade de gênero.

O movimento dialético apresenta novos comportamentos desta categoria, onde algumas mulheres (e uma parte cada vez maior da sociedade) negam as mediações postas, como modos de agir, de vestir, escolhas de formação, trabalho, união civil, orientação sexual, entre outros. Ainda assim estes novos desempenhos existem na condição de contradição, resistência e questionamento da manutenção do “papel” das mulheres.

Esta categoria também tem o potencial de explorar a relação da mulher com a terra onde mora e produz.

6.2.2 Desmistificação Feminina

O movimento real se dá não apenas pela ação do indivíduo sobre si mesmo, mas também pelo relacionamento entre as outras pessoas da sociedade com tal indivíduo. Nesta categoria, busco exaurir as determinações das mulheres trabalhadoras e os grupos sociais em que elas estão inseridas, como a família, a igreja, as organizações, e todas as outras.

⁵⁰ A terminologia das categorias procurou expressar de forma mais completa as suas determinações, porém, na literatura feminista são encontrados os mesmos termos ou semelhantes, sendo: a) “A Condição Feminina” é utilizado por Simone de Beauvoir, filósofa existencialista, denunciando que as mulheres eram reprimidas de sua liberdade, especialmente em relação aos homens; b) “A Desmistificação Feminina” é uma referência à obra “Mística Feminina” obra de Betty Friedman, publicado em 1963, que apresentava a insatisfação das mulheres em performar o papel da mulher na sociedade de consumo; c) “Sororidade” é um termo que se popularizou entre as feministas, especialmente pelos livros e palestras da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie. Tem origem na palavra *soror* (latim) que significa irmã.

Incluo aqui também os elementos da Teoria da Reprodução Social, como a atribuição da responsabilidade do cuidado com crianças e idosos, do trabalho doméstico e a convenção de que a mulher é uma matriz reprodutora, em que necessariamente deverá parir ou adotar filhos para a “manutenção da sociedade”.

No que se refere ao trabalho, esta categoria deverá buscar se a contratação, a realização da atividade produtivas, a remuneração da trabalhadora é limitada ao gênero ou superam essa condição. Entram nesta categoria a análise e compreensão do movimento real de assédios e violências (físicas, econômicas, psicológicas, patrimoniais e sexuais⁵¹).

6.2.3 Sororidade Produtiva⁵²

Esta categoria procura analisar o comportamento das mulheres enquanto performam o papel de trabalhadoras, seja na condição de trabalho associado, ou trabalho assalariado, seja no coletivo essencialmente feminino ou no coletivo da classe trabalhadora (que contempla homens e mulheres).

Durante a construção desta tese ficou evidente que as trabalhadoras adotam posturas mais assertivas, competitivas e empreendedoras no que se refere ao modo de produção capitalista. É comum identificar contradições nesta categoria percebendo nas trabalhadoras o ímpeto liberal, pois se percebem empoderadas pelo processo de tomada de decisão e produção e apropriação de mais valia.

Essa contradição se dá em razão de que a emancipação verdadeira – de homens e mulheres – se dará somente quando todas as mulheres, sejam elas se quaisquer raças/etnias, credo, região/país, expressão de gênero, orientação sexual e classe sejam realmente livres e cidadãs.

⁵¹ Tipos de violência tipificadas na Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha

⁵² Escolhi o termo sororidade por esta categoria se restringir à análise de trabalhadoras mulheres. O termo poderia ser substituído por solidariedade em outras pesquisas.

6.2.4 Emancipação Feminina

A última categoria evidencia o movimento real, histórico e dialético das categorias anteriores frente à possibilidade de subverter a ordem produtiva e social e revolucionar a condição das mulheres trabalhadoras. É a categoria mais abstrata que proponho, todavia é enriquecida pelas determinações das categorias anteriores.

Ainda que a superação da sociedade de classes e da sociedade patriarcal seja hoje uma utopia, as determinações desta categoria nos darão os caminhos a serem trilhados para transformar a realidade.

6.3 O CAMPO APÓS O MÉTODO DA ACC

Após todo o exercício metodológico da pesquisa e o processo de elaborar categorias, farei nesta seção uma análise da Emancipação Feminina nos Empreendimentos de Economia Solidária estudados. Em outras palavras, após realizar todo o percurso metodológico da ACC, voltarei ao campo empírico, e farei uma verificação do movimento real, buscando responder as questões norteadoras da tese.

Não considero essa seção como uma validação das categorias e sim um exercício, pois o método não tem essa intenção e tampouco seria possível validar categorias no campo que as originou, seria redundante e incongruente, porém essa verificação traz mais elementos para enriquecer a compreensão das categorias propostas, sendo a seção 6.3 complementar a seção 6.2.

Quanto a categoria 'Condição Feminina' foi observado que as trabalhadoras percebem sua condição de gênero e adotam os estereótipos que habitualmente imbuídos às mulheres, de que devem ser mais determinadas, resilientes, esperançosas. É possível definir que as trabalhadoras adotam em seu discurso e forma de vestir características femininas, como o uso de roupas com adereços, cabelos arrumados e acessórios.

Aquelas que compartilharam seu posicionamento político, indicaram que se consideram progressistas, ainda que não tenham manifestado conhecimento sobre a luta de classes, ou participação em outro movimento social organizado, por exemplo. Todas se manifestaram contrárias às atuais políticas vigentes, no que se refere a economia,

porém não se manifestaram sobre a pauta de costumes conservadores. Quanto aquelas que tem filhas mulheres, foi observado o comentário sobre a preocupação da possível violência que poderiam sofrer, e observou-se que a conduta foi de fatalidade (proteger, evitar exposição, acolher – caso aconteça).

As mulheres não questionam a necessidade da união pelo casamento, chega a ser um processo percebido como natural, a ser realizado obrigatoriamente pela vivente, bem como o trabalho doméstico e o cuidado com idosos e crianças. Esse ponto de tensão entre o concreto e a teoria indica que, ao menos para este grupo de trabalhadores e trabalhadoras questionar o trabalho não remunerado, a princípio, não faz sentido.

Quanto a terra, as mulheres (se aplica àquelas que tem vínculo) não percebem como capital, capaz de produzir riqueza, e sim como um lugar em que se mora, uma extensão de sua família e de sua cultura. Esta percepção também apresenta tensionamento com a teoria no que se refere à classe do campesinato, e seu pertencimento como tal.

A categoria ‘Desmistificação Feminina’ - que apresenta as relações das trabalhadoras com sua família, comunidade, clientes e outros, foi a menos observada durante o percurso do método por mim, mas reforço aqui a relevância de suas determinações. A emancipação se dará no coletivo, quando todas as mulheres estiverem conscientes de sua condição desigual e submissa aos homens.

A percepção da desigualdade entre os gêneros, não é tão evidente quanto se parece, sendo a ideologia o principal instrumento de naturalização das relações (aqui inclui os aspectos educacionais e religiosos). A diferença sempre existirá, em razão dos atributos biológicos da reprodução biológica, entretanto é preciso compreender como, para além da reprodução, a diferença produz desigualdade objetiva (em relação à remuneração, direitos, entre outros) e violência.

Outra questão fundante desta categoria é o esgotamento das relações culturais da raça e/ou etnia a qual as trabalhadoras pertencem. Os estudos decoloniais avançam em diversas epistemias e precisam ser agregados para compreensão de outras formas de organização coletiva.

A superação da lógica da competição para a lógica da solidariedade está presente no campo visitado. Há solidariedade entre os trabalhadores visitados e entrevistados. Há, de forma contundente, sororidade entre as trabalhadoras. A categoria “Sororidade Produtiva”, indica também que as trabalhadoras percebem que existem meios alternativos

de produção, ainda que no que se refere a contratação de outras pessoas, pensem na condição de funcionárias e não parceiras associadas.

Esta é uma contradição observada, inclusive pela percepção das diferenças sociais no outro: no conjunto de cliente brancos, nas patroas brancas, no trabalho “para os ricos”, mas também no outro que não é daquele grupo associado. Há até certo grau de competição entre dois empreendimentos e rivalidades históricas entre as trabalhadoras.

Outra contradição é adoção de um comportamento socialmente responsável na comercialização dos produtos, muitas vezes por orientações de mantenedoras, ou tutores, os EES adotam atitudes ambientalmente responsáveis, mas apenas na aparência, e não na essência, mudando atitudes de forma consciente. Mas aqui cabe a questão do nível instrucional do grupo, sendo que a minoria teve acesso ao ensino médio presencial, oportunidade de estar em contato com informações sobre o meio ambiente e a sustentabilidade.

Por fim, as trabalhadoras estudadas nesta tese estão longe do que pode se definir como emancipadas. Tem ideias conservadoras, são submissas aos seus cônjuges, familiares e grupos religiosos. Mas são sensíveis ao que se refere a potencialidade da solidariedade e comunitarismo como meio de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro passo para elaborar uma tese é descrever claramente um problema de pesquisa. Tratar de um tema tão complexo quanto as relações de gênero e as relações de trabalho e luta de classes implica em evitar abstrações sobre as mulheres e os trabalhadores. Ao chegar ao fim deste trabalho de pesquisa, voltamos ao ponto de partida para verificar se os questionamentos feitos e as problemáticas apresentadas puderam ser respondidos e/ou foram esgotados.

A primeira questão que trago, à guisa de conclusão, é a emancipação. A escolha do termo, conforme apresentado durante a revisão bibliográfica se justificou. A existência e a percepção das mulheres trabalhadores dos seus processos de alienação em relação ao trabalho são questionados e até debatidos em empreendimentos de economia solidária e a escolha para atuação em empreendimentos autogestionados se dá, na maioria das vezes pela marginalização destas mulheres, em sua maioria não branca, no mercado de trabalho, em razão do gênero e da condição feminina.

Parafraseando Rosa Luxemburgo, opressão de gênero e opressão de classe são elos das correntes que prendem homens e mulheres, que precisam ser denunciados sistematicamente e insistentemente. Nessa perspectiva, de que os grilhões que aprisionam são vários e estão emaranhados, não há possibilidade de estabelecer um grau de emancipação, positivamente falando, porém, é preciso considerar que enquanto uma mudança radical for uma utopia, os movimentos sociais, coletivos, podem provocar mudanças efetivas, que contribuam para melhores condições sociais e de trabalho.

Pode-se concluir que os EES, especialmente os que atuam no meio rural não são a negação do sistema capitalista, e sim a única alternativa de trabalho digno para estas trabalhadoras. É comum, nos dias em que não estão produzindo, ou em período de recessos da Incubadora, as mulheres procurarem outras fontes de renda, precarizadas, no espaço urbano, para subsistência (o mesmo quando a Loja de Economia Solidária foi fechada pelo município). É possível inferir que os empreendimentos solidários iniciados no espaço das universidades não existiriam se não houvesse tal ação afirmativa.

É possível que as mulheres adotem uma postura solidária após o período de incubação, mas no início, a oportunidade de produção coletiva e solidária é adotada como a única alternativa para as trabalhadoras. Se faz necessário então incluir a formação de gênero e raça nas formações sobre associativismo, cooperativismo e economia solidária,

para contribuir com a percepção das mulheres sobre as distinções que são realizadas nas contratações de sua mão de obra. Orbita a questão, se todas as iniciativas e processo histórico visto no Capítulo 2 tivessem a formação sobre desigualdade de gênero dentro das políticas de ECOSOL, a desigualdade de gênero seria hoje tão mistificada?

Concluo ainda, sobre a problemática apresentada, que os empreendimentos sociais e solidários são transformadores e oferecem subsídios sim, para a subversão do patriarcado. Além disso, em movimento dialético, esta mudança contribui para a superação do capitalismo, mas ambos movimentos precisam reconhecer e operacionalizarem-se com este horizonte pragmático e político.

O objetivo geral e os objetivos específicos desta pesquisa foram alcançados. O método da Análise Crítica de Conteúdo permitiu a análise das dimensões estruturantes-objetivas das teorias estudadas e do campo empírico, o que desenrolou a elaboração das novas categorias de análise que contribuirão para pesquisas futuras. O intencionalismo do método materialista histórico-dialético evitou elucubrações e lançou luz sobre a importância da associação da desigualdade de gênero à luta de classes. Não será possível a libertação de todos os trabalhadores das opressões do capital, a menos que sejam eliminadas as opressões dentro da classe trabalhadora.

Quanto às contribuições e resultados desta tese espera-se um impacto em três níveis. Em um primeiro momento espera-se que a publicação desta pesquisa contribua com as ações de formação e incubação das Universidades e outros centros de formação (inclusive os confessionais) sobre a desigualdade de gênero e a condição das mulheres. Neste mesmo nível de impacto, espera-se que os pesquisadores de trabalho autogestionado que elaboram políticas públicas e os servidores do Estado (sejam representantes do povo ou concursados) considerem esse viés nas ações do poder público, tratando como alvo prioritário não só as mulheres, mas também os povos tradicionais, originários e racializados, propondo programas e projetos interseccionais transformadores.

No Apêndice G, incluo um Plano de Trabalho elaborado por mim e por membros do GEPOTE que visa implantar os resultados desta pesquisa, promovendo mudanças substantivas para as trabalhadoras.

Além dos impactos práticos, os resultados diretos desta pesquisa são a contribuição para o campo, do exercício teórico metodológico e epistêmico da perspectiva crítica, vinculado a questão de gênero; e a reprodução do método da Análise Crítica de

Conteúdo, que apresenta como vantagem a possibilidade de avaliação do desenvolvimento da pesquisa entre os pares.

A proposta de quatro categorias de análise do objeto (emancipação de mulheres em empreendimentos solidários) é o resultado teórico-acadêmico mais substancial, sendo elas: condição feminina, desmistificação feminina, sororidade produtiva e emancipação feminina. Estas categorias poderão vir a ser exploradas e esgotada em suas determinações em pesquisas futuras e submetidas, sistematicamente, às avaliações dos pares.

O desdobramento destes impactos de primeiro nível são as mudanças substanciais na realidade concreta, em especial para o cotidiano dos empreendimentos sociais e solidários, geridos por trabalhadores, e; para o conjunto de mulheres (trabalhadoras remuneradas ou não). Que tais mulheres possam receber informações sobre sua história e suas condições sociais, políticas e de classe.

Como sugestão para futuras pesquisas, indico explorar a questão da maternidade como fator inerente nas relações de trabalho, não só na perspectiva do sujeito mulher, mas na perspectiva social e histórica da classe. Esta pesquisa também precisa ser feita no recorte da Economia Solidária, pois há indicação de que as mulheres com filhos (mais comprometidas com o doméstico) tendem a ser mais exploradas no mercado de trabalho e tendem a participar com maior elaboração e compromisso dos empreendimentos sociais.

A pesquisa crítica dos Estudos Organizacionais também precisa se debruçar sobre a influência do conservadorismo social e da religião sobre a classe trabalhadora, questionando o pressuposto de que e como estes elementos são alienantes. Traçando um paralelo com esta tese, não é possível excluir a condição da diferença de gênero dos trabalhadores, tampouco ignorá-la, o mesmo acontece com o conservadorismo e com a religião.

REFERÊNCIAS

- ABRAMITZKY, R. Lessons from the kibbutz on the equality-incentives trade-off. **Journal of Economic Perspectives**, v. 25, n. 1, p. 185–208, 2011. Disponível em: <<https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jep.25.1.185>>.
- ADDATI, Laura; CATTANEO Umberto, Valeria Esquivel and Isabel Valarino. Care Work and Care Jobs for the Future of Decent Work. Genebra: Organização Internacional do Trabalho, 2018.
- ADS/CUT. Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária. **Institucional**. Disponível em: <<https://www.desenvolvimentosolidario.org.br/institucional>>. Acesso em: 15 de Janeiro de 2020.
- ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. Corpo e escrita. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, v. 19, n. 1.2, 12 dez. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/2713>>
- ANDION, C. A gestão no campo da economia solidária: particularidades e desafios. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 9, n. 1, p. 79-101, 2005.
- ANTUNES, Ricardo. **O Caracol e sua Concha**. Ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho, São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- _____; POCHMANN, Marcio. A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil. CIMADAMORE, Alberto D.; CATTANI, Antonio David. **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Tomo Editorial, 2007. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/clacso-crop/20120708071300/08antu2.pdf>
- ANTUNES, R. L. C. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviço na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ARENDDT, Hannah. Truth and politics. WOOD, David; MEDINA, José (Orgs.). **Truth: Engagements across philosophical traditions**. Hoboken: John Wiley & Sons, 2008. p.295-314.
- ARRUDA, Marcos. Economía solidaria y el renacimiento de una sociedad humana matrística. **Revista Vinculando**, 2004. Disponível em: http://vinculando.org/economia_solidaria/esysoc_mat.html>

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. *Revista Outubro*, n. 23, p. 33-56, 2015.

_____. Gender as social temporality: Butler (and Marx). **Historical Materialism**, v. 23, n. 1, p. 28-52, 2015b.

_____. Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. **Cadernos Cemarx**, n. 10, 2017.

_____. *Ligações Perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo*. São Paulo: Usina Editorial, 2019.

_____; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. Boitempo Editorial, 2019.

ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. A abortada revolução feminina: avanços, inviabilidades e contradições soviéticas no tocante à questão da mulher. *Verinotio - Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas* ., v. Ano XII ., n:2, p. 242–251, 2017.

ÁVILA, R. C.; CAMPOS, J. L. M. The social economy facing emerging economic concepts: Social innovation, social responsibility, collaborative economy, social enterprises and solidary economy. **CIRIEC-Espana Revista de Economia Publica, Social y Cooperativa**, 2018.

AZEVEDO, Alessandra de. Inovação tecnológica em empreendimentos autogestionários: utopia ou possibilidade. **Anais do IX Colóquio Internacional sobre Poder Local**. Salvador, 2003.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Endividamento Médio das Famílias sobre a Renda**, 2019. Disponível em: < <https://dadosabertos.bcb.gov.br/dataset/20400-endividamento-das-familias-com-o-sistema-financeiro-nacional-exceto-credito-habitacional-em-r>>.

BAQUERO, Rute Vivian Angelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social? Uma discussão conceitual. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, jan.-abr. 2012.

BARROS, Albani; SANTOS, Maricelly Costa. Marx e a precarização do trabalho. **Sociedade em Debate**, v. 25, n. 3, p. 46-58, 2019.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BÉHAR, A. H. **Meritocracia enquanto ferramenta da ideologia gerencialista na captura da subjetividade e individualização das relações de trabalho: uma reflexão crítica**. *Revista Organizações & Sociedade* – v. 26, n. 89, p. 249-268, abr./jun. 2019

BELL, Judith. Projeto de Pesquisa. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2008.

BENINI, E.; BENINI, E. Reforma Agrária No Contexto Da Economia Solidária. **Revista Nera**, Presidente Prudente, Ano 11, n. 13, p. 6-15, jul.-dez./2008.

_____; BENINI, Elcio Gustavo. As contradições do processo de autogestão no capitalismo: funcionalidade, resistência e emancipação pela economia solidária. **Organizações & Sociedade**, v. 17, n. 55, p. 605-619, 2010.

_____; NEMIROVSKY, Gabriel Gualhanone; BENINI, Elcio Gustavo. A práxis do trabalho associado: da economia solidária para a perspectiva da solidariedade orgânica e autogestão societal. **Revista ORG & DEMO**, v. 13, n. 12, p. 9-20, Jul./Dez., 2012.

BHATTACHARYA, Tithi. **Social Reproduction Theory: Remapping Class**, Recentering Oppression. Londres: Pluto Press, 2017.

BLANCO, Joaquín Mateo. Historia de la reforma de los principios cooperativos. **Revesco: Estudios cooperativos**, Madrid: Ed. Universidad Complutense, n. 53, p. 32, 1985

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Safra da Agricultura Familiar**, 2017-2020, 2017

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Ações e Programas**. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-productiva-urbana/economia-solidaria>. Acesso em: 04 de outubro de 2022.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Como sair do regime liberal de política econômica e da quase-estagnação desde 1990. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 89, p. 7-22, 2017.

BRUMER, A. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista de Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, 2004.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007.

BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda. (Orgs.). **Autonomia e Cidadania: Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

CALÁS, Marta B; SMIRCICH, Linda; TIENARI, Janne; ELLEHAVE, Camilla Funck. Observing globalized capitalism: Gender and ethnicity as an entry point. **Gender, work & organization**, v. 17, n. 3, p. 243-247, mai. 2010.

CARMO, R. M.; BARATA, A. **Teoria social da austeridade**: para uma crítica do processo de precarização. *Rev. Serv. Público*. Brasília 68 (2) 319-342 abr/jun 2017.

CARNEIRO, Maria Elisabeth Ribeiro. Feminismo-Feminismos. TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados, Ed. UFGD, 2015.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 22-55, 2001.

CARRASCO, Cristina. Introdução: Para uma economia feminista. CARRASCO, Cistina (Orgs.). **Mujeres y economia**: Nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas, Espanha: Icaria editorial, 1999.

CARUANA, María Eugenia Castela. Las políticas públicas y su visión de la economía social y solidaria en Argentina. **Revista Mexicana de Ciências Políticas y Sociales**, n. 227, p. 349–378, 2016.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CASSANDRE, M. P.; SENGER, C. M.; AMARAL, W. R.; FALLEIROS NETA, E. V. **Políticas públicas para a geração de trabalho e renda**: economia solidária no paradoxo entre oportunidade e oportunismo. *Gestão e Sociedade*. Belo Horizonte, volume 7, número 17, p. 167-185, maio/agosto 2013.

CHAGAS, Eduardo. O Método Dialético de Marx: Investigação e Exposição Crítica do Objeto. **Síntese**: Revista de Filosofia, v. 38, n. 120, p. 55, 2011.

CHASIN, José. Excertos sobre revolução, individuação e emancipação humana. **Verinotio** - Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas ., v. 1, n. 23, p. 10–105, 2017a.

CHERFEM, Carolina Orquiza. Relações de gênero e raça em uma cooperativa de resíduos sólidos: desafios de um setor. PEREIRA, Cristina Jaquetto Pereira; GOES, Fernanda Lira Goes (Orgs.). **Catadores de materiais recicláveis**: um encontro nacional. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

CHIARIELLO, Caio Luis. **Análise da gestão de cooperativas rurais tradicionais e populares: estudo de casos na Cocamar e Copavi**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), UFSCar: São Carlos, 2006.

_____. **Politecnia e Polivalência na Organização do Trabalho em Cooperativas Populares e Tradicionais**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), UFSCar: São Carlos, 2012.

CHIARIELLO, Caio Luis; FONSECA, Sergio Azevedo; MORAIS, Leandro Pereira. Abordagem política e institucional da economia solidária na América Latina ea

experiência da Senaes no Brasil (2004-2019). *Otra Economía*, v. 14, n. 25, p. 76-95, 2021.

CINELLI, Carlos Leonardo Kulnig; ARTHMAR, Rogério. A tradição de debates na Grã-Bretanha e a nova economia política: William Thompson e John Stuart Mill na Sociedade Cooperativa de Londres em 1825. *Nova Economia*, v. 28, n. 2, p. 609-636, 2018.

CLEGG, Stewart; KORNBERGER, Martin; PITSIS, Tyrone. **Administração e organizações**: uma introdução à teoria e à prática. Bookman Editora, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. No guarantees: Symposium on black feminist thought. **Ethnic and Racial Studies**, v. 38, n. 13, p. 2349-2354, Aug. 2015.

COSTA, Jussara Carneiro. Mulheres e economia solidária: hora de discutir a relação!. **Sociedade e Cultura, Goiânia**, v. 14, n. 1, p. 19-27, jan./jun. 2011.

COSTA, M. D. S. **Terceirização no Brasil**: velhos dilemas e a necessidade de uma ordem mais incluyente. *Cadernos Ebape.BR*, v. 15, n. 1, p. 115-131, 2017.

COSTA, Pedro de Almeida. **Um diagnóstico da gestão praticada em iniciativas de economia solidária e os seus desafios gerenciais**: estudo de caso do município de Cachoeirinha. Dissertação (Mestrado em Administração), UFRGS, Porto Alegre, 2003.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa**: Método Qualitativo, Quantitativo e Misto. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2007.

CRUZ, Antonio. **As condições históricas da emergência da “economia solidária” no Brasil**: astendências estruturais do mercado de trabalho. Campinas, 2002. Disponível em: <<http://www.ucpel.tche.br/nesic>>.

CUNHA, Elcemir Paço; FERRAZ, Deise Luiza (Orgs.). **Crítica Marxista da Administração**. Rio de Janeiro: Rizoma Editorial, 2018.

CUNHA, T.; LAURIS, É. À procura de um outro constitucionalismo económico: Construindo a cidadania a partir de iniciativas de economia solidária e popular lideradas por mulheres do Sul. **Sociologias**, v. 18, n. 43, p. 150-175, 2016.

DAGNINO, Renato Peixoto. SILVA, Luciana Ferreira. **A Economia Solidária no Brasil: cometários sobre a discussão em curso**. Disponível em: <https://lucianaferreiradasilva.com/outros/#pdf-a-economia-solidaria-em-curso/1/>. Acesso em: 04 de outubro de 2022.

DAUNE-RICHARD, Anne M. Qualificações e representações sociais. MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (Orgs.). **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Senac, , 2003.

DE GUEVARA, R. D. L. et al. Characteristics of the Colombian solidarity economy. Approaches to influential currents in Colombia. **CIRIEC-Espana Revista de Economia Publica, Social y Cooperativa**, n. 93, p. 85-113, 2018.

DELGADO, C. Mapping urban agriculture in Portugal: Lessons from practice and their relevance for European post-crisis contexts. **Moravian Geographical Reports**, v. 25, n. 3, p. 139-153, 2017.

DELPHY, Christine. **L'ennemi principal**: Tome 2, Penser le genre. Paris, Syllepse, 2013.

DIAS, Cláudia Augusto. Grupo Focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. **Informação & Sociedade**, v. 10, n. 2, 2000.

DOWBOR, Ladislau. A Economia da Família. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 15-26, Apr. 2015

DRAPER, Susana; MASON-DEESE, Liz. Strike as process: Building the poetics of a new feminism. **South Atlantic Quarterly**, v. 117, n. 3, p. 682-691, 2018.

DURÃES, Yuri Silveira; BENINI, Elcio Gustavo; NEMIROVSKY, Gabriel Gualhanone; OLIVEIRA, Eziel de Oliveira. A desalienação do trabalhador por meio da autogestão: uma análise sob a perspectiva das três mediações de segunda ordem de Mészáros. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 38, n. 1, p. 3-20, jan./jun. 2017.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Clube de Autores, 2013.

ENGELS, Friedrich. Carta a Joseph Bloch, 21-22 de setembro de 1890. **Obras Escolhidas em três tomos**, Lisboa: Editorial "Avante!", v. 3, 2018.

ESCHWEILER, Jennifer; SVENSSON, Sara; MOCCA, Elisabetta; CARTWRIGHT, Andrew; NIELSEN, Louise Villadsen. The Reciprocity Dimension of Solidarity: Insights from Three European Countries. **Voluntas**, v. 30, n. 3, p. 549-561, 2019.

ESTIVAL, Katianny Gomes Santana. Reflexões sobre o trabalho das mulheres rurais no Brasil na perspectiva da economia feminista. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, n. 5, 2014.

FARIA, José Henrique de. **Economia política do poder**: Uma Crítica a Teoria Geral da Administração. Curitiba, Editora Juruá. 7ª reimpressão, 2011a.

FARIA, José Henrique de. **Economia política do poder**: As práticas do controle nas organizações. Curitiba, Editora Juruá. 7ª reimpressão, 2011b.

FARIA, José Henrique de. O materialismo histórico e as pesquisas em administração: uma proposição. **Anais do XXXV Encontro da APAD**: Rio de Janeiro, 2011c.

_____. Dimensões da Matriz Epistemológica em Estudos Organizacionais: uma proposição. **Anais do XXXVI Encontro da APAD**: Rio de Janeiro, 2014.

_____. Epistemologia Crítica do Concreto e Momentos da Pesquisa: uma Proposição para os Estudos Organizacionais. **RAM: Revista de Administração Mackenzie**, v. 16, n. 5, p. 15-40, 2015.

_____. Análise Crítica de Conteúdo: Concepção, processo e método. **Curitiba: EPPEO**, 2017

FARIA, José Henrique de; MENEGHETTI, Francis Kanashiro. **As organizações e a sociedade unidimensional**: as contribuições de Marcuse. 2002.

FARIA, Nalu. Por onde passa a história da luta das mulheres. PAPA, Fernanda; JORGE, Flávio (Orgs). **O feminismo é uma prática**: reflexões com mulheres jovens do PT. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2008, p. 9-14.

FBES, Fórum Brasileiro de Economia Solidária. **Documento Provocador**: Rumo à VI Plenária Nacional de Economia Solidária. Brasília, 22 a 25 de maio de 2019. Disponível em: <https://fbes.org.br/wp-content/uploads/2019/10/DocProvocador_Rumo-a-6a-Plenaria.pdf>

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Rio de Janeiro: Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**: Notas sobre Marx, gênero e feminismo. Boitempo Editorial, 2021.

_____. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, revolução e luta feminista. São Paulo: Editora Elefante, 2009

FERGUSON, Sue. Building on the strengths of the socialist feminist tradition. **Critical Sociology**, v. 25, n. 1, p. 1-15, 1999.

FERRAZ, Deise Luiza da Silva; CAVEDON, Neusa Rolita. A exclusão e a inclusão social: depoimentos das praticantes da economia popular solidária. **Cadernos EBAPÉ.BR**, v. 6, n. 4, p. 01-18, Dez. 2008.

FERREIRA, Luciene Braz; TORRECILHA, Nara; MACHADO, Samara Haddad Simões. A técnica de observação em pesquisa de Administração. **Anais do XXXVI Encontro da APAD**: Rio de Janeiro, 2012.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Editora Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, Paulo; HORTON, Myles. **O Caminho se faz Caminhando**: Conversas Sobre Educação e Mudança Social. Vozes, 2002.
- FONTES, Virgínia Maria Gomes de Mattos. **O Brasil e o capital imperialismo**: teoria e história. Editora: UFRJ, 2010.
- GAIGER, L. I. A dimensão empreendedora da economia solidária: notas para um debate necessário. **Outra Economia**, v. 2, n. 3, p. 58–72, 2011.
- _____. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. *Cadernos CRH*, n. 39, p. 181-211, 2003.
- _____. O mapeamento Nacional e o Conhecimento da Economia Solidária. *Revista da ABET*, v. 12, n. 1, p. 7–24, 2013.
- _____; ECOSOL, G. **A economia solidaria no Brasil**: uma análise de dados nacionais. São Leopoldo: Oikos, 2014.
- GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. Claridade, 2018.
- GARCÍA, Marta Solórzano et al. La identidad de la empresa social en España: análisis desde cuatro realidades socioeconómicas. **CIRIEC-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa**, n. 92, p. 155-182, 2018.
- GERMER, C. A economia solidária: uma crítica marxista. GEDIEL, José Antônio Peres (Orgs.). **Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania**, n. 1, 2007.
- GOLDMAN, Wendy. **Mulher, Estado e Revolução**: política familiar e vida social soviéticas. São Paulo: Boitempo, 2014.
- GOMES CARDOSO, F. Rebeldia com horizonte de emancipação ou pela proteção do trabalho? **Revista de políticas públicas**, v. 21, n. 2, p. 881–889, 2017.
- GONÇALVES, Adelaide. A gente Cultiva a terra e ela cultiva a gente. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da Nova República**: Da transição democrática à crise política de 2016, Quinta República (1985-2016). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- GONTIJO, F. M. C.; PAULA, A. P. P. DE. Os sentidos da economia solidária: reflexões sobre um curso de formação. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 45, 2019.

GRECCO, Fabiana Sanches. Trabalhos domésticos e de cuidados sob a ótica da Teoria da Reprodução Social. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 23, n. 3, p.70-102, 2018.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, p. 125-146, 2014.

GUÉRON, R. A axiomática capitalista segundo Deleuze e Guattari. De Marx a Nietzsche, de Nietzsche a Marx. **Revista de Filosofia Aurora**, v. 29, n. 46, p. 257, 2017.

GUIRALDELLI, R. Adeus à divisão sexual do trabalho? Desigualdade de gênero na cadeia produtiva da confecção. **Revista Sociedade e Estado**, v. 27, n. 3, set./dez. de 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v27n3/14.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2019.

GUTBERLET, J. et al. Socio-environmental entrepreneurship and the provision of critical services in informal settlements. **Environment and Urbanization**, v. 28, n. 1, p. 205–222, 2016.

HARVEY, D. Alternativas ao neoliberalismo e o direito à cidade. **Novos Cadernos NAEA**, v. 12, n. 2, p. 269-274, dez. 2009. Disponível em: <<http://200.239.64.159/index.php/ncn/article/viewFile/327/513>>

_____. **O enigma do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. **Para entender O Capital: Livro I**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

HIRATA, Helena. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, p. 24-41, jan./jun de 2009.

_____. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, jun. 2014.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. de 2007.

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. **Trabalho (conceito de)** In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (orgs). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009

HOBBSAWN, E. **Tempos Fraturados**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos**. 17 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNAD):** Divulgação Especial Mulheres no Mercado de Trabalho, 2019, 15p.

IBGE. **PNAD Contínua:** Trimestre Móvel: jul-ago-set, 2022.

IPEA. **Retrato dos rendimentos do trabalho** – resultados da PNAD contínua do segundo trimestre de 2022. Carta de Conjuntura. n. 56 nota de conjuntura 17, 2022.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. EMÍLIO, Marli; TEIXEIRA, Marilane; NOBRE, Miriam; GODINHO, Tatau (Orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres:** desafios para as Políticas Públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, p. 55-63, 2003.

KLEIMAN, Fernando. Lições de Catende: um estudo sobre a luta pela construção de uma autogestão na Zona da Mata Sul de Pernambuco na década de 1990. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 814-815, Dec. 2006 .

KRAYCHETE, G. Categorias de análise do mundo do trabalho e dinâmica da economia dos setores populares: aderências e disjunções. **Cadernos do CEAS:** Revista Crítica de Humanidades, n. 239, p. 892–910, 2017.

LECHAT, N. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil**. Palestra proferida na UNICAMP por ocasião do II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares dia 20/03/2002. Disponível em <http://br.geocities.com/mcrost07/20050316a_as_raizes_historicas_da_economia_solidaria_e_seu_aparecimento_no_brasil.htm>

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____, Henri. **A reprodução das relações de produção**. Edições Redelp, 2020.

LEGLISE, M. D. R. P.; SMOLSKI, A. An eco-egalitarian solution to the capitalist consumer paradox: Integrating short food chains and public market systems. **Agriculture**, v. 7, n. 9, 2017.

LIMA, Mariana Marques de; MESQUITA, Juliana Schneider; FERRETI, Amanda Soares Zambelli; SOUZA, Eloisio Moulin de. **Abordagens Feministas nos Estudos Organizacionais:** Uma Agenda de Pesquisa a partir da Análise da Produção Científica Brasileira entre 2010 a 2020. Anais do XLV Encontro ANPAD. (2021).

LISBOA, A. DE M. Economia Solidária e Autogestão: Imprecisões e Limites. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 3, p. 109-115, 2005.

LITTLEWOOD, D.; HOLT, D. Social Entrepreneurship in South Africa: Exploring the Influence of Environment. **Business and Society**, v. 57, n. 3, p. 525–561, 2018.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. Editora José Olympio, 2021.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social**. Editora Boitempo, 2015.

MANCE, E. A. **A revolução das redes: A colaboração solidária como alternativa pós-capitalista**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARIE, Pierre. Cooperativa. **Dicionário Alice**, 2019. Disponível em: <
https://eg.uc.pt/bitstream/10316/87055/1/Cooperativa_Dicionario%20Alice.pdf>

MARQUES-PEREIRA, Bérengère. **Cidadania**. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (orgs). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009

MARTINS, José de Souza. **A política do Brasil: lumpen e místico**. 2011.

MARX, Karl. **À Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **O Capital [Livro I]: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015a.

_____. ENGELS, Friedrich. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015b.

MARTÍNEZ, Teresa Orozco; GALINDO, Martha Zapata. Leitura crítica de um manifesto feminista populista. **Revista USP**, n. 122, p. 71-86, 2019.

MAZZEI, M. Understanding Difference: The Importance of ‘Place’ in the Shaping of Local Social Economies. **Voluntas**, v. 28, n. 6, p. 2763–2784, 2017.

MEAD, Margaret. **Sex and temperament in three primitive societies**. New York: Morrow, 1963.

MELGES, Fábio; CALARGE, Tania Cristina Costa; BENINI, Élcio Gustavo; PACHECO, Adriano Pereira de Castro. **A Nova Precarização do Trabalho: um mapa conceitual**. *Organizações e Sociedade*, v. 29, p. 638-666, 2022.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Dimensões democráticas nas Jornadas de Junho: reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 98, p. 1-23, 2018.

MÉSZÁROS, István. **O conceito de alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Boitempo Editorial, 2015.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. Boitempo Editorial, 2015.

MISOCZKY, Maria Ceci Araujo; FLORES, Rafael Kruter; SILVA, Sueli Maria Goulart. Estudos organizacionais e movimentos sociais: o que sabemos? Para onde vamos? **Cadernos EBAPE.BR**, v. 3, p. 1–14, 2008.

MITCHELL, Juliet. **Women: the longest revolution**. London: Virago Press, 1984.

MITTELMAN, J. H. A globalização alternativa. **América Latina y el (des)orden global neoliberal: Hegemonía, contrahegemonía, perspectivas**. CLACSO, Buenos Aires. 2004. Disponível em: < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101030022727/3mittelman.pdf>>

MURARO, Rose Marie. Breve introdução histórica. [ao livro O martelo das feiticeiras]. **Revista Em Aberto**, Brasília, v. 27, n. 91, p. 177-187, jul./dez. 2014.

NAGEM, F. A.; SILVA, S. P. Institucionalização e execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 46, p. 159-175, 2013.

NETTO, José Paulo. Introdução ao Método de Marx, 2016. Disponível em: <https://youtu.be/2WndNoqRiq8>

_____. Introdução ao método da teoria social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 668-700, 2009.

NEVES, Magda de Almeida. Anotações sobre trabalho e gênero. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 149, p. 404-421, 2013.

NKOMO, Stella M.; COX JR, Taylor. Diversidade e identidade nas organizações. **Handbook de estudos organizacionais**. CLEGG, Stewart R. **Handbook de estudos organizacionais: Modelos de Análise e Novas Questões em Estudos Organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1999, p. 334-360, 1999.

NOBRE, Miriam. Mulheres na economia solidária. CATTANI, Antonio. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, p. 205-211, 2003.

_____; FARIA, Nalu. Feminismo em movimento: temas e processos organizativos da Marcha Mundial das Mulheres no Fórum Social Mundial. **Revista Estudos Feministas**, v. 11, n. 2, p. 623-632, 2003.

NOVAES, Henrique Tahan. **O retorno do caracol à sua concha: alienação e desalienação em cooperativas e associações de trabalhadores.** São Paulo, SP: Expressão Popular, 2011.

NOVAES, Henrique; LIMA F, P. Uma pedra proto-socialista num colar pró-capital financeiro: notas sobre a política pública de economia solidária no governo Lula. **Anais do VI Encontro Internacional de Economia Solidária**, 2008. Disponível em: <https://fbes.org.br/wp-content/uploads/Acervo/Publica%C3%A7%C3%B5es/novaes_lima_filho_pedra_proto_socialista_colar_pro_capital.pdf>

OLIVEIRA, Adriana Lucinda de et al. **O processo de empoderamento de mulheres trabalhadoras em empreendimentos de economia solidária.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – UFSC, Florianópolis, 2004.

_____. A trajetória de empoderamento de mulheres na economia solidária. **Revista Gênero**, v. 5, n. 2, p. 1-14, 2005.

OLIVEIRA, Eziel Gualberto. **A crise social do emprego e a ampliação dos trabalhadores assalariados por conta própria.** Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Administração UFPR, 2022.

OLIVEIRA, Osmar Faustino de. O trabalho contemporâneo vigente e o neoliberalismo no Brasil. **Almanaque de Ciência Política**, v. 3, n. 1, p. 01-14, 2019.

ONUMA, Fernanda Mitsue Soares; MAFRA, Flávia Luciana Naves; MOREIRA, Lilian Barros. Autogestão e subjetividade: interfaces e desafios na visão de especialistas da ANTEAG, UNISOL e UNITRABALHO. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 65-81, Mar. 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; PEREIRA, Lorena Izá. Compreendendo o avanço do neoliberalismo na agricultura através do debate paradigmático. **Revista Nera**, p. 8-12, 2017.

OXFAM. **Tempo de cuidar: O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade.** Oxfam Internacional. ISBN 978-1-78748-541-9. DOI: 10.21201/2020.5419, 2020.

PAMPLONA, J. B. O autoemprego e os fatores de sucesso. BENECKE, Dieter W.; NASCIMENTO, Renata. **Política social preventiva: desafios para o Brasil.** Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer, 2003.

PATEO, Felipe Vella. Economia Solidária: competição ou transformação no mercado?. **Otra Economía**, v. 6, n. 10, p. 11-23, 2012.

PAULA, A. P. P. Maurício Tragtenberg: Contribuições de um marxista anarquizante para os estudos organizacionais críticos. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 5, p. 949-968, 2008.

PAULA, A. P. P. et al. A tradição e a autonomia dos Estudos Organizacionais Críticos no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 1, p. 10–23, 2010.

PAULA, Ana Paula Paes de; RODRIGUES, Marco Aurélio. Pedagogia crítica no ensino da administração: desafios e possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 46, p. 10-22, 2006.

_____. Guerreiro Ramos: resgatando o pensamento de um sociólogo crítico das organizações. **Organizações & Sociedade**, v. 14, n. 40, p. 169–188, 2007.

_____. Para além dos paradigmas nos Estudos Organizacionais: o Círculo das Matrizes Epistêmicas. **Cad. EBAPE. BR**, v. 14, n. 1, p.24-46, Fev. 2016.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Que feminismo é esse que nasce na horta?. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 296-316, 2016.

PEIC. **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor**. Confederação Nacional do Comércio, 2022.

PEREIRA, M. E. R.; TASSIGNY, M. M.; BIZARRIA, F. P. A. Terceirização e Precarização do Trabalho na Política Pública de Assistência Social. **Administração Pública e Gestão Social**, v.9, n.3, 2017.

PERTINHO DE CASA. **Página inicial**. Disponível em:
<https://www.pertinhodecasa.com.br>. Acesso em: 04 de outubro de 2022.

PESSOA, Cleudes; RAMOS, Jeannette Filomeno Pouchain; PEIXOTO, Socorro Letícia Fernandes. Economia solidária e feminista: Reflexões em torno da autonomia econômica das mulheres. **Socioeco.org**, v. 15, p. 30, 2008.

POCHMANN, M. Economia Solidária no Brasil: possibilidades e limites. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**: n.24, ago. 2004.

PRADO, Eleutério FS; PINTO, José Paulo Guedes. Subsunção do trabalho imaterial ao capital. **Caderno CRH**, v. 27, n. 70, p. 61-74, 2014.

PUJOL, Michele. **Feminism and anti-feminism in early economic thought**. Vermont: Edward Elgar Pub, 1992

RADOMSKY, G. F. W. As redes sociais da economia local: um estudo de caso na Serra Gaúcha. **Perspectiva Econômica**, v. 2, n. 2, p. 78–107, 2006.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

RODRIGUES, Huberlan; VILUTIS, Luana; FARIA, Mauricio Sarda de; TAUILE, José Ricardo. Referências conceituais para ações integradas: cooperativas e

empreendimentos de produção industrial autogestionários provenientes de massas falidas ou estado pré-falimentar. **Relatório Final do Convênio MTE/IPEA/ANPEC 2003**. Brasília: MTE/Senaes, 2005.

ROMÃO, José Eustáquio; GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire e Amílcar Cabral: a descolonização das mentes**. São Paulo : Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2012.

RONCATO, M. S.; VAN DER LAAN, M.; TOITIO, R. D. Dossiê : Marxismo e feminismo no debate de gênero e sexualidade. **Cadernos Cemarx**, n. 10, 2017.

ROSALDO, M. Revolution in the Garbage Dump: The Political and Economic Foundations of the Colombian Recycler Movement, 1986-2011. **Social Problems**, v. 63, n. 3, p. 351-372, 2016.

ROSENFELD, Cinara L. A autogestão e a nova questão social: repensando a relação indivíduo-sociedade. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 3, n. 2, p. 395-415, 2003.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo: 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. Fundação Perseu Abramo e Editora Expressão Popular, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes**. Fundação Perseu Abramo e Editora Expressão Popular, 2019.

SALLES, H. K. DE; DELLAGNELO, E. H. L. A Análise Crítica do Discurso como alternativa teórico-metodológica para estudos organizacionais: um exemplo da análise de significado representacional. **Organizações & Sociedade**, v. 26, n. 90, p. 414-434, 2019.

SALLUM, Jr. Brasílio. A condição periférica: o Brasil nos quadros do capitalismo mundial (1945-1990). MOTA, Carlos Guilherme Santos Seroa da. **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)**. São Paulo: SENAC, 2000.

SANTIAGO, E.; YASUI, S. Saúde mental e economia solidária: Cartografias do seu discurso político. **Psicologia e Sociedade**, v. 27, n. 3, p. 700-711, 2015..

SARKAR, D. N.; KUNDU, K. The overlap spaces of alternative economy and subaltern businesses: a study of emigrant peddlers. **Journal of Economic Structures**, v. 7, n. 1, 2018.

SCARTEZINI, Natalia. A fascistização da indignação: as manifestações de 2015 no Brasil. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, n. 20, 2016.

SCHIOCHET, V. Institucionalização das políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**: n. 40, ago. 2009.

SCOTT, Joan W. História das Mulheres. In.: BURKE, Peter (org). **A Escrita da História**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

SENAES. Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária. **Acontece SENAES**, n. 61, p. 6, 2013.

SERVA, Maurício et al. A análise da racionalidade nas organizações - um balanço do desenvolvimento de um campo de estudos no Brasil. **Caderno EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 414-437, Sept. 2015 .

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Políticas Públicas de Economia Solidária: Avanços, desafios e perspectivas. **Diálogo**, v. 18, p. 53-76, 2011.

SILVA, Sandro Pereira; CARNEIRO, Leandro Marcondes. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil**: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos. IPEA, 2016.

SILVA, Sandro Pereira. **O campo de pesquisa da economia solidária no Brasil**: abordagens metodológicas e dimensões analíticas. Rio de Janeiro: Ipea, 2018.

SILVA, Viviane Zerlotini. A Produção Social dos Espaços de Coletivos de Trabalho: A Precedência da Reprodução sobre a Produção. **Organizações e Democracia**, v. 18, n. 1, 2017.

SIMON, V. P.; BOEIRA, S. L. Economia social e solidária e empoderamento feminino. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 53, n. 3, 2017.

SINGER, Paul. Economia solidária versus economia capitalista. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 16, n. 1-2, p. 100-112, Dez. 2001a.

_____. Teses sobre Autogestão e Socialismo no Brasil de Hoje. D'INCAO, Maria Angela (Orgs.). **O Brasil não é mais aquele...** mudanças sociais após a redemocratização. São Paulo: Cortez Editora, 2001b.

_____. Economia Solidária. **Estudos Avançados**, v. 22, n. 62, p. 289-314, 2008.

_____. Políticas públicas da secretaria nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**: n. 39, maio. 2009.

SOUZA, Iael de. **Concepção e papel da política em Karl Marx**: uma perspectiva possível do Manifesto do Partido Comunista à Comuna de Paris. 2006. 191 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/88837>>.

SOUZA, Jessé (Orgs.). **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Marília Duarte; FERRAZ, Deise Luiza da Silva; FERRAZ, Janaynna de Moura. **As mulheres conforme a administração: uma ciência para a manutenção da opressão e da exploração?**. Revista Eletrônica de Ciência Administrativa, v. 20, n. 3, p. 509-534, set. 2021. ISSN 1677-7387. Disponível em: <<http://periodicosibepes.org.br/index.php/recadm/article/view/3257/1138>>. Acesso em: 16 out. 2022. doi:<https://doi.org/10.21529/RECADM.2021018>.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**. 3ª edição. São Paulo: Editora Expressão Popular e Fundação Perseu Abramo, 2021.

SPC, Serviço De Proteção ao Crédito. **Consumo e Endividamento: Estudo do Padrão de Comportamento de Adimplentes e Inadimplentes**, 2014. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/spc_brasil_analise_perfil_adimplente_inadimplente_corte_21.pdf>

SPECHT, A. **A Economia Feminista**. Cadernos Brasil Local, 2009.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SUCUPIRA, Grazielle Silva; BRAGA, Marcelo José. Empreendimentos de economia solidária e discriminação de gênero: uma abordagem econométrica. **Administração pública, gestão social e economia solidária: avanços e desafios**. Viçosa: UFV, 2010.

TAUILE, J. R.; RODRIGUES, H. Economia solidária e autogestão: a criação e recriação de trabalho e renda. **Mercado de trabalho: conjuntura e análise**. n.24, ago. 2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt_24h.pdf>.

TAUILE, José Ricardo; DEBACO, Eduardo Scotti. Autogestão no Brasil: a viabilidade econômica de empresas geridas por trabalhadores. **Artigo apresentado no VII Encontro Nacional de Economia Política**, Curitiba, 2002.

TAVARES, A. G., VASCONCELLOS, B. M., COLOMBO, C. S., BEZERRA, E. M., WIRTH, I. G., CASTRO, M. P. O sexo da Economia Solidária apontamento a partir da Economia Feminista e da prática de incubação. RODRIGUES, Fabiana C.; NOVAES, Henrique T.; BATISTA, Eraldo Leme. **Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

TRAGTENBERG, Maurício. **Administração, Poder e Ideologia**. São Paulo: Unesp, 2005.

VEIGA, Ana Maria; PEDRO, Joana Maria. Gênero. COLLING, Ana Maria, TEDESCHI, Leandro Antônio. **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados: Editora da UFGD, p. 304-308, 2015.

WACQUANT, L. Marginality, ethnicity and penalty in the neo-liberal city: an analytic cartography. **Ethnic and Racial Studies**, v. 37, n. 10, p. 1687-1711, 2014.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. Editora Boitempo, 2007.

WHITAKER, D. C., 2001. Mulher e educação. D'INCAO, Maria Angela (Orgs.). **O Brasil não é mais aquele...** mudanças sociais após a redemocratização. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

YIN, Robert K. **Pesquisa Qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso Editora, 2016.

ZARPELON, Sandra Regina. **A esquerda não socialista e o novo socialismo utópico**: aproximações entre a atuação das ONGs e o cooperativismo da CUT. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), UNICAMP, Campinas, SP. 2003.

ZART, Laudemir Luiz; SANTOS, Josivaldo Constantino dos (Orgs.). **Educação e Sócio-Economia Solidária**. Cáceres-MT: Editora Unemat, 2006.

APÊNDICE A
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: Emancipação de Trabalhadoras em Empreendimentos de Pequeno Porte

Nome da Pesquisadora: Tania Cristina Costa Calarge

A senhora está sendo convidada para participar desta pesquisa que tem como finalidade estabelecer relações entre o trabalho realizados pelas trabalhadoras em empreendimentos de pequeno porte e a percepção destas sobre a desigualdades entre homens e mulheres. A sua participação acontecerá por meio de respostas a um roteiro de perguntas feitas pela pesquisadora, e a sua identidade será preservada, sendo que de nenhuma forma poderão ser identificados por outras pessoas. A entrevista será gravada.

Tanto a entrevista, como a gravação poderão ser interrompidas a qualquer momento, e a senhora tem a liberdade de desistir de participar sem nenhum prejuízo. Caso queira mais informações sobre a pesquisa, é possível entrar em contato com a pesquisadora para esclarecer qualquer dúvida. A participação nesta pesquisa não traz complicações legais, sendo que será tratado sobre as questões de trabalho e de desigualdade no trabalho de homens e mulheres. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.

Não há nenhum benefício direto na participação, tampouco há qualquer tipo de pagamento ou despesa para a respondente, entretanto a contribuição poderá contribuir com o avanço das teorias sobre relações de trabalho e com a criação de políticas públicas para reduzir a desigualdade de gênero.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem.

Obs: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

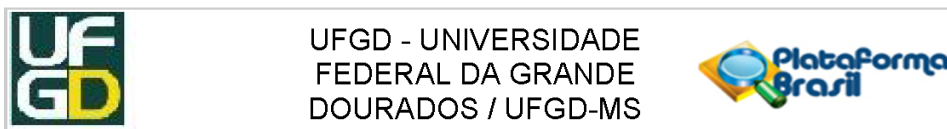
Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Assinatura do Pesquisador

Nome e Assinatura da Participante da Pesquisa

APÊNDICE B
PROTOCOLO PLATAFORMA BRASIL



COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Emancipação de Trabalhadoras em Empreendimentos de Pequeno Porte
Pesquisador: TANIA CRISTINA COSTA CALARGE
Versão: 1
CAAE: 61811422.8.0000.5160
Instituição Proponente: Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 091407/2022
Patrocinador Principal: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD-MS
Financiamento Próprio

Informamos que o projeto Emancipação de Trabalhadoras em Empreendimentos de Pequeno Porte que tem como pesquisador responsável TANIA CRISTINA COSTA CALARGE, foi recebido para análise ética no CEP UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados / UFGD-MS em 18/08/2022 às 18:04.

Endereço: Rua João Rosa Góes, 1761 Bairro: Vila Progresso UF: MS Município: DOURADOS	CEP: 79.825-070 Telefone: (67)3410-2853 E-mail: cep@ufgd.edu.br
--	---

APÊNDICE C

ELEMENTOS CONSTITUTIVOS CATEGORIA “CONDIÇÃO FEMININA”

	Entrevistada 1		Entrevistada 2		Entrevistada 3		Entrevistada 4	
	Ref. objetiva	Ref. subjetiva	Ref. objetiva	Ref. subjetiva	Ref. objetiva	Ref. subjetiva	Ref. objetiva	Ref. subjetiva
Elemento constitutivo A Mediações e contradições da própria mulher	“Deus fez a mulher mais carinhosa”	“a gente é mulher, a gente sabe como são as coisas”	“tem que ter um jeitinho, falar com cuidado, porque não pode magoar a pessoa”	“minha filha tem o jeito dela, ela não gosta muito de conversar, mas é da idade”	“eu vejo que a mulher que tem que dar um jeito”	“eu demorei para casar”	“a mulher tem que cuidar dos filhos, da casa e do marido”	-
Elemento constitutivo B Relação com a terra	“nosso cantinho é tudo o que a gente tem”	“tem a horta, que a gente tinha para gente mesmo. Aí a gente decidiu vender”	“todo mundo mora junto” não é na mesma casa, é na mesma terra”	“tudo lá a gente vê que é a nossa conquista, o nosso cantinho”	-	-	“a gente tem que plantar o que o professor fala. Porque antes a gente não sabia o que fazer”	“aquela parte é muito ruim. Os meninos estavam ficando doentes lá”
	Entrevistada 5		Entrevistada 6		Síntese Coletiva			
	Ref. objetiva	Ref. subjetiva	Ref. objetiva	Ref. subjetiva	Ref. objetiva		Ref. subjetiva	
Elemento constitutivo A Mediações e contradições da própria mulher	“a mulher é mais sensível”	“só uma mãe para ser forte e passar por isso”	“é as mulheres que tomam frente das coisas”	“todos os projetos acabam sempre ajudando – as mulheres”	As referências objetivas encontradas nas respostas evidenciam que as mulheres fazem diferença social em relação aos homens, para além das biológicas.		As diferenças apresentadas incluem aspectos de submissão, como a necessidade de as mulheres estarem ajustadas à sociedade.	
Elemento constitutivo B Relação com a terra	“o serviço de casa acaba ficando para quem fica lá o dia inteiro”	-	-	-	As respondentes se referenciam e se definem pelo espaço rural em que estão inseridas.		O espaço rural é um ancoradouro, seja para as que tem relação produtiva com ele (quilombolas, produtoras rurais) quanto para a mulher indígena.	

APÊNDICE D

ELEMENTOS CONSTITUTIVOS CATEGORIA “DESMISTIFICAÇÃO FEMININA”

	Entrevistada 1		Entrevistada 2		Entrevistada 3		Entrevistada 4	
	Ref. objetiva	Ref. subjetiva	Ref. objetiva	Ref. subjetiva	Ref. objetiva	Ref. subjetiva	Ref. objetiva	Ref. subjetiva
Elemento constitutivo A Participação e percepção em/de grupos sociais	“a gente tava sem poder trabalhar, aí a minha falou ‘mãe, eu vou fazer um empréstimo para ajudar vocês’”	“meus filhos são brancos, você precisa ver. A minha filha estudou direito e trabalha no hospital, e meu filho agora quer fazer medicina”	“na nossa família é as mulheres que tomam a frente, que fala: tal coisa vai ser assim”	-	“eu acho que eu não sei trabalhar de outro jeito” “eu era funcionária, aí eu saí para trabalhar de secretária na ONG e nunca mais saí”	“são as mesmas pessoas da diretoria, só que as vezes a gente troca”	“tem que ajudar quem quer ajudar. O menino queria trabalhar, a gente foi lá, ajudou a fazer a roça e ensinou”.	“agora foi bom esse projeto com a universidade, porque a gente não tava mais sabendo”
Elemento constitutivo B Trabalho doméstico, cuidado com crianças e idosos, maternidade	“lá em casa cada um cuida das suas coisas”	“aí eu lavo a roupa e limpo a casa”	“todo mundo tem responsabilidade. Minha filha me ajuda a limpar a casa, e meu filho lava a roupa dele”	“chega no final de semana eu já falo o que todo mundo tem que fazer”	“eu que cuido dos meus pais, aí tem que ficar olhando, se eles comeram, se tomaram o remédio”	“porque eu não tinha filhos e era a única filha mulher mais perto”	“eu que faço o serviço” “aí tem que levar na missão para cuidar”	-
Elemento constitutivo C Percepção das violências	“a minha menina nunca me deu trabalho, e é assim que eu crio meu guri, mas a gente nunca sabe como os outros vão fazer”	-	-	“tá todo mundo sempre junto”	“muitas pessoas que vem aqui é porque foi abandonada pelo marido, às vezes tem filho e tem que se virar”	-	O momento discursivo “a gente não sabe como fazer” é amplo, sobre andar na rua, produzir, embalar e vender. Não pelo grupo ignorar, de fato, mas porque percebe que não é aceito, ou que é diferente. A presença da violência na entrevista com a mulher indígena está inserida em quase a totalidade do discurso.	

	Entrevistada 5		Entrevistada 6		Síntese Coletiva	
	Ref. objetiva	Ref. subjetiva	Ref. objetiva	Ref. subjetiva	Ref. objetiva	Ref. subjetiva
Elemento constitutivo A Participação e percepção em/de grupos sociais	“se eu puder eu ajudo todo mundo que quiser vender aqui”.	“muitas famílias dependem do trabalho na Economia Solidária”	“aqui é quase tudo mulher. Se não fosse a gente se unir para vender as coisas, nem sei como que ia ser” “quando eu não tenho com quem deixar meu filho eu deixo com a minha mãe” “trabalho de casa é só eu mesmo que faço (com risos)”	“todo mundo pode vender aqui na loja, mas quase não tem trabalho de homem”	Percebe-se que as mulheres são sentem inseridas e são protagonistas dos grupos aos quais pertencem.	De forma subjetiva, posso evidenciar que não há flexibilidade em inserir novas pessoas ou ingressar em novos grupos diferentes dos atuais. Os papéis são claros e relativamente fixos.
Elemento constitutivo B Trabalho doméstico, cuidado com crianças e idosos, maternidade	“só tem gente em casa no final de semana. A gente (o marido) trabalha junto aqui”	“a Juliana (filha) me ajuda com a casa no final de semana... a gente já deixa tudo meio arrumado”	“trabalho de casa é só eu mesmo que faço (com risos)”	-	Todas as entrevistadas exercem trabalho doméstico e são as responsáveis, ainda que em forma de supervisão.	Não há questionamento sobre a sobrecarga do trabalho da reprodução social.
Elemento constitutivo C Percepção das violências	“tem que trabalhar para ter um dinheirinho só seu”	“a gente sofre demais. Homem não sofre tanto”	-	“eu fico preocupada se alguma coisa acontece e eu não consigo resolver”	Quando à violência, a mais evidenciada no discurso foi a sexual, seguida pela violência financeira.	A segurança e independência estão ligadas, nos momentos discursivos apresentados e também teoricamente.

APÊNDICE E

ELEMENTOS CONSTITUTIVOS CATEGORIA “SORORIDADE PRODUTIVA”

	Entrevistada 1		Entrevistada 2		Entrevistada 3		Entrevistada 4	
	Ref. objetiva	Ref. subjetiva	Ref. objetiva	Ref. subjetiva	Ref. objetiva	Ref. subjetiva	Ref. objetiva	Ref. subjetiva
Elemento constitutivo A Desempenho no trabalho associado	“aqui cada um faz sua parte e se terminar antes ajuda a outra.”	“a gente tá pensando em contratar uma funcionária para fazer essa parte do atendimento”	“o curso que a gente fez no bistro foi muito bom, ensinou a gente a trabalhar e tomar decisão junto”	“como aqui a gente é família, tem que entender que quando pede uma coisa, não é porque tá brigando, é porque tem que ser daquele jeito”	“quando começou a pandemia que tudo parou eu pensei ‘ai meu Deus o que a gente vai fazer. aí eu chamei a xxx e a xxx que também tavam precisando trabalhar para começar a fazer as coisas”	“eu gente juntou dinheiro par comprar as primeiras formas e os ingredientes. A geladeira, o fogão, o microndas já eram aqui da ONG”	“tem que ser junto, porque é muito longe para trazer as coisas para a cidade e só o xxx tem carro. Aí a gente ajuda todo mundo”	“tem que marcar o dia para ir lá na xxx para fazer o SAF, para elas começarem a ter a horta”
Elemento constitutivo B Percepção de classe e gênero no trabalho	“somos só nós, as irmãs”	-	“todo mundo se conhece sabe o jeitinho de cada um”	-	“aqui a gente faz tudo”	“quando tem que fazer algum serviço mais pesado, ou mexer com energia elétrica, eu chamo ele” (o marido)	“tem mais mulher do que homem, porque homem é mais fácil de achar emprego na cidade”	“tem uns lugar que tem homem, lá no xxx, mas sempre tem que ter a mulher para fazer as coisas”
Elemento constitutivo C Inclusão de grupos vulneráveis na atividade	“a gente vê o que a pessoa tá precisando, e se arruma para ajudar”	-	-	“a gente sempre chama um sobrinho para trabalhar aqui, para ajudar nas entregas..., mas é aquela coisa, a gente queria que eles arrumassem coisa melhor”	“antes a gente podia ajudar mais. Tinha o banco.”	“é muito difícil começar sozinho. Agora não tem mais ajuda para nada”	“é muito difícil a fome. a pessoa faz qualquer coisa.”	-

	Entrevistada 5		Entrevistada 6		Síntese Coletiva	
	Ref. objetiva	Ref. subjetiva	Ref. objetiva	Ref. subjetiva	Ref. objetiva	Ref. subjetiva
Elemento constitutivo A Desempenho no trabalho associado	“foi a professora xxx que consegui para a gente trabalhar assim, ela sempre ajudou muito, uma querida”	“aqui são quase 200 famílias que entregam produtos, é renda para toda essa gente”	“é muito difícil juntar falando que é para trabalhar junto e ganhar junto. Se tivesse oferecendo emprego com carteira assinada era mais fácil”	“tem projeto que é maior, que o produtor consegue entregar para supermercado até. Aí sim, ganha bem”	Fica bem evidenciada a noção de complementariedade entre a atividade exercida por cada trabalhadora. Elas percebem que só é possível por meio do coletivo.	Por outro lado, nos momentos discursivos é possível observar como no limite daquela organização está a heterogestão, o mercado, o ganho de escala.
Elemento constitutivo B Percepção de classe e gênero no trabalho	“a maioria dos produtos aqui são de mulheres. Não sei quantos, mas assim, é de quem tá cuidando da casa e aí consegue fazer alguma coisa para vender”	-	“olha, é difícil vir homem trabalhar com a gente”	“parece que é não é trabalho, que trabalho é só o que homem faz”	A divisão sexual do trabalho e a divisão do trabalho estão evidenciadas.	Atributos físicos e de competência desenvolvida pelos gêneros são determinantes para a percepção das mulheres sobre o trabalho a ser realizado.
Elemento constitutivo C Inclusão de grupos vulneráveis na atividade	“porque tem que ter um jeito para trazer para cá, porque se não vende, eu tenho eu devolver no final da semana”	-	“a ideia é trazer mais gente, com mais produto. Tem que fazer curso, dar palestra”	-	A solidariedade está presente no cotidiano, entretanto a noção de coletivo pode ser dividida em primeiro lugar a família, depois o grupo de trabalho, daí então a comunidade.	A visão de que não é um trabalho valorizado, que é para quem está sem opção, e que precisa de qualquer ajuda e muita ajuda para começar está presente nos momentos discursivos identificados.

APÊNDICE F

ELEMENTOS CONSTITUTIVOS CATEGORIA “EMANCIPAÇÃO FEMININA”

	Entrevistada 1		Entrevistada 2		Entrevistada 3		Entrevistada 4	
	Ref. objetiva	Ref. subjetiva	Ref. objetiva	Ref. subjetiva	Ref. objetiva	Ref. subjetiva	Ref. objetiva	Ref. subjetiva
Elemento constitutivo A Intenção em emancipar-se	“para a minha filha vai ser diferente, ela pode estudar, vai fazer o que quiser”	-	-	“a gente vai na igreja e fica vendo esses jovens que não tem família não tem estrutura, se perdendo”	“eu tô bem feliz. Eu vejo que saí, 20 anos atrás para trabalhar no coletivo. Fiz uma boa escolha”	-	“eu não queria que as coisas ficassem mais diferentes porque a gente vai perdendo a tradição”	“tem vez que a gente não tem comida, aí vem na cidade e pede”
Elemento constitutivo B Posicionamento político e ideológico	“eu não sei como tem gente que acredita nesse Bolsonaro. Tudo que o homem faz é mal”	-	-	-	“que nem na igreja... eu acho errado o padre falar de política, eu nem tenho mais vontade de ir lá”	“antes tinha mais apoio para os projetos. Acabaram com tudo”	“político não ajuda mais não”	“podia não ter que tomar vacina” “não tem postinho para atender as criança”
	Entrevistada 5		Entrevistada 6		Síntese Coletiva			
	Ref. objetiva	Ref. subjetiva	Ref. objetiva	Ref. subjetiva	Ref. objetiva		Ref. subjetiva	
Elemento constitutivo A Intenção em emancipar-se	“Eu vejo que eu não preciso de mais nada”	“queria assim, ter saúde para cuidar dos meus netos”	“aqui em Dourados eu vejo a diferença que eles tratam por que é mulher”	-	A emancipação não é individual e consolida-se com múltiplas determinações. Para algumas mulheres não há pelo que lutar, mas não são tomadas de suas vontades, tradições, direitos. Para outras, a luta como está posta não atende aos seus anseios.		Os obstáculos a uma posição emancipatória se apoiam em dois pilares. O primeiro é o conservadorismo e o segundo é a extrema pobreza e vulnerabilidade.	
Elemento constitutivo B Posicionamento político e ideológico	“tá difícil, né? Eu nem sei o que pensar de tanta coisa errada que todo mundo fala”	“esse negócio de política não tem jeito não”	“a gente não deve falar de política, porque cada um tem um pensamento que da realidade da pessoa”	-	Existe uma despolitização nas trabalhadoras. Percebem pouco a importância e os desdobramentos do processo político e de posicionamentos ideológicos.		Existe uma ideiação de que algo é dado por um ser exterior aos grupos, que é o estado, mas esse estado não está atendendo as necessidades do povo. Este ser, distante e desconhecido, não pode ser acessado, questionado ou ocupado.	

APÊNDICE G

PLANO DE TRABALHO

Elaboração:

Élcio Gustavo Benini

Gabriel Gualhanone Nemirovsky

Tania Cristina Costa Calarge

Problemática:

Em Dourados – MS, existem vários grupos organizados em empreendimentos autogestionados e/ou solidários. Esse modelo de gestão indica que não há relação de hierarquia entre os trabalhadores e trabalhadoras, que eles têm posse coletiva dos meios de produção, repartem de forma justa a receita entre os trabalhadores e que estes trabalhadores se associaram livremente.

Este último pressuposto, livre associação, surge como uma contradição na nossa pesquisa e experiência de campo. Os trabalhadores se associam livremente, entretanto prefeririam empregos convencionais, com vínculo empregatício e seguridade, social em detrimento de serem donos do próprio negócio – utilizando de forma genérica o discurso do patrão de si mesmo – o empreendedor.

A questão que se impõe é que os sucessivos desmanches da legislação trabalhista, as novas relações de trabalho e a nova precarização do trabalho impõe, especialmente ao grupo de trabalhadores vulneráveis que se encontram subempregados demandam novas práticas sociais e políticas públicas.

Criar oportunidades de trabalho e renda que incluam mulheres com filhos, pessoas idosas que não são aceitas no mercado de trabalho tradicional, povos originários e tradicionais, pessoas de diferentes gêneros, parte de uma política de educação social e econômica sobre o trabalho. A geração de empregos, por incentivos macroeconômicos, não tem condições concretas de dar dignidade pelo trabalho a determinados públicos, justamente pela necessidade de manter um exército de reserva, níveis mínimos de salários e constata exploração dos trabalhadores.

De encontro a essa questão surge a tecnociência solidária, proposta por (Dagnino, 2020) que une a produção do conhecimento gerado pelas instituições de ensino e pesquisa, pela elaboração da realidade concreta dos trabalhadores e na solidariedade como uma síntese ambiental, econômica e de justiça social.

Justificativa:

O estado do Mato Grosso do Sul é campo de diversas experiências cooperativas e solidárias, sejam as iniciadas pelas políticas estaduais e municipais, sejam as oriundas de OSC's e coletivos religiosos ou as universitárias representadas pela UFMS – por meio de grupo e pesquisas em Economia Solidária (destacamos o GEPOTE), e pela UFGD – pela Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidárias.

Se encontram, portanto: (i) o público-alvo para desenvolver oficinas, treinamentos e técnicas de gestão solidárias, que já são sensíveis às práticas de produção não capitalistas; (ii) pesquisadores e professores das áreas de administração, economia, ciências contábeis, educação, e outras, com expertise para sistematizar o conhecimento social; e, (iii) os públicos em situação de vulnerabilidade que precisam produzir renda para viverem com dignidade.

Objetivos:

O objetivo geral deste Plano de Ação é contribuir para a geração de trabalho e renda para população vulnerável, em especial mulheres com filhos, povos originários e tradicionais, pessoas idosas, entre outros, por meio da tecnociência solidária. De forma específica:

- a) Oferecer, no curto prazo, oficinas e cursos de conscientização política, gestão (organização, finanças, gestão de recursos e vendas), cooperativismo, solidariedade, entre outros;
- b) Acompanhar, no médio prazo, trabalhadores e trabalhadoras na sua atividade de produção, oferecendo suporte técnico e possíveis subsídios para desenvolvimento dos negócios sociais;
- c) Elaborar e compartilhar, no longo prazo, modelos de tecnociência solidária para reprodução em outros negócios e localidades.

Atividades e Prazos

Atividades	Prazos
	em semanas
Mapear públicos interessados nas cidades de Campo Grande e Dourados	2
Identificar necessidades imediatas dos grupos	2
Elaborar e implantar oficinas e cursos	8
Acompanhar e Avaliar	1
Definir e ambientar equipes de tutoria dos empreendimentos	1
Implantar acompanhamento e coleta de dados dos empreendimentos (práticas de gestão)	24
Compilar e analisar dados coletados	16
Produzir e publicizar relatório com resultados	4
Período de execução	58 semanas

Referências

DAGNINO, Renato. Por que tecnociência? Por que solidária. **Instituto de Economia Unicamp**, 2020.

DAGNINO, Renato Peixoto. SILVA, Luciana Ferreira. **A Economia Solidária no Brasil: cometários sobre a discussão em curso**. Disponível em: <https://lucianaferreiradasilva.com/outros/#pdf-a-economia-solidaria-em-curso/1/>. Acesso em: 04 de outubro de 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Editora Paz e Terra, 1992.

NOVAES, Henrique Tahan. **O retorno do caracol à sua concha**: alienação e desalienação em cooperativas e associações de trabalhadores. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. Fundação Perseu Abramo e Editora Expressão Popular, 2015.